

ANA FLÁVIA DA COSTA

**DINÂMICAS ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NA REPRODUÇÃO
SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS
MUNICÍPIOS DE ARAPONGA E MURIAÉ - MG.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

ANA FLÁVIA DA COSTA

**DINÂMICAS ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NA REPRODUÇÃO
SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS
MUNICÍPIOS DE ARAPONGA E MURIAÉ - MG.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de dezembro de 2008

Prof. Marcelo Miná Dias

Prof(a). Sheila Maria Doula
(Co-orientadora)

Prof(a) Neide Maria de Almeida Pinto

Prof. José Horta Valadares

Prof(a). Nora Beatriz Presno Amodeo
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Ildfonso e Doralice, e aos meus queridos irmãos Fábio e Luciana. Com vocês dividi aflições, intenções, glórias, histórias e sonhos. Alguns desses sonhos com o tempo se vão, outros, porém, tornaram-se reais. A vocês toda minha conquista, para vocês todo meu amor.

A minha vó, Ubaldina, por todo carinho e fé presente.

AGRADECIMENTOS

Sou grata, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho. Portanto, muito obrigada a todas as pessoas que me acompanharam nesta etapa da minha vida e fizeram parte deste sonho. Sintam-se abraçados nesse momento.

Agradeço primeiramente a Deus, pela luz, pela força, sobretudo pela coragem que tive nos momentos mais difíceis onde enfrentei com perseverança todos os desafios de minha vida acadêmica. Sei que não tem conquista sem luta.

A minha orientadora e amiga, professora Nora, a qual, sem sombra de dúvida, foi essencial para a conclusão deste estudo. Mais do que orientadora, foi amiga e um exemplo para mim. Sempre digo que as coisas não acontecem por acaso, e Deus tinha que me colocar em suas mãos. Não imagina o quanto é e foi importante em minha vida. Obrigada por tudo, especialmente pela paciência e dedicação depositadas em mim.

A professora e amiga Ana Louise, por ter acreditado em mim, por ter sido um exemplo na minha vida, meus eternos agradecimentos e admiração, muito obrigada.

A conselheira e professora, Sheila e toda banca de qualificação do projeto, professora Neide e professor Marcelo Miná pelas valiosas contribuições para com este trabalho. Ao professor José Horta Valadares pela presença e contribuições na banca de defesa.

A CAPES pelo suporte financeiro e concessão de bolsa.

Aos meus pais, Ildefonso e Doralice, meu agradecimento de coração, aos quais, não acho palavras para expor quão agradecida sou, pelo amor, carinho, dedicação, confiança, apoio, respeito, dados todos esses anos a mim. Vocês são, sem dúvida, a melhor parte da minha vida. Serei eternamente grata, amo vocês demais.

Aos meus irmãos, Fábio e Luciana, que sempre me incentivaram a buscar meus objetivos, muito obrigada pelo apoio e por estarem sempre presentes e dispostos a me ouvir ou ajudar quando eu precisava. Amo vocês.

A amiga e cunhada Kátia, que mesmo distante, ouviu, incentivou e acreditou, obrigada por fazer parte da minha família, sei que você sempre estará comigo, mesmo a distância.

Ao meu sobrinho Fabrizzio, por proporcionar muitas alegrias em minha vida.

A minha linda gatinha Hany, que me acompanhou por longos caminhos de felicidade e dificuldades, obrigada pelo seu amor incondicional.

Aos meus familiares, Tios, Tias, Primos e Primas pelo carinho e incentivos.

Aos meus amigos Délcio, Marcinha e Priscila (Pri), que além de amigos tiveram uma grande participação na realização deste sonho, sem o apoio de vocês, incentivo e força inicial, jamais teria conseguido, obrigada.

Aos amigos de graduação e mestrado em Viçosa, por todos os momentos compartilhados, intensos e inesquecíveis, assim como vocês.

A amiga Erika, sempre serei grata a você, por sua amizade, carinho e apoio nestes últimos momentos em Viçosa, obrigada coração.

Aos amigos de São Paulo, pelos momentos de descontração, alegrias e amizade.

De maneira especial agradeço aos agricultores/as dos municípios de Araponga e Muriaé, ao técnico da EMATER Chico, Romualdo do CTA em Araponga, Dona Nina do grupo de artesãos de Muriaé, pela contribuição e realização desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

E por fim agradeço a minha moto Honda Biz, que não me deixou na mão durante a realização da pesquisa de campo, sua participação foi essencial para minha conquista.

CONTEÚDO

Página

LISTA DE FOTOS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1 - INTRODUÇÃO GERAL	1
2 – ELEMENTOS TEÓRICOS REFERENCIAIS PARA ESTE ESTUDO	9
2.1 - Novas Ruralidades e Multifuncionalidade na Agricultura	9
2.2 – Pluriatividade na agricultura familiar	16
3 – CARACTERÍSTICAS E ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE ARAPONGA E MURIAÉ	26
3.1 – Caracterização da Região.....	26
3.2 – Localização e caracterização do Município de Araponga	32
3.3 – Localização e caracterização do Município de Muriaé	38
3.4 - Análise comparativa dos dados coletados nos municípios de Araponga e Muriaé	46
3.4.1 – Caracterização sociodemográfica das famílias entrevistadas	46
3.4.2 – Caracterização socioeconômica das famílias entrevistadas	61
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	88
ANEXO	92

LISTA DE FOTOS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

	Página
Quadro 1 – Resumo das concepções dos principais teóricos sobre a pluriatividade...	23
Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano da Zona da Mata Mineira e de suas Microrregiões	28
Tabela 2 – Indicadores Municipais	31
Mapa 2 - Distrito do município de Araponga e PESB	34
Tabela 3 - Censo Agropecuário (2006).....	36
Tabela 4 – Estrutura empresarial (2005) do município de Araponga.....	37
Gráfico 1 - PIB Araponga	37
Foto 2 – Município de Muriaé (Panorama geral).....	38
Mapa 3 – Muriaé e municípios vizinhos.....	40
Mapa 4 – Distritos do Município de Muriaé.....	41
Mapa 5 – Localidades do município de Muriaé.....	41
Tabela 5 - Censo Agropecuário (2006).....	44
Tabela 6 - Estrutura empresarial (2005) do município de Muriaé.....	44
Gráfico 2 - PIB Muriaé	45
Gráfico 3 – Famílias rurais entrevistadas.....	47
Gráfico 4 – Quantidade de integrantes das famílias rurais entrevistadas.....	48
Gráfico 5 – Total e a média dos integrantes das famílias rurais	49
Gráfico 6 – Dados sobre quantidade de filhos das famílias rurais.....	50
Gráfico 7 – Média dos filhos nas unidades produtivas	52
Gráfico 8 – Distribuição dos membros das famílias rurais entrevistadas por faixa etária.....	53
Gráfico 9 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola entrevistadas no município de Araponga.....	55
Gráfico 10 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas no município de Araponga.....	56
Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola entrevistadas no município de Muriaé.....	57

Gráfico 12 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas no município de Muriaé	57
Gráfico 13 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias rurais não-agrícola entrevistadas no município de Muriaé.	58
Gráfico 14 – Área das unidades produtivas	63
Gráfico 15 – Posse da terra	63
Gráfico 16 - Acesso aos programas do governo para a agricultura familiar.....	65
Gráfico 17 - Presença de aposentados nas unidades produtivas	66
Quadro 2 - Famílias com atividade agrícola e atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga que são contratados e/ou contratam mão-de-obra e maquinário	67
Quadro 3 - Famílias com atividade agrícola, com atividades agrícolas e não agrícolas e Famílias rurais não-agrícola que são contratados e contratam mão-de-obra e maquinário	69
Foto 3 – Unidade produtiva de café no município de Araponga	71
Foto 4 – Café e gado no distrito de Belisário.....	72
Foto 5 – Unidades produtivas de peixes ornamentais.....	73
Gráfico 18 – Classificação do tipo de trabalho (pluriatividade) desenvolvida pelas Famílias com atividade agrícola e não-agrícola de Araponga e Muriaé, Segundo Schneider (2006)	74
Gráfico 19 – Procedência da principal fonte de renda nas unidades produtivas familiares.....	79
Gráfico 20 – Participação em atividades sociais e produtivas na comunidade local e/ou no município.....	81

LISTA DE SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – MG
CUT – Central Única do Trabalhadores
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMINAS – Faculdade de Minas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
ONGs – Organizações Não Governamentais
ORNAs – Ocupações Rurais Não-agrícolas
PEA – População Economicamente Ativa
PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PIB – Produto Interno Bruto
PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESUMO

COSTA, Ana Flávia da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2008.

Dinâmicas econômicas e seus impactos na reprodução social das famílias rurais: Um estudo comparativo entre os municípios de Araponga e Muriaé - MG. Orientadora: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-orientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula.

A produção familiar contemporânea apresenta uma complexidade e diversidade cuja percepção é fundamental para se compreender a multiplicidade e a natureza de seus interesses e necessidades. Neste cenário, o presente estudo busca compreender as configurações socioprodutivas presentes em unidades agrícolas situadas nos municípios de Araponga e Muriaé, ambos localizados no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), na Zona da Mata Mineira. A importância do nosso estudo reside justamente em descrever e comparar duas realidades econômicas, mais precisamente em uma região que abriga um Parque de conservação ambiental, o qual em virtude de sua extensão, abarca municípios com uma base econômica rural, como é o caso de Araponga, e municípios com uma base econômica mais calcada na prestação de serviços e também em atividades industriais, como é o caso de Muriaé. Com base em informações e dados resultantes através de questionários junto às famílias rurais e informantes chave, foi possível compreender as peculiaridades das atividades pluriativas na Zona da Mata Mineira. Em termos gerais, o que difere principalmente na combinação de atividades rurais entre os municípios de Araponga e Muriaé, e explica os resultados encontrados, é a dinâmica econômica e social dos municípios estudados. Logo, a pluriatividade em Araponga é inexistente ou muito incipiente, a troca de trabalho entre as famílias é tradicional, o que acaba minimizando o mercado de empregos rural. Isso, somado à escassa dinâmica econômica rural do município de Araponga, acaba limitando a difusão de atividades pluriativas como opções de renda para as famílias rurais. Por outro lado, o panorama geral do município de Muriaé difere do encontrado no município de Araponga. A dinâmica econômica do município abrange setores de serviços, comerciais e principalmente na área industrial têxtil. O município é considerado um pólo de modas, o que acarreta oportunidades de empregos também para as famílias rurais, principalmente para as mulheres. Mas, não só oferece oportunidades de empregos não-agrícolas, as atividades agrícolas também apontam com destaque,

mostrando que a dinâmica econômica do município impacta e transforma as possibilidades de reprodução das famílias rurais.

ABSTRACT

COSTA, Ana Flávia da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2008.

Economic dynamics and their impacts on social reproduction of rural households: A comparative study between the municipalities Araponga and Muriaé - MG. Advisor: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-advisors: Ana Louise Fiúza de Carvalho and Maria Sheila Doula.

The family production features a contemporary complexity and diversity whose perception is crucial to understand the multiplicity and nature of their interests and needs. In this scenario, this study focuses on socioproductivas settings in agricultural units located in the municipality of Araponga and Muriaé, both located around the State Park of the Sierra Brigadier (PESB), in the Zona da Mata Mineira. The importance of our study lies in describing and comparing two economic realities, more precisely in a region that houses a park of environmental conservation, which because of its length, covering municipalities with a basic rural economy, such as Araponga, and municipalities with a more economical basis based on the provision of services and also in industrial activities, such as Muriaé. Based on information and data resulting from questionnaires among the rural households and key informants, it was possible to understand the peculiarities of the activities in the Zona da Mata pluriactivity Mining. In general terms, which differs mainly pluriactivity activities between the municipalities of Araponga and Muriaé, and explains the results, is the economic and social dynamics of the counties studied. Therefore, the pluriactivity in Araponga is very low, the exchange of work between the families is traditional, which has just minimizing the market for rural jobs. That, combined with scarce economic dynamics of the rural municipality of Araponga, just limiting the spread of activities pluriactivity. Moreover, the overall picture of the city of Muriaé differs from Araponga found in the municipality. The dynamic economic sectors of the municipality covers services, mainly in commercial and industrial textiles. The council is considered a center of fashion, which also brings opportunities for jobs for rural families, especially for women. But not only offers opportunities for non-agricultural jobs, the agricultural activities also point with emphasis.

1 - INTRODUÇÃO GERAL

O presente estudo busca compreender as configurações socioprodutivas presentes em unidades agrícolas situadas nos municípios de Araponga e Muriaé, ambos localizados no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), na Zona da Mata Mineira. A princípio estes dois municípios têm em comum sua localização, ou seja, estão situados no sudeste do estado de Minas Gerais e pertencem à Mesorregião de Minas Gerais, também reconhecida como Zona da Mata. Entretanto, enquanto Araponga está localizada na Microrregião de Viçosa, Muriaé pertence à Microrregião de Muriaé. Historicamente os dois municípios têm um início de territorialização a partir de povos indígenas; no final do século XIX e início do século XX a expansão econômica da monocultura cafeeira na região, foi a grande responsável pelo desenvolvimento econômico dos municípios.

Araponga possui o maior potencial turístico da microrregião de Viçosa e também possui a maior diversidade de atrativos turísticos no espaço rural, estando este município inserido no *Circuito das Serras de Minas*¹. As principais atividades da economia local são: a cafeicultura e a criação de gado de corte e de leite, mas também no município se desenvolve a agricultura de subsistência, além da horticultura. Destaca-se o café que é um produto tradicional e tem melhorado sua qualidade, chegando a vencer várias premiações organizadas por uma empresa italiana de café de alto padrão de qualidade. Já Muriaé aponta como um dos destaques do Estado no segmento de Turismo de Negócios. Consolidado como uma das maiores referências no mercado têxtil de Minas Gerais, junto às cidades mineiras de Eugenópolis, Laranjal, Patrocínio do Muriaé e Recreio, formam assim o Circuito Turístico da Moda². Outra característica pela qual a cidade é reconhecida é por fazer parte do Circuito Serra do Brigadeiro, composto pelos municípios de Antônio Prado de Minas, Divino, Ervália, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Patrocínio do Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Vieiras. Ressalta-se que o Circuito Turístico tem como principal atrativo o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que é considerado um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica situado no conjunto da Serra da Mantiqueira.

¹ De acordo com o site Minas Tour (disponível em: <http://www.minastour.com.br/website/index.php?centro=cidades/cidade.php&dados=VFdwUk5RPT0=> acesso em: 15/01/2008).

² De acordo com o site da Secretaria do Turismo de Minas Gerais (disponível em: http://www.turismo.mg.gov.br/mais_noticias.php, acesso em 14/02/2008).

Através do estudo comparativo realizado dos municípios de Araponga e Muriaé, localizados no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira, propõe-se nesta dissertação analisar o dinamismo produtivo da agricultura familiar no espaço rural, especificamente, como se conjugam as atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, no contexto da ‘nova ruralidade’ em Minas Gerais. Vários autores (Graziano da Silva (1999), Carneiro (2006), Anjos (2003), Schneider (2003), etc.) exploram o conceito de ‘novo rural’ ou ‘novas ruralidades’ para explicar as transformações em curso no meio rural, onde atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora dos estabelecimentos, estariam se combinando para dar uma nova dinâmica ao mundo rural. A importância do nosso estudo reside justamente no fato de estarmos propondo uma pesquisa, onde a noção de “pluriatividade” é utilizada de forma indagativa tentando compreender se ela pode ser aplicada à realidade das unidades produtivas situadas na Zona da Mata Mineira. Caracterizar a pluriatividade nas unidades familiares destes municípios pode nos ajudar a compreender as particularidades da reprodução social em um contexto diverso daqueles afetados pela dinâmica da pluriatividade e da nova ruralidade, mas que pode, também, apresentar semelhanças com ele. Enfim, esta é uma pesquisa que pode jogar luz sobre as peculiaridades dos processos socioeconômicos que impactam o meio rural na região da Zona da Mata Mineira. Está esta região à margem dos processos que afetam as regiões rurais no entorno de regiões metropolitanas? Quais são as peculiaridades da Zona da Mata Mineira?

De acordo com Campanhola e Graziano da Silva (1999), é evidente que a expansão da exploração turística em áreas com valor ambiental como é o caso dos municípios estudados, abre novas possibilidades de trabalho para a mão-de-obra familiar, especialmente aquela ligada à construção civil e ao comércio. Assim sendo, ocupações como as de pedreiro, caseiro, jardineiro, faxineira, doméstica, lavadeira e cozinheira têm se tornado importantes fontes de renda complementar para o orçamento familiar dos pequenos produtores agropecuários das regiões com atividades turísticas. Por sua vez, para aqueles que têm alguma capacidade de investir, casas de aluguel, pousadas e restaurantes passariam a ter importante papel na sua estratégia de reprodução.

Em Araponga e Muriaé o espaço rural pode ter adquirido novas funções com as atividades de turismo e lazer e de preservação ambiental com a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Detectou-se o desenvolvimento de pequenos negócios agropecuários ou “novas atividades agrícolas”, como produção de peixes e plantas

ornamentais, associadas com práticas agrícolas. Mas, qual é a dinâmica reprodutiva presente no espaço rural do entorno do PESB?

Nossa pesquisa se preocupa em fazer um levantamento das características socioeconômicas das famílias nos municípios de Araponga e Muriaé, localizados no entorno do PESB. Partimos da hipótese de que diferentes oportunidades de trabalho não-agrícola no meio rural poderiam surgir tanto através de empreendimentos turísticos, como a partir da própria dinâmica urbana.

Assim, este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência de duas dinâmicas municipais distintas, uma rural e outra urbana, para as unidades familiares do meio rural dos municípios de Araponga e Muriaé, no entorno do PESB, compreendendo os impactos dessas dinâmicas nas relações socioprodutivas das famílias.

Como objetivos específicos se estabeleceram os seguintes:

- * Identificar as dinâmicas que impulsionam os mercados de trabalho e a geração de renda rural na zona rural de ambos os municípios.

- * Compreender a influência do PESB na dinâmica reprodutiva dos agricultores familiares dos municípios estudados.

Este é um estudo comparativo que tem como unidade de análise as famílias rurais de dois municípios da Zona da Mata Mineira. É enquanto família que se verificam a organização e a inserção produtiva dos indivíduos em prol de sua unidade familiar. De acordo com Schneider (2003), a família rural é entendida como sendo:

“um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção)” (SCHNEIDER, 2003:106).

Para Carneiro (2006), devido ao significado que o indivíduo assume para a família, torna-se interessante eleger como unidade de análise a família e não o indivíduo que exerce a atividade não-agrícola. Já que é no domínio familiar que as decisões são tomadas, onde se verificam as necessidades e acessibilidades a recursos, este estudo busca no anseio familiar o centro de referência.

Tendo esta dissertação o propósito de compreender e identificar as dinâmicas produtivas desenvolvidas pelas famílias rurais, faz-se necessário explicitarmos o entendimento que as diferencia. No meio rural encontramos famílias que realizam atividades exclusivamente agrícolas como forma de auferir renda (famílias agrícolas);

existem também famílias rurais que com esse mesmo fim combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas e, finalmente, podemos encontrar famílias rurais cuja renda provém exclusivamente de atividades não-agrícolas (famílias rurais não-agrícolas). Ressalto que nos três casos as famílias possuem domicílio rural e são caracterizadas de modo geral como famílias rurais.

Assim, entende-se por família agrícola aquela em que todos os membros ativos ocupam-se exclusivamente com atividades agrícolas. Nas famílias rurais não agrícolas todos os membros ativos da família realizam atividades não-agrícolas, muitas das vezes, desempenhando atividades fora do estabelecimento familiar, o qual serve principalmente de moradia. Uma discussão maior – que será apresentada no próximo capítulo – merece o caso das famílias rurais que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas para obter sua renda. Para tal, e no marco das discussões sobre o “novo rural”, surge o conceito de família pluriativa. Ele atende a uma ou mais das seguintes condições: a) Quando pelo menos um membro da família estiver desenvolvendo atividades não-agrícolas, ou seja, assalariado fora da unidade familiar. b) No caso da família, processar/industrializar sua produção para fins comerciais e ao mesmo tempo, adquirir matéria-prima de terceiros para o mesmo fim. Observa-se que não serão consideradas famílias pluriativas aquelas que processam/industrializam sua própria produção, destinando-a ao consumo próprio. No entanto, existem discrepâncias sobre quando aplicar o conceito de pluriatividade, já que a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas não é necessariamente uma novidade no meio rural. Aprofundaremos teoricamente sobre essa questão mais adiante, para poder compreender e interpretar os resultados da pesquisa nos municípios estudados.

Como foi mencionado, a escolha dos municípios levou em consideração que ambos estão calcados em dinâmicas produtivas e econômicas diferentes e procura-se descobrir como essas diferenças se manifestam no meio rural e nas possibilidades de reprodução das famílias que aí habitam.

Desta forma se propôs trabalhar com os municípios de Araponga e Muriaé, onde existem poucos estudos com a temática voltada para as transformações em curso no “rural contemporâneo”. A proximidade destes municípios com um parque foi importante na escolha da amostra já que existiam expectativas de analisar o seu impacto na dinâmica das famílias rurais. O PESB compreende porções territoriais de municípios com uma base econômica rural, como é o caso de Araponga, e municípios com uma base econômica mais

calcada na prestação de serviços e também em atividades industriais, como é o caso de Muriaé.

Araponga possui uma maior área pertencente ao PESB (41%), maior população no meio rural (68%) e menor IDH (0,657) de acordo com fontes do IBGE (2000); Muriaé, por outro lado, possui uma das menores áreas pertencentes ao PESB (2%), maior população urbana (91%) e maior IDH (0,773) quando comparado com os outros municípios do entorno do PESB. Estes dados ilustram as diferentes realidades socioeconômicas dos municípios escolhidos para análise.

Trabalhar com distintas realidades socioeconômicas era de interesse para essa pesquisa, pois se procura mostrar as diferentes estratégias produtivas adotadas por famílias rurais que habitam o entorno do PESB, as que – a priori – poderiam escolher entre perspectivas vinculadas ao turismo, aos serviços, a indústria e/ou ao comércio, para viabilizar novas oportunidades de renda. Interessa-nos compreender as dinâmicas sócio-produtivas das famílias nesses diferentes contextos socioeconômicos, e como estes afetam aquelas.

Para a coleta e produção de dados e informações necessários à realização deste trabalho utilizaram-se diferentes instrumentos, a saber:

a) Levantamento e sistematização de dados secundários e de literatura;

Utilizou-se de publicações disponíveis como livros, teses, dissertações, periódicos e documentos históricos, fontes estatísticas, e programas e projetos direcionados ao meio rural, no sentido de construir o referencial teórico para o levantamento de dados secundários e, ainda, para a construção da metodologia utilizada neste estudo.

b) Entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, pessoas ligadas às comunidades e técnicos de ONGs e da EMATER da região. No primeiro contato com os municípios de Araponga e Muriaé levou-se em consideração as informações oferecidas por essas pessoas, para identificar as comunidades e coletar informações sobre os municípios, as principais características e a visão sobre suas características sócio-econômicas.

c) Entrevistas semi-estruturadas às famílias das comunidades selecionadas.

Como principal instrumento para a obtenção das informações e dados primários, utilizou-se a entrevista semi-estruturada. Partiu-se de um questionário com perguntas fechadas e algumas perguntas abertas (ver no Anexo). A aplicação do questionário teve como objetivo obter dados sociométricos e socioeconômicos das famílias entrevistadas.

A entrevista semi-estruturada revelou-se um instrumento adequado, pois conferiu uma flexibilidade importante ao processo, ao permitir que as informações não se

limitassem àquelas das perguntas pré-estabelecidas. Desta forma, alguns pontos abordados pelos informantes foram aprofundados na medida em que se mostravam relevantes para os objetivos deste trabalho.

No município de Araponga as informações obtidas através das conversas com informantes-chave (pertencentes à EMATER e CTA-ZM) foram escassas; sendo a única informação relevante um mapa feito à mão por um técnico do CTA-ZM, que foi utilizado para identificar algumas comunidades do município. Já em Muriaé os contatos efetivados permitiram obter maiores informações sobre o município e seus respectivos distritos. O papel desenvolvido pelos informantes da EMATER/Muriaé e do Grupo de Artesãos de Belisário foram de grande utilidade para entender a dinâmica do município e das famílias rurais de Muriaé.

Vale ressaltar que em nenhum dos municípios os informantes-chave indicaram famílias para serem entrevistadas. As unidades familiares pesquisadas foram escolhidas pela autora de forma aleatória nas próprias comunidades.

O período de desenvolvimento da pesquisa de campo coincidiu com a época da “panha” do café em Araponga, muitas famílias estavam no campo por ocasião das visitas. A presença de um responsável pela família era de total importância para fins deste estudo e acabou se constituindo em um dos fatores que definiu a seleção dos entrevistados. Tanto no município de Araponga quanto em Muriaé, as propriedades eram escolhidas aleatoriamente, realizando-se as entrevistas se existia algum integrante da família presente na casa e se ele(a) tivesse disponibilidade e aceitasse participar desta pesquisa. Caso contrário ia-se visitando as casas vizinhas até conseguir a entrevista.

A pesquisa foi realizada nas comunidades do Boné, Córrego São Gabriel, Estouro, Serrinha, Serra das Cabeças e Tromba Danta no município de Araponga e, no município de Muriaé, entrevistaram-se famílias no distrito de Belisário (limítrofe com o PESB) e na comunidade de São João do Glória, pertencente ao distrito de Muriaé (sede).

A definição do número de entrevistados não foi estabelecida rigidamente *a priori*, assim, considerou-se que os 37 questionários aplicados no município de Araponga e os 47 aplicados no município de Muriaé ofereciam elementos suficientes para a análise acerca das diferentes estratégias de reprodução das unidades familiares encontradas no meio rural destes dois municípios. Deu-se, assim, de acordo com Fontanella *et al.*, (2008) “*um fechamento amostral por saturação teórica, que é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição*”.

Desta forma, em Araponga foram aplicados pelo menos cinco questionários nas comunidades: do Boné, Córrego São Gabriel, Estouro, Serrinha, Serra das Cabeças e Tromba Danta (todas elas na área rural do município, no entorno do PESB). Já em Muriaé foram aplicados 37 questionários na comunidade São João do Glória, distrito de Muriaé (sede), enquanto os outros dez questionários foram aplicados no distrito de Belisário. A princípio os 37 questionários aplicados na comunidade São João do Glória em Muriaé seriam suficientes para demonstrar as facetas socioprodutivas das famílias rurais, mas considerou-se importante pesquisar o distrito de Belisário por estar geograficamente mais próximo do PESB e por este eventualmente alavancar outras possibilidades de atividades relacionadas ao parque, por exemplo, atividades relacionadas ao turismo.

Com relação às entrevistas, o objetivo principal foi buscar informações sobre a trajetória produtiva dos agricultores familiares, informações recentes sobre questões sociais, econômicas, culturais e políticas que mostrassem as atuais estratégias de reprodução dos agricultores familiares dos municípios. Para o registro das informações, além das anotações no caderno de campo, utilizou-se como recurso (mediante a autorização das famílias entrevistadas) a fotografia. As famílias demonstraram desconforto e objeção ao uso do gravador; ficou evidente que a aplicação do questionário e das entrevistas diante do gravador, além de inibir os entrevistados poderia comprometer o resultado do trabalho. Desta forma, optou-se por anotar suas respostas e os diálogos.

De modo geral, as famílias entrevistadas não demonstraram desconforto em falar sobre as questões apresentadas, porém, foi possível perceber certa relutância quando a questão da renda era levantada, assim como as opiniões sobre a política do município. Assim, em nenhum momento foi questionado sobre valores da renda familiar, pois o que interessava para fins deste estudo era a origem das rendas e de que forma as atividades fossem elas agrícolas e/ou não-agrícolas eram utilizadas pela família para garantir sua reprodução social. É importante ressaltar que todas as famílias convidadas a fazer parte do trabalho aceitaram fazê-lo. Foi importante para a pesquisadora ter demonstrado boa identificação e respeito com os entrevistados, seja com a condição em que vivem e trabalham, seja com seus hábitos e costumes, o que contribuiu para que se estabelecesse um ambiente de confiança que se revelou frutífero para a consecução do trabalho. Para manter o caráter confidencial das informações prestadas pelos entrevistados, procedeu-se nas citações diretas a codificar os nomes utilizando nomes de pássaros. Após a coleta dos dados de campo, todas as informações foram separadas e analisadas de acordo com o município correspondente através de gráficos e tabelas. Ressalta-se que, com o intuito de

corroborar a análise realizada, foram utilizados também exemplos de outros estudos desenvolvidos sobre o mesmo tema ou com características semelhantes.

No próximo capítulo trataremos dos elementos teóricos relacionados à temática proposta para este estudo. No capítulo três apresentamos a descrição dos municípios de Araponga e Muriaé, além dos dados e da análise resultante do trabalho de campo. Concluimos essa dissertação com as considerações finais.

2 – ELEMENTOS TEÓRICOS REFERENCIAIS PARA ESTE ESTUDO

2.1 - Novas Ruralidades e Multifuncionalidade na Agricultura

O rural como predominantemente agrícola é uma visão que esta se modificando. O espaço rural tem passado, ao longo do tempo, por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e significações sociais, econômicas e produtivas, o que tem levado ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas sobre o tema em várias regiões do Brasil. Esta nova realidade tem sido denominada por autores como Graziano da Silva (1999) de “novo rural” e por outros autores como “ruralidade” ou “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO,1998).

Graziano da Silva (1996) chama a atenção para o fato de que nos anos 60 e 70 um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado dos campos para a periferia das grandes cidades, tornando urbana grande parte da força de trabalho agrícola antes residente nas fazendas. E, que nos anos 80, esse fluxo era reduzido substancialmente, devido a uma “urbanização do campo brasileiro” através do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural. Ainda de acordo com o mesmo autor (1997), em 1981 de cada dez pessoas ocupadas na área rural, duas estavam vinculadas a atividades não-agrícolas. Na região Sudeste, por exemplo, mais de 40% da população rural estava ocupada em atividades não-agrícolas no ano de 1990. Em 1997, a proporção já era de três pessoas envolvidas em trabalhos não-agrícolas de cada dez no Brasil. O aumento das oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas estancou a queda no tamanho da população rural no país.

Buscar-se-á com os estudos de Rego Filho e Carneiro (2007) elucidar o aumento das ocupações rurais não-agrícolas na população economicamente ativa (PEA) com domicílio rural, principalmente nos anos 80 e 90. Para esses autores, isso se deve a um conjunto de fatores inter-relacionados, tais como, a crise na agricultura, a queda dos preços das principais *commodities* e da renda dos agricultores; as novas funções de turismo, lazer, moradia e local de investimentos industriais e de serviços do meio rural; a emergência de novos atores rurais; as mudanças nas famílias rurais, cujas estratégias crescentemente deixam de estar nucleadas na agropecuária; as mudanças nas explorações agropecuárias, com a externalização (terceirização) de atividades agrícolas antes feitas por membros familiares; e as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural, não somente

em termos de participação dos ramos de atividade na ocupação das pessoas, como também em relação ao próprio processo de trabalho.

Esses elementos, conjuntamente com o avanço tecnológico que reduz as vagas nas ocupações agrícolas, ajudam a explicar, de forma mais adequada, porque cada vez mais a PEA rural nos diferentes países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, cresce fora das atividades agropecuárias.

Graziano da Silva (2001) afirma que as ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs), na atualidade, estão associadas a um ambiente dinâmico de criação de postos de ocupação de mão-de-obra e de agregação de valor no espaço rural. Desta forma, segundo o autor, estas ocupações não são o motor para o desenvolvimento de regiões atrasadas, pois elas se desenvolvem justamente em regiões onde a agricultura é mais desenvolvida, como por exemplo, no centro sul do Brasil; em regiões onde a agricultura é menos desenvolvida, como no nordeste brasileiro, as ocupações estão presentes em menor número, em 1999, segundo o PNAD, aumentou em 450 mil o número de vagas agrícolas não remuneradas, com uma pequena redução das não-agrícolas.

Ressaltam-se os trabalhos do Projeto Rurbano³, o qual continua a demonstrar que, mesmo com a diminuição da participação das atividades agrícolas no espaço rural e principalmente na renda familiar, estas atividades continuam exercendo uma importante e significativa representação para parte da população rural, principalmente para aqueles que buscam nestas atividades a sua subsistência. Neste contexto grande parcela da força de trabalho agrícola vai se tornando excedente, devido ao progresso tecnológico e à demanda por qualidade da produção no espaço rural. Existe, também, certa dificuldade para que a população rural se engaje em ocupações não-agrícolas em virtude de não possuírem capacitação ou conhecimentos suficientes para desempenhar determinadas atividades desse tipo.

Paralelamente, e diante das transformações verificadas, observa-se a atração de parte da população urbana pelos espaços rurais. Chama atenção Abramovay (2000) para o dinamismo que vem sendo atribuído ao meio rural para a necessidade de uma combinação

³ As pesquisas do Projeto Rurbano contribuíram para derrubar alguns velhos mitos sobre o universo rural brasileiro. É um projeto temático denominado "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95" que conta com financiamento parcial da Fapesp e do Pronex-CNPq. Pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em 11 unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). http://plsq11.cnpq.br/dwdiretorio/pr_detalhe_bt_grupos?strPNroIdGrupo=0079603OQBUZO3&strPQuery=&strPConector=ALL.

entre as atividades produtivas clássicas do campo e o rural como um espaço para o lazer, moradia e de valorização dos aspectos naturais.

Existe a tendência à integração entre os modos de vida, valores sociais e econômicos e padrão de consumo dos meios rural e urbano. Segundo Graziano da Silva (1999), o meio rural brasileiro vem integrando-se à economia geral e incorporando atividades antes exclusivas dos centros urbanos, além de oferecer bens e serviços não materiais, a ponto de não se poder delimitar com facilidade o que é rural e o que é urbano.

Conseqüentemente, aumentam os esforços por parte de teóricos na discussão e problematização dos usos conceituais e das formas de definição da ruralidade. Embora desenvolvam abordagens distintas, existe um ponto de partida comum a todos os que estão envolvidos neste debate: “a insatisfação com as definições do que seja rural que se adotam no Brasil e a crítica à normativa que o IBGE utiliza, assentada em um critério político e administrativo que decorre da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais), restando a simplificação que o rural se define como a área física que resta depois de definido o que seja urbano” (SCHNEIDER, 2007).

Assim, o IBGE define o rural e o urbano da seguinte forma:

“Na situação URBANA consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou áreas urbanizadas isoladas. A situação de RURAL abrangeu toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.” (IBGE,1991, p.9).

Veiga (2002) procura demonstrar quão equivocado e reducionista é vincular a ruralidade a um critério normativo como o do IBGE, o qual define como rural toda a área que estiver fora dos domínios do perímetro urbano. E como urbana entende-se toda a sede de município ou distrito. De acordo com Veiga (2002, p.33), “é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”. A partir dessas observações, Veiga apresenta sua classificação do que seja rural e urbano no Brasil:

O Brasil inequivocadamente urbano é formado pelos 455 municípios onde estavam 57% da população em 2000. [...] é preciso distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no meio-de-campo. E para fazer esse tipo de separação o critério decisivo é a densidade demográfica. [...] podem ser considerados de pequeno porte os municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. [...] conclui-se então que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos

municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. (VEIGA 2002, p.34).

Observa-se que este modelo proposto por Veiga (2002) também não leva em consideração todas as outras importantes características existentes, como por exemplo, os tipos de atividades desenvolvidas (agrícolas ou não-agrícolas), essenciais para a distinção de áreas rurais e urbanas. De acordo com Sathler (2006), percebe-se que esse corte geográfico a partir de um critério fundamentado na “densidade populacional”, continua distante de considerar as características funcionais dos municípios. Outras parcelas de áreas classificadas como essencialmente rurais podem não se inserir nesse contexto, a exemplo de áreas que sofrem a atuação de empreendimentos de mineração e que, por sua vez, incorporam a lógica urbano-industrial na realização de suas atividades. Nesse caso, não se pode observar, com considerável intensidade, os traços que expressam a ruralidade, configurando-se um espaço construído a partir de uma lógica distante do contexto das atividades agropecuárias.

Wanderley (2004), por sua parte, afirma que é possível verificar uma dupla face do rural, ou seja, por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade dos que não tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado, um meio rural povoado por habitantes portadores de uma cultura que dinamiza as relações locais e com uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados. A autora busca o conceito “a apropriação da cidade”⁴ para entender o processo pelo qual os “rurais” tentam vencer o isolamento e a precariedade de suas condições de vida.

Nota-se com tal frequência trabalhos que indicam o meio rural não caracterizado unicamente como espaço para a produção de alimentos e fibras (FERRO, 2006). Saraceno (1996), em seu estudo sobre a situação européia, mostra a inadequação de se fazer coincidir o território com o setor, ou seja, o rural com o agrícola. A autora afirma que a inclusão de atividades urbanas ao ambiente rural determina uma nova configuração e um novo dinamismo em algumas áreas, tornando difícil precisar um conceito de ruralidade.

Entretanto, para Laurenti (2000) *apud* Froehlich *et al.* (2005), ruralidade é um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de

⁴ De acordo com Wanderley (2004), a apropriação da cidade nada mais é do que uma estratégia das famílias rurais. Já que para os que moram no meio rural, a cidade, sobretudo, a pequena cidade próxima, deixa de ser um lugar desconhecido e passa a ser um lugar aonde se vai à procura de bens, serviços ou até mesmo um lugar de destino para muitos.

atividades dos distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais.

Neste contexto, a noção de rural, tradicionalmente, é estritamente territorial ou espacial, mas esta tem sido contestada na medida em que a este rural se mesclam às atividades econômicas, consumo, hábitos e culturas anteriormente urbanas. Desta forma, para Carneiro (2006) existe a necessidade de analisar o rural centrado-se nas relações sociais, mais precisamente, nas múltiplas formas de interação dos atores com a sociedade e a economia global. O rural se manifestaria como um espaço multifuncional, com atividades diversificadas: serviços, agroindustrialização, pesque-pague, indústrias, atividades não-agrícolas e agrícolas, além da pluriatividade – caracterizaria a ruralidade.

Carneiro (1998) e Durán (1998) que defendem o rural, não como espaço geográfico, mas como uma representação social afirmam que

“...importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nestas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados e as práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos...” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

O trabalho de Froehlich *et al.* (2005) apresentam contribuições importantes de autores onde emergem reflexões sobre novas ruralidades no país. Tais reflexões englobariam o “Novo Rural”, este que por sua vez destaca-se pela proximidade das considerações de Carneiro (1998) e Graziano da Silva (1999), os quais afirmam que no Brasil o “Novo Rural” tem se caracterizado por dois conjuntos de fenômenos, ou seja, em primeiro lugar, o rural não mais se define pelo agrícola, mas pela ‘pluriatividade’. E em segundo lugar, a valorização de um novo modo ou estilo de vida (*lifestyle*), pautado por novos valores advindos do ambientalismo e da demanda por lazer, os quais têm valorizado positivamente o mundo rural.

Chama-se a atenção para a ampla discussão e análise das concepções teóricas formuladas a respeito das relações entre o campo e a cidade nas sociedades modernas, mais precisamente nas vertentes que se referem ao *continuum rural urbano*, à modernização do meio rural e ao fim do rural. De acordo com Rêgo Filho e Carneiro (2007, p. 17-18), “as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é

responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana”.

Ainda segundo os autores a idéia de *continuum rural urbano* também se apóia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação. Na medida em que o rural e o urbano são tratados como pólos de um contínuo, está, de certa forma, subentendida uma diferença qualitativa.

De acordo com Julliard (1973) *apud* Wanderley (2000), entende-se como “urbanização do campo” o processo que resulta no “controle das cidades sobre o campo, a integração pela cidade do conjunto do espaço urbanizado”. No entanto, é preciso considerar os diversos significados com que este conceito é utilizado pelos inúmeros autores, os quais atribuem intensidades e conformações diferentes à influência da cidade sobre o meio rural. Wanderley (2000) afirma que indiferente de qualquer conteúdo substantivo atribuído à expressão “urbanização do campo”, será certamente relevante a constatação de que os espaços rurais e urbanos tendem a se assemelhar e a se inter-relacionar.

Apresenta-se nos estudos de Durán (1998, p. 81) a base teórica da existência de um *continuum* entre o meio rural e o meio urbano, a partir do suposto reconhecimento de que “a passagem de uma comunidade rural para outra urbana se realiza de maneira gradual, de tal modo que entre o urbano e o rural não há uma ruptura e sim uma continuidade”. Por outro lado, o caráter inovador da abordagem teórica de *continuum* corrobora o fim das formas tradicionais da dicotomia rural-urbano, ou seja, aquelas que são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre o campo e a cidade.

Graziano da Silva (1999) acredita, também, em um “Novo Rural” numa perspectiva de *continuum*; esta idéia está relacionada a distintos graus de urbanização do espaço rural, onde se verifica a existência de uma teleologia em que o extremo rural do *continuum*, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, logo o destino do rural é desaparecer, tornando-se urbano. Por outro lado, autores como Carneiro (1998) e Rêgo Filho e Carneiro (2007) discordam desta perspectiva, e defendem a vertente analítica que pleiteia uma resignificação do rural, com a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactadas pela força do urbano.

Autores como Graziano da Silva (1999), Wanderley (2000) e Carneiro *et al.* (2003) destacam-se pelo interesse no debate sobre as “novas ruralidades”, a pluriatividade e o tema da multifuncionalidade agrícola, devido à complexidade de teorias que tratam da

urbanização do campo e do *continuum rural urbano*, sobretudo quando o discurso preconiza simplesmente o “fim da agricultura” ou o “fim do rural”.

De modo geral esses debates abarcam uma série de questões relacionadas às novas funções assumidas pelo espaço rural; o papel da agricultura e outras atividades não-agrícolas na manutenção ou na criação de novos empregos; a compreensão de como as atividades não-agrícolas são impulsionadas e como podem ser incluídas em uma política pública de desenvolvimento rural; e, ainda, às contribuições da agricultura para o desenvolvimento econômico e social de um determinado território ligadas à segurança alimentar, à valorização do território, à proteção do meio ambiente e à manutenção de um tecido econômico e social rural, isto é, a multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO *et al.* 2003).

Diante das transformações do espaço rural, Schneider (2006) destaca a importância das atividades agrícolas e das diferentes formas de interação e de encadeamento do setor agropecuário aos demais ramos da economia, visto que continuam sendo importantes para o meio rural. A perspectiva do autor é que a pluriatividade pode se tornar uma alternativa para os agricultores e suas famílias, como forma de obter emprego, de aumentar, diversificar e angariar maior estabilidade financeira. Ao mesmo tempo, uma nova atribuição do espaço rural, que além de suas funções usuais de ser o território da produção agrícola, agora se identificaria como um espaço multifuncional. Assim,

“através da noção de multifuncionalidade é possível reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social de populações residentes no meio rural, algumas das quais, por diferentes motivos, não têm condições de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva, nem de viver somente da atividade agrícola. No entanto, o resultado é a inserção social dessa população, resgatando-lhe também um sentido de cidadania” (CARNEIRO, 2006, p. 183).

Atualmente com um explícito espaço multifuncional é difícil distinguir o que é urbano do que é rural, fronteira esta não mais visível geograficamente.

Através das representações sociais existiria a possibilidade de diferenciá-los (CARNEIRO, 2006). Neste contexto, acredita-se que o debate sobre multifuncionalidade seja também decorrente do debate da reestruturação do rural quando passou a englobar o manejo de bens públicos como, por exemplo, o meio ambiente e a própria dinamização do espaço rural.

Inseridos nesse debate, essa pesquisa questiona sobre como seria esse novo rural nas condições mineiras, sobre o eventual efeito do PESB na configuração do mesmo e quer

indagar também sobre quais seriam as diferenças existentes nesse rural de municípios distintos.

2.2 – Pluriatividade na agricultura familiar

É importante analisar e compreender as famílias que vivem e se reproduzem no meio rural dentro de um contexto histórico e social. Famílias estas que buscam através do trabalho tirar o seu sustento, intercalando atividades produtivas agrícolas com possíveis atividades não-agrícolas. Desta forma, o presente estudo procura discernir a agricultura familiar para além de uma unidade produtiva unicamente, onde o caráter familiar da agricultura demanda necessidades de reprodução socioeconômica das famílias envolvidas.

Segundo Lamarche (1993), o conceito de agricultura familiar está relacionado a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. No entanto, este conceito pode identificar outras categorias e receber outras designações de acordo com o período e o contexto sociopolítico no qual esteja envolvido.

Um conceito chave parece surgir no final da década de 1980 e início da década de 1990, o qual consolida a expressão “agricultura familiar” no cenário acadêmico e político brasileiro. Assim, a partir do debate sobre a agricultura familiar, diversas correntes teóricas desenvolvem estudos com a possibilidade e o intuito de fornecer subsídios para analisar as mudanças que estavam ocorrendo com os atores sociais e com o meio rural em que residiam.

Como já destacado, a década de 1990 revelou um espaço rural com novas características, onde tornou-se difícil determinar a fronteira entre as atividades rurais e as urbanas. “Isso porque o espaço rural deixou de ser exclusivamente sinônimo de mundo agrícola” (ROSA, 1998). Desta forma, as possibilidades de trabalho para a população rural foram ampliadas, devido às transformações na sua estrutura rural, deixando de ser exclusivamente agrícolas (FLORES E MACÊDO, 1999). As áreas rurais passaram a incluir atividades diversas relacionadas ao lazer, ao turismo, ao artesanato, à residência, à preservação do meio ambiente, ao processamento de alimentos, dentre outras.

Dentro deste contexto, além dos estudos acadêmicos de Graziano da Silva (1996), destacam-se também por sua significativa contribuição os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Kageyama (1998), Anjos (2001, 2003) e Schneider (2003, 2006), dentre os principais.

De acordo com Ferro (2006), no campo político, dois fatos contribuíram de forma significativa para a afirmação da denominação agricultura familiar. Por um lado, a ação dos movimentos sociais no campo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e daqueles ligados a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que atuavam com intuito de unir os interesses dos pequenos produtores rurais e sanar suas dificuldades decorrentes da integração comercial e econômica com os países que estavam nessa época constituindo o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL.

Por outro lado, a afirmação da expressão “agricultura familiar” no cenário social e político brasileiro foi legitimada pelo Estado ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de prover crédito agrícola e dar apoio institucional aos agricultores familiares.

Também contribuiu para afirmar a expressão “agricultura familiar” o estudo realizado em cooperação entre a FAO e o INCRA (1994), que tinha por objetivo determinar diretrizes para um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Foi, então, proposta uma classificação dos estabelecimentos agropecuários separando-os em dois modelos: “patronal” e “familiar” e tentando sistematizar uma classificação dos mesmos.

As características do modelo familiar, em contraposição ao modelo patronal segundo a FAO/INCRA (1994) seriam: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. Já a agricultura patronal possuiria as seguintes características: completa separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis e trabalho assalariado predominante (VEIGA, 1996).

Segundo Schneider (2003), os estabelecimentos familiares foram ainda separados em três subcategorias: familiar consolidada, familiar em transição e familiar periférica. Essa tipologia constituiu-se no suporte fundamental à principal política pública do Estado brasileiro de apoio aos chamados agricultores familiares.

A partir dos estudos da FAO/INCRA *apud* Melo (2002), busca-se o significado destas três subcategorias; assim, a agricultura familiar consolidada reuniria menor número de estabelecimentos, os produtores estariam integrados ao mercado, teriam acesso a inovações tecnológicas e às políticas públicas. A maioria dos estabelecimentos desta

categoria funcionaria em padrões empresariais e alguns participariam do chamado agronegócio.

A agricultura familiar de transição estaria composta por produtores integrados parcialmente às inovações tecnológicas, ao mercado e sem acesso à maioria das políticas públicas e programas governamentais. Não estariam consolidados como empresas, mas possuiriam um amplo potencial para sua viabilização econômica.

Por último, a agricultura familiar periférica estaria constituída por aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais que formam a agricultura familiar brasileira. Geralmente os estabelecimentos seriam precários em termos de infra-estrutura e dependentes de programas estruturados de redistribuição de terras, crédito, agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, capacitação de pessoal, dentre outros.

Tendo em vista o fato da propriedade e do trabalho estarem intimamente ligados à família, a diversidade e a capacidade de adaptação dessas unidades familiares constituem sua principal característica. As explorações familiares que se mantiveram são as que souberam, ou que foram capazes, de adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diferenciadas (LAMARCHE, 1993).

Segundo Plein e Schneider (2003), a noção de “estratégia de reprodução” é essencial para a agricultura familiar. Os agricultores familiares sempre utilizariam estratégias como: as migrações, a complementação com atividades não-agrícolas, a inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, entre outras para assegurar sua sobrevivência.

Para Schneider:

“(…) as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos (...) essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas” (1999, p. 135).

Schneider (2003) e Carneiro (2006) concordam em que a própria modernização técnico-produtiva da agricultura, a terceirização agrícola, a queda das rendas agrícolas

decorrentes de uma agricultura modernizada e as mudanças nos mercados de trabalho, incluindo a descentralização de indústrias, favorecem o aparecimento da pluriatividade:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 48)

Segundo Schneider (2003), a noção de pluriatividade surgiu a partir do momento que foram focadas as estratégias não-agrícolas de reprodução da família no debate da reestruturação da agricultura. Neste contexto, analisar o meio rural hoje nos faz deparar com uma realidade na qual a pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá também através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas⁵ (SCHNEIDER, 2003).

Vale ressaltar que o conceito de pluriatividade ganha destaque no Brasil apenas na década de 90, porém, existe a necessidade de estudos mais aprofundados pelo fato de ser um conceito relativamente novo que gera inúmeros questionamentos, sendo difícil encontrar consensos entre autores que estudam as transformações no meio rural através da combinação das atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas.

Assim, para Anjos (2001), a pluriatividade deve ser entendida como fenômeno que ultrapassa a versão estrita que unicamente lhe associa com a industrialização regional, reconhecendo o mesmo *status* a distintas formas associadas ao turismo, à indústria doméstica rural, ou mesmo à prestação de serviços, sempre e quando o foco de análise esteja dirigido à forma familiar de produção e às estratégias que os grupos domésticos adotam para garantir a reprodução material de seus membros. Desta forma, atividades antes pouco valorizadas, passam a ter um papel de destaque e conseqüentemente integrar inúmeras cadeias de produção.

Para Kageyama (1998) o fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões rurais, dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial.

⁵ Em razão da grande variedade de atividades existentes no meio rural, muitas vezes, a distinção do que seja agrícola e não-agrícola causa controversas. No entanto, para fins deste estudo, consideram-se atividades não-agrícolas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal. No caso específico de atividades desenvolvidas dentro da propriedade, como é o caso do beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (agregação de valor a um determinado produto), são classificadas como não-agrícolas e podem ser chamadas de “para-agrícolas”(SCHNEIDER, 2003).

Segundo Schneider (2003), até meados da década de 80, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram freqüentemente utilizados pelos cientistas sociais para caracterizar uma situação em que agricultores combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas, o que gerava controvérsias quanto à sua utilização. O primeiro termo era de uso comum entre os analistas de língua inglesa, enquanto o segundo era mais ligado à academia francesa. No entanto, nos anos mais recentes, na literatura internacional, o entendimento de tais noções altera-se significativamente “podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade” (SCHNEIDER, 2003, p. 74).

Agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) refere-se à situação em que apenas parte do tempo é dedicada às atividades agrícolas. De acordo com Kageyama (1998), apesar do tempo parcial ser uma condição básica para a realização de outras atividades, não significa dizer que o tempo não dedicado à agricultura seja dedicado a atividades não-agrícolas, o que caracterizaria a pluriatividade.

Sendo assim, um indivíduo pode dedicar parte do tempo à agricultura e não realizar atividades não-agrícolas no restante do tempo, realizando assim a agricultura em tempo parcial, mas não a pluriatividade. Um exemplo típico da agricultura de tempo parcial seria a sazonalidade da produção ou até mesmo a dispensa do trabalho pela família durante um período do dia, sem desenvolver no restante do tempo nenhuma outra atividade agrícola ou não-agrícola destinada à obtenção de renda.

Ferro (2006) também afirma que, ao longo do tempo, a pluriatividade recebeu distintas denominações tais como: “*part-time farming*”, (agricultura em tempo parcial) e “*multiple-job holding*” (empregos múltiplos). Contudo, como mencionado, essas denominações não possuem o poder explicativo do termo pluriatividade e não deveriam ser tratadas como sinônimos. As denominações “*part-time farming*” e “*multiple-job holding*”, que se restringem apenas às atividades do chefe de família e às unidades de produção, perderam, a partir dos anos de 1980, seu potencial explicativo. Desta maneira, segundo o autor, a força da pluriatividade está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros da família e a inserção dos mesmos nos diversos sistemas econômicos e sociais.

Estudos precursores relacionados à combinação das atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas não utilizam o termo “pluriatividade” para se referir a este fenômeno. Seyferth (1984) designava aqueles que eram agricultores e ao mesmo tempo trabalhavam de forma assalariada nas indústrias não de pluriativos, mas de “colonos

operários”. Schneider (2003) cita também estudos desenvolvidos por Chayanov (1974) e Kaustsky (1980) onde os autores designavam o “trabalho rural acessório” e as atividades não-agrícolas complementares” como formas pioneiras da pluriatividade na agricultura.

Carneiro (2006) destaca possíveis controversas e confusões a respeito do debate sobre a pluriatividade com o significado das atividades não-agrícolas no meio rural. Vale ressaltar que, para a autora, a combinação de atividades não-agrícolas com a agricultura é uma prática antiga tanto no Brasil quanto no mundo. Entretanto, atividades agrícolas combinadas com atividades não-agrícolas não são suficientes para reconhecer a existência da pluriatividade. Para a autora esta pluralidade tanto pode ser vista como um fenômeno antigo, como recente. Assim, é um fenômeno que não deve ser confundido, por exemplo, com as práticas executadas pelos camponeses no Brasil, que buscavam na interação das atividades agrícolas com não-agrícolas, mecanismos para sua sobrevivência e, conseqüentemente, para a sua reprodução social. Podemos considerá-los como aspecto recente "se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as originou na atualidade" (CARNEIRO, 1996:94).

A pluriatividade não constitui um objeto de estudo em si, tal que, se quisermos atribuir um conteúdo heurístico a essa noção, de maneira que ela qualifique um fenômeno novo, devemos nos ater a determinados contextos socioeconômicos, nos quais a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias agrícolas corresponda à dinâmica do que poderíamos denominar genericamente, e de forma provisória, de “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 2006, p. 170).

Desta forma, a pluriatividade é enxergada dentro de determinados contextos como uma possível alternativa para os agricultores e suas famílias obterem novas formas de renda, aumentar e diversificar seus rendimentos e, assim, participar diretamente das mudanças que estão ocorrendo no espaço rural. Espaço que deixa de ser exclusivo para a produção agrícola, para ser um espaço incorporado à dinâmica economia local, ou seja, ambiente destinado também à habitação, aos serviços, à exploração de bens culturais, etc.

Conseqüentemente, para Carneiro (2006) a pluriatividade apresenta-se como um dos processos gerados no campo, o qual se baseia em múltiplas formas de trabalho realizadas pela família, sobretudo através da combinação de atividades agrícolas com trabalhos realizados fora da propriedade, junto com a conformação de novas identidades sociais no meio rural, no marco da crise de reprodução da agricultura de base familiar.

A cada dia este foco sobre a importância das famílias rurais desenvolverem atividades não-agrícolas no meio rural, e sua responsabilidade direta pela dinâmica e geração de empregos vem ganhando destaque internacional. Um exemplo é o Relatório

sobre o Emprego de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (*World Employment Report* da OIT), que considera as atividades não-agrícolas capazes de promover e incrementar o bem estar e a qualidade de vida rural em vários sentidos como reduzir o desemprego e a estacionalidade (sazonalidade) das ocupações, diminuir a pressão sobre as migrações rural-urbano e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços (OIT, 2005, p.150 *apud* SCHNEIDER, 2006).

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, devido à agricultura não demandar um tempo integral de trabalho, e a sazonalidade do trabalho agrícola permitir a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva *et al.* (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Esses dois últimos autores sustentam a idéia de que a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Observa-se que a reprodução das famílias é prejudicada caso a renda agrícola seja insuficiente. Desta forma, a agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, que responde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura.

Segundo Kageyama (1998) a pluriatividade deve ser entendida no contexto das economias locais, já que a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes. Para a autora o que importa é a existência de mercados de trabalho com necessidades que possam ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, ou seja, é preciso haver demanda para o trabalho pluriativo, o que por sua vez não depende da delimitação urbano rural, e sim das economias locais com características econômicas, sociais e culturais.

Desta forma, o presente estudo segue a vertente que a pluriatividade é uma prática utilizada para a reprodução socioeconômica das famílias agrícolas, atuando na maioria das vezes como mecanismos de manutenção das famílias e da agricultura por elas desenvolvidas. Observam-se as variadas situações que levam a ocorrência da

pluriatividade, tais como o tempo ocioso na unidade de produção, a necessidade de complemento de renda, adaptação a novas realidades, dentre outros. Porém, é importante salientar que a ocorrência e suas particularidades dependem das circunstâncias do meio no qual ela está inserida, sendo que o grau de desenvolvimento e a dinâmica econômica e as atividades realizadas na região são decisivos para determiná-la.

Sintetizando pode-se dizer que, no Brasil, a discussão sobre pluriatividade começa a partir da década de 90 com a constatação de que o emprego rural não-agrícola cresce mais do que o emprego agrícola, e através da constatação de que os fatores mais importantes para segurar a população no meio rural durante esta década foram as atividades não agrícolas.

Conceituar a pluriatividade não é uma tarefa simples, dado que a diversidade de formas e situações em que ela é observada é muito diversa. Seria muito fácil e simplório caracterizar a pluriatividade apenas pelo fato de um indivíduo ou a família desenvolver, além das tradicionais atividades agropecuárias, outra ou outras que não sejam agropecuárias. Porém, mais do que esta conceituação é necessário entender o contexto socioeconômico em que as famílias estão envolvidas, para então, sugerir uma denominação e classificação coerente para este fenômeno que é a pluriatividade.

A seguir podemos observar resumidamente as concepções dos principais teóricos sobre a pluriatividade:

Quadro 1 – Resumo das concepções dos principais teóricos sobre a pluriatividade

Anjos (2003)	“Um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativa centrados na própria exploração (Industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou seu entorno”. (ANJOS, 2003, p.90-91).
Carneiro (2006)	“A multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade se considerarmos que as múltiplas funções da agricultura para a sociedade podem se traduzir em atividades exercidas por diferentes membros das famílias de agricultores que não estão diretamente associados à produção de alimentos para o mercado”. Logo, “a pluriatividade pode ser considerada uma dimensão da multifuncionalidade e que ambas são fenômenos recentes engendrados pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade”. (CARNEIRO, 2006, p.165-185).
Gaziano da Silva (2000)	Pluriatividade entendida como “a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e o não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias”.

	(GRAZIANO DA SILVA, 2000).
Kageyama (1998)	Segundo Kageyama (1998) a pluriatividade deve ser entendida no contexto das economias locais, já que, a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes. Para a autora o que importa é a existência de mercados de trabalho com necessidades que possam ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, ou seja, é preciso haver demanda para o trabalho pluriativo, o que por sua vez não depende da delimitação urbano rural, e sim das economias locais com características econômicas, sociais e culturais.
Schneider (2000)	A pluriatividade pode ser entendida como “(...) uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em um regime social capitalista”. (Schneider, 2000, p. 2)

Podemos observar no Quadro 1 semelhanças e diferenças nas definições dos teóricos. Para autores como Schneider (2000) a pluriatividade em geral ocorre entre agricultores com pequenas propriedades e tem como característica comum a dissociação de alguns membros do núcleo familiar do processo de produção agrícola. Contudo, em comunhão de perspectivas Schneider (2000) e Graziano da Silva (2000) afirmam que, através das oportunidades de obtenção de renda extra-agrícola, esses agricultores buscam ampliar a renda familiar melhorando assim, a qualidade de vida da família. Ambos os autores não crêem num completo abandono das atividades agrícolas, ou seja, a busca de um trabalho não-agrícola não implica necessariamente em um rompimento com as atividades propriamente agrícolas. Pelo contrário, muitas vezes é a partir das atividades não-agrícolas que vêm os recursos necessários para dar continuidade às atividades agrícolas.

Outro ponto de vista que aproxima as concepções de Graziano da Silva (2000) e Schneider (2000) é a aposta na pluriatividade como uma possível dinâmica no processo de desenvolvimento rural. Neste contexto os autores afirmam que é através da pluriatividade que os agricultores podem diversificar suas atividades, bem como suas fontes de acesso as rendas. Porém, a diferença está no fato de que Graziano da Silva (2000) vê esse processo como sendo transitório dada a tendência do capitalismo em transformar os agricultores em atores proletários ou burgueses, mudando o perfil socioeconômico no campo provocado pela diversificação de atividades econômicas que estariam concorrendo com as atividades agrícolas com a possibilidade mesmo de vir a suplantá-las, no longo prazo, em algumas regiões do Brasil. Já Schneider (2000) vê esse processo como permanente, sendo uma

alternativa da unidade familiar, onde a estratégia de reprodução das famílias passa pela articulação com os mercados via atividades não-agrícolas.

As concepções de Anjos (2003) e Kageyama (1998) também se aproximam de Schneider (2000) e Graziano da Silva (2000). Pois, extrair-se-á a idéia de que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). Para os autores o fenômeno da pluriatividade é resultante de estratégias familiares, como, também, uma prática que está subordinada pelo ambiente socioeconômico que os cercam, e que é capaz de determinar as próprias expressões da agricultura familiar.

Assim a contribuição de Carneiro (2006) é rica e evita banalizações na utilização do termo pluriatividade, o qual segundo a autora deve designar somente aqueles fenômenos onde os recursos às atividades não-agrícolas por famílias agrícolas estejam dentro de uma nova configuração da relação entre o campo e a cidade. Segundo a autora não se torna adequado generalizar o uso do termo pluriatividade para designar toda e qualquer situação em que encontramos a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior de uma mesma família.

Se caso quisermos atribuir um conteúdo heurístico a essa noção, de maneira que ela qualifique um fenômeno novo, Carneiro (2006) chama atenção para se ater a determinados contextos socioeconômicos nos quais a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias agrícolas corresponda à dinâmica do que poderíamos denominar genericamente e de forma provisória, de “ruralidade contemporânea”.

3 – CARACTERÍSTICAS E ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE ARAPONGA E MURIAÉ

Após apresentar as principais questões que emergem das discussões sobre pluriatividade e sua relação com a agricultura familiar na “Nova Ruralidade”. Buscar-se-á através deste capítulo descrever e analisar a realidade dos municípios de Araponga e Muriaé, no entorno do PESB, na Zona da Mata mineira. Ambos os municípios estão calcados em dinâmicas produtivas e econômicas diferentes e procura-se descobrir como essas diferenças se manifestam no meio rural e nas possibilidades de reprodução das famílias que aí habitam.

Neste sentido, a realidade destes municípios mostra como o espaço rural vem adquirindo diversas funções relacionadas aos serviços, à indústria, ao turismo, ao lazer e à preservação ambiental, com adoção de práticas sustentáveis e diversificadas de plantio, além do desenvolvimento de pequenos negócios rurais, entre outras transformações. Apresentar o perfil das famílias rurais, e a conseqüente identificação das atividades que sustentam suas estratégias de reprodução, é de fundamental importância para o entendimento dos condicionantes que envolvem a agricultura familiar nos dois municípios em questão. Assim, nesta parte apresentar-se-á primeiro uma descrição dos municípios e, a continuação, os resultados do trabalho de campo com a caracterização das famílias entrevistadas.

3.1 – Caracterização da Região

As considerações a seguir dizem respeito à descrição da região e dos municípios de Araponga e Muriaé. A princípio estes dois municípios têm em comum sua localização, ou seja, estão situados no sudeste do estado de Minas Gerais e pertencem a Mesorregião de Minas Gerais, também reconhecida como Zona da Mata. Araponga pertence à microrregião de Viçosa, enquanto Muriaé pertence à microrregião de Muriaé. Historicamente os dois municípios tiveram um início de territorialização a partir de povos indígenas, contudo a partir do final do século XIX e início do século XX verificou-se a expansão econômica da monocultura cafeeira na região, sendo a primeira grande responsável pelo desenvolvimento econômico dos municípios.

A Zona da Mata mineira possuía em 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, uma população de 2.030.856 habitantes, o que correspondia a 11,4 % da população

total do estado de Minas Gerais (17.891.494 hab.), sendo formada por sete Microrregiões Geográficas e 142 municípios. No entanto, apenas nove dos municípios, ou seja, 6 % do total – Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont, Ubá e Viçosa – possuíam no ano 2000 uma população superior a 45.000 habitantes.

O nome Zona da Mata deve-se à floresta atlântica existente na região à época da sua ocupação, nos séculos XVIII e XIX. No período colonial, durante o ciclo da mineração do ouro em Minas Gerais, a Zona da Mata desempenhava uma função de barreira natural que dificultava o acesso às minas e o contrabando do ouro. O transporte do metal fazia-se pelos caminhos controlados pela coroa portuguesa e que ligavam as cidades da região mineradora ao porto do Rio de Janeiro, no litoral.

Segundo o sítio do CTA-ZM⁶, até o século XIX, a Zona da Mata permaneceu praticamente intocada, ou seja, era um território delimitado por uma floresta onde habitavam povos indígenas, como os Coroados, Puris e os temidos Botocudos. Com o esgotamento das minas de ouro, iniciou-se outro ciclo econômico, no final do século XIX início do século XX, com a expansão do cultivo do café. Ao longo do século passado, as grandes fazendas foram se dividindo, principalmente por partilha de herança, dando lugar a pequenas e médias propriedades rurais conduzidas quase sempre com mão-de-obra familiar.

Segundo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG, 2000), a caracterização sócio-econômica da Zona da Mata mostra uma região pouco industrializada, com atividade agropecuária tradicional, em sua maioria voltada para o atendimento do mercado local e regional. Embora diversificada, a indústria regional concentra-se em determinadas áreas. Os maiores destaques são as microrregiões de Juiz de Fora, Ubá e Cataguases. Destaque para os setores automobilístico, têxtil, metalúrgico, químico, eletroeletrônico e moveleiro, representados por algumas empresas de médio e grande porte (TIRADENTES, 2004). Ainda de acordo com o autor, na região da Zona da Mata, o PIB por habitante revela uma ampla desigualdade que prevalece entre as microrregiões e os municípios, além da posição desfavorável da região comparativamente a outras áreas do Estado.

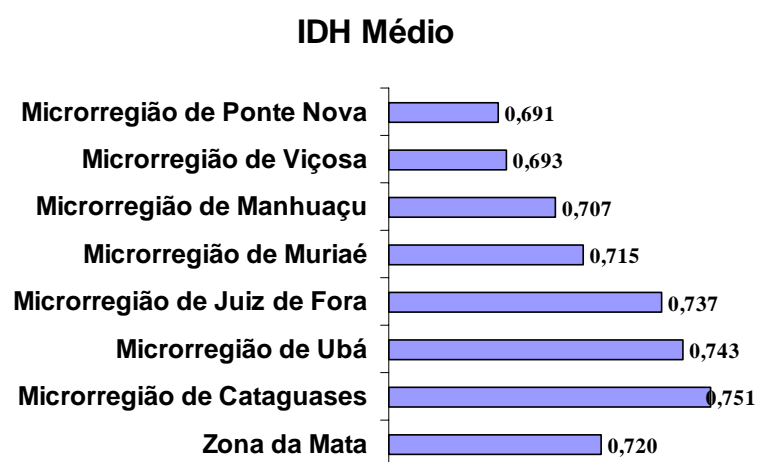
Contudo, pode-se mencionar a importante presença de empresas processadoras de alimentos na Zona da Mata, como: a PIF- PAF alimentos e Sucos Tial, em Visconde do

⁶ Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/regiao.htm>, consultado no mês de janeiro de 2008.

Rio Branco; a presença da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, e o crescente surgimento de instituições particulares de ensino no entorno dessa cidade; o pólo moveleiro de UBÁ, o que resulta em uma grande movimentação da atividade econômica microrregional; o Sistema Cataguazes-Leopoldina (grupo econômico vinculado à geração, transmissão e distribuição de energia); e, a usina de açúcar e álcool Jatiboca⁷, na microrregião de Ponte Nova. Observa-se ainda que a Zona da Mata abriga a cidade de Juiz de Fora, com mais de 500.000 habitantes, um centro econômico e populacional significativo da região, e que nas últimas décadas apresentou crescimento populacional, educacional, industrial, comercial e de prestação de serviços.

Como reafirma Tiradentes (2004), a microrregião de Juiz de Fora comanda a dimensão econômica, que sozinha, responde por praticamente metade do Produto Interno Bruto e por quase 60% do PIB industrial (BMDG, 2000) da Zona da Mata. Em segundo plano, apresentam-se as microrregiões de Muriaé, Cataguases e Ubá, que, somadas à microrregião de Juiz de Fora, respondem por quase 80% do PIB regional e por 87% de seu PIB industrial. As demais microrregiões, Ponte Nova, Viçosa e Manhuaçu representam pouco mais de 20% do PIB regional, além de apresentarem indicadores de qualidade de vida e de PIB por habitantes bastante baixos, comparáveis com as áreas mais pobres do Estado. Assim, a Tabela 1 apresenta os valores médios do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da Zona da Mata Mineira e de suas Microrregiões.

Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano da Zona da Mata Mineira e de suas Microrregiões



Fonte: Atlas IDH *PENUD/2000*

⁷ Disponível em: <http://www.jatiboca.com.br/>, consultado no mês de abril de 2008.

Como pode ser percebido, não existe uma marcada correlação entre IDH e PIB já que, por exemplo, o maior PIB pertence a Juiz de Fora e ela tem o terceiro melhor IDH. No entanto, as três regiões que concentram o maior IDH e a maior porcentagem do PIB (Juiz de Fora, Ubá e Cataguases com 80% do PIB) apresentam média de IDH superior a todas as outras regiões. A região de Viçosa, onde se localiza o município de Araponga, tem um dos IDH menores da região, menor também ao de Muriaé. Existe uma concentração espacial das atividades produtivas com a respectiva heterogeneidade dos indicadores sociais e econômicos entre as microrregiões, conseqüentemente registram-se diferenças internas em termos de infra-estrutura e condições sociais urbanas.

Vários municípios da Zona da Mata possuem acesso facilitado aos grandes centros do País, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, assim, em função da sua localização estratégica e dispendo de condições naturais apropriadas, usufruem de vantagens para os intercâmbios com esses centros. Embora existam potencialidades para o turismo na região, este é subaproveitado, e verifica-se a falta de iniciativas conjuntas para o seu fomento por parte do governo estadual, dos diversos municípios, dos empresários locais e da própria população da Zona da Mata. Entretanto, o segmento do turismo vem acompanhando lentamente a tendência nacional e a situação começa a mudar, merecendo atenções especiais de organismos de financiamento.

Encontram-se na Zona da Mata Mineira vários parques que servem simultaneamente como lugares de preservação ambiental e para promover o turismo vinculado a atividades de apreciação e contato com a natureza, como por exemplo, o Parque Nacional do Caparaó, localizado a 370 quilômetros de Belo Horizonte na Microrregião de Manhuaçu; o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) localizado entre as microrregiões de Viçosa, Muriaé e Ponte Nova, o qual dista 330 Km da capital; e Parque Estadual do Ibitipoca, localizado no município de Lima Duarte, próximo a Juiz de Fora.

Vale ressaltar, segundo Fontes (2000), que o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), que é o que nos interessa para os efeitos desta dissertação, foi criado pelo Decreto n. 38.319 de 27 de junho de 1996. Possui uma área de 13.210 há e está localizado na Zona da Mata Mineira (Mapa 2). O PESB tem 156 Km de perímetro entre os meridianos de 42°40'20" a oeste e os paralelos 20°33'21" sul. Sua superfície se distribui pelos municípios de: Araponga (com 41% de área dentro do PESB), Abre Campo (1%), Ervália (8%), Fervedouro (27%), Miradouro (12%), Muriaé (2%), Matipó (3%) e Sericita (6%). Deve ser ressaltado que a presença do PESB e a sua zona de amortecimento (dez km

do limite legal do parque) impõem limites as possíveis atividades a serem desenvolvidas nas áreas incluídas nesse perímetro, já que as mesmas devem se enquadrar dentro das permitidas pela legislação que regula essas áreas protegidas.

De forma ampla, segundo Neto (2000), a área do Parque abrange 54 comunidades distribuídas por oito municípios. Vivem nessa região aproximadamente 14.000 habitantes, ou 1900 famílias, sendo que o número de famílias por comunidade varia entre 15 e 60, ou 225 pessoas em média. Araponga e Fervedouro são os municípios que possuem o maior número de comunidades no entorno do Parque. Existe na área da Serra do Brigadeiro uma concentração de estabelecimentos rurais. Aproximadamente 92% das propriedades possuem menos de 50 hectares, caracterizando a região como uma das que possuem maior concentração de pequenas propriedades da Zona da Mata, com 90,2% dos estabelecimentos pertencentes a esse estrato. As maiores propriedades encontram-se localizadas geralmente em áreas mais baixas, onde o relevo é menos acidentado, restando às pequenas propriedades as áreas mais íngremes, próximas à divisa com o PESB (TIRADENTES, 2004). É comum na região o uso de terras em parceria, principalmente nas lavouras de café, envolvendo tanto as famílias que não têm posse de terra, quanto às famílias que detêm lotes insuficientes para as suas necessidades. Entretanto, observa-se uma redução das áreas para plantio em parceria com as grandes propriedades, que passaram a destinar suas terras cada vez mais para pastagens; ocorrendo, em várias comunidades, um processo de minifundização destas áreas marginais (MELLO, 2002).

Ressalta-se no contexto do PESB uma importante atuação de ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro. As principais são: Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), Amigos Iracambi, Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza (CBCN), Bioproteção, Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), e uma ONG que atua dentro do PESB, que é o centro de estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO). No município de Araponga atuam todas as ONGs já citadas, já em Muriaé atuam apenas as ONGs: CEPEC e Iracambi. Estas instituições foram importantes para o processo de criação do parque e continuam sendo importantes para a região. Porém, de acordo com Vitarelli (2005), os projetos desenvolvidos por estas ONGs não são necessariamente compartilhados e disseminados para a comunidade local, o que obscurece a percepção dos moradores sobre a existência e a atuação dessas organizações. A autora afirma também que as ações desenvolvidas pelas ONGs manifestam ter como objetivo o desenvolvimento sustentável, no entanto, das várias dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultural), o critério ambiental é o privilegiado em relação aos demais. Esse

aspecto será de muita importância para explicar a dinâmica econômica de alguns municípios, em especial, o município de Araponga que possui grande parte de sua área ocupada pelo parque e pela sua zona de amortecimento. Assim, essa opção de privilegiar a sustentabilidade ecológica guia as alternativas econômicas que essas ONGs promovem na região. Desta forma, outras opções - como, por exemplo, o turismo rural que permitiria aproveitar as opções de lazer que o PESB poderia oferecer - não são privilegiadas ou promovidas, à diferença do que ocorre em outras localidades próximas a outros Parques.

A seguir apresentam-se na Tabela 2 os indicadores referentes aos municípios de Araponga e Muriaé que são os escolhidos neste trabalho para os efeitos da análise:

Tabela 2 – Indicadores Municipais

Indicadores	Municípios	
	Araponga	Muriaé
Área do Município	304 km ²	843 km ²
População Total (2000)	7.916 Hab.	92.101 Hab.
População Total (2007)	8.029 Hab.	95.548 Hab.
% Hab. no meio Rural	68%	8,90%
% Hab. no meio Urbano	32%	91,10%
Nº Estabelecimentos Agropecuários (2006)	1.421	1.434
IDH (2000)	0.657	0.773
PIB (2005) Agropecuária	10.916 Mil Reais	25.979 Mil Reais
PIB (2005) Indústria	1.929 Mil Reais	101.254 Mil Reais
PIB (2005) Serviço	13.586 Mil Reais	425.218 Mil Reais

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE); Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

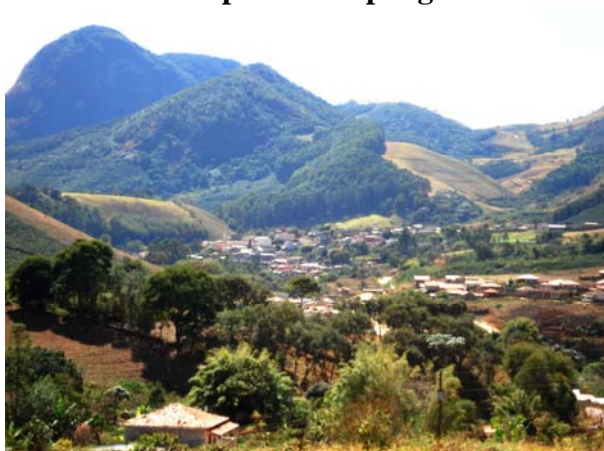
Como pode ser percebido na Tabela 2, o município de Muriaé não só tem uma maior superfície, como também apresenta maior concentração da população em áreas urbanas e maior PIB, tanto industrial quanto agropecuário. O número de estabelecimentos agropecuários é similar em ambos, o que permite deduzir que o tamanho dos estabelecimentos também é maior em Muriaé que em Araponga. Estes dados são importantes, pois, contraposto ao PIB per capita que considera apenas a dimensão econômica de um país, o IDH parte do pressuposto que para analisar o avanço no desenvolvimento de uma população devem ser considerados não apenas a economia, mas sim as características sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade de vida. Vale ressaltar que os valores do PIB e do IDH em Muriaé são superiores em relação ao

município de Araponga, ressalta-se que o IDH de Muriaé é maior do que a média do IDH municipal em Minas Gerais (0,719).

3.2 – Localização e caracterização do Município de Araponga

Localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, o município de Araponga (Foto 1) (Mapa 1) possui uma área de 305,3 Km², limita-se com os municípios de Canaã, Ervália, Fervedouro, Jequeri, Miradouro, Pedra Bonita e Sericita.

Foto 1 – Município de Araponga



Fonte: A autora/ Nov.07

Mapa 1 – Municípios da microrregião de Viçosa



Fonte: Modificado de: http://muninet.org.br/banco/index.php?g_cod_hierarquia=2314

De acordo com o sítio Minas Tour⁸, o município de Araponga possui o maior potencial turístico da região e também possui a maior diversidade de atrativos turísticos no espaço rural, logo este município foi inserido no *Circuito das Serras de Minas*.

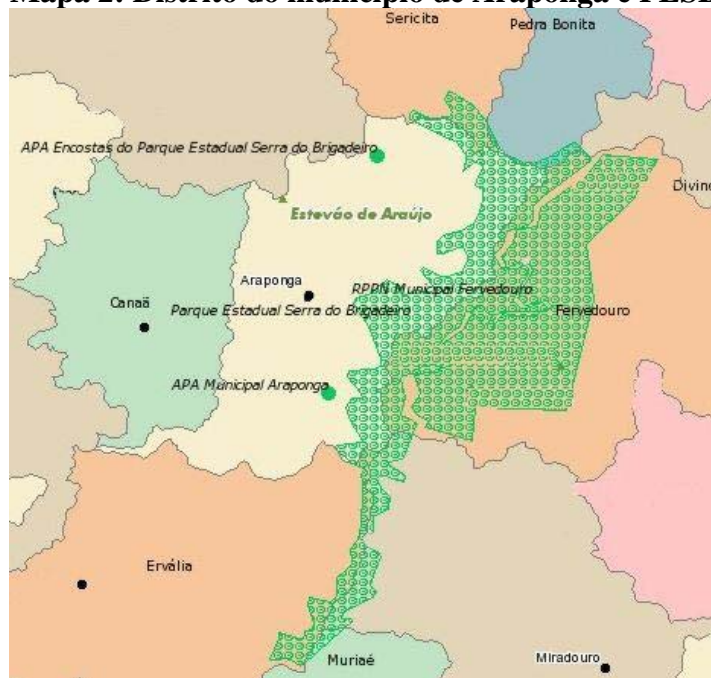
Araponga dista da capital Belo Horizonte a 283 km, de São Paulo a 705 km, do Rio de Janeiro a 410 km, de Brasília a 1005 km estando a apenas 54 km de Viçosa. Possui apenas um distrito, Estevão Araújo (Mapa 2), também conhecido como São Bento, localizado a sete km da sede municipal. Existem no município 13 comunidades: Boné, Brigadeiro, Caparão, Carapina, Córrego São Gabriel, Estouro, Laia, Manja, Nenéias, Pereira, Serrinha, Serra das Cabeças e Tromba Danta. Porém, como mencionado, o trabalho de campo concentrou-se nas comunidades do Boné, Brigadeiro, Córrego São Gabriel, Estouro, Serrinha, Serra das Cabeças e Tromba Danta. A escolha por estas comunidades é devido a elas serem circunvizinhas ao PESB, para poder captar uma eventual influência do parque nas estratégias de reprodução das famílias rurais. Vale ressaltar que a estrada que dá acesso às comunidades Serra das Cabeças e Serrinha, encontra-se no início do município de Araponga, após chegar pelo município de Canaã, correspondendo a um raio de oito km. Já a estrada que dá acesso às outras comunidades encontra-se depois do centro da cidade, sentido contrário ao distrito de Estevão Araújo, num raio de dez km. O município também possui 41% de seu território incluído dentro do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) (Mapa 2).

É importante destacar que as estradas que dão acesso às comunidades do município não são estradas pavimentadas, encontrando-se assim dificuldades para transitar em determinados trechos. Apenas um ônibus faz a ligação entre a sede do município e as comunidades rurais, dificultando ainda mais o transporte das pessoas pela região. O custo da passagem é de R\$5,20 (no momento da pesquisa de campo). A distância que este ônibus percorre entre o município e a zona rural está dentro de um raio de 15 km, porém as comunidades Serra das Cabeças e Serrinha não usufruem de transporte coletivo fornecido pelo município, no entanto, os moradores dessas duas comunidades fazem suas compras na sede do município de Araponga. Por outro lado, devido às condições precárias das estradas, e a conseqüente distância até o centro do município, muitos membros das demais comunidades compram de preferência no distrito de Estevão Araújo, devido a que o comércio deste distrito facilita as dificuldades de transporte da sua clientela

⁸ Disponível em:
<http://www.minastour.com.br/website/index.php?centro=cidades/cidade.php&dados=VFdwUk5RPT0=>
consultado no mês de janeiro de 2008.

disponibilizando entregas a domicilio. Outro fator limitante para o fluxo da população da zona rural para este distrito é o custo da passagem (de R\$ 3,90 no momento da pesquisa de campo), pois, ao comparar com a linha que vai para o centro do município de Araponga é mais barato, no entanto os horários do transporte continuam restritos.

Mapa 2: Distrito do município de Araponga e PESB



Fonte: Modificado de http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/figa_comeco1024.htm

A origem da cidade está relacionada ao ciclo do ouro, sendo sua história ligada à distribuição de sesmarias e áreas de mineração no governo de D. Rodrigo José de Meneses, que visitou a região em 1781. Em 1826, foi criada a freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados, nome dado em função dos primeiros habitantes indígenas que ocupavam a região. No entanto, com o esgotamento do complexo aurífero, a região entra numa fase de decadência, passando a predominar a agricultura de subsistência.

O município de Araponga, segundo os sítios da Wikipédia⁹, Amigos de Iracambi¹⁰ e da Confederação Nacional dos Municípios¹¹, foi criado em 1857 diante a lei n. 821, de 09 de julho. No entanto, até 1871 pertencia a jurisdição de Visconde do Rio Branco e Ubá, sendo incorporado ao município de Viçosa logo depois. A lei n. 3387 de 10 de julho de

⁹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Araponga_%28Minas_Gerais%29 consultado no mês de abril 2008.

¹⁰ Disponível em: http://www.iracambi.com/portuguese/serra_do_brigadeiro.shtml consultado no mês de abril 2008.

¹¹ Disponível em: <http://www.cnm.org.br/municipio/historia.asp?IdMun=100131041> consultado no mês de abril 2008.

1886 sugeriu a alteração do seu nome para São Miguel do Araponga, posteriormente em 1938 foi simplificado para Araponga, quando seu território passou a pertencer ao recém criado município de Ervália. A passagem de distrito para município ocorreu no dia 30 de dezembro de 1962, através da lei n. 2764, denominado município de Araponga. A origem do nome corresponde a um pássaro também chamado ferreiro, nome designado devido ao seu grito estridente que soa como o martelar de um ferro na bigorna.

Pode-se encontrar também em Araponga um dos pontos mais elevados da Zona da Mata em Minas Gerais, o Pico do Soares, com 1.985m de altitude localizados na serra do Boné, por sua parte o Pico do Boné é o ponto geográfico que se destaca em 4º lugar entre os picos da região.

As principais atividades da economia local continuam sendo as tradicionais: a cafeicultura, a criação de gado de corte e de leite, a agricultura de subsistência e a horticultura. Destaca-se o café, que é um produto tradicional e tem melhorado sua qualidade chegando a vencer várias premiações organizadas por uma empresa italiana de café de alto padrão de qualidade. Neste contexto, pode ser destacado o 17º Prêmio Brasil de Qualidade do Café para "Espresso", ano 2008, em cerimônia promovida pela Illycaffè¹². No entanto, esta premiação chama atenção, pois, é só a segunda vez em 17 anos, que uma mulher recebe o primeiro prêmio.

De acordo com o site Agrosoft Brasil¹³, ressalta-se o projeto do café orgânico e agroecológico que existe neste município, projeto este iniciado em 2002 que tem como objetivo suprir a demanda dos agricultores quanto à recomendação de cultivares de café para o cultivo orgânico. Para a realização do projeto, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) trabalha em parceria com a ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e com associações de agricultores. O projeto é composto de três experiências nos municípios de Espera Feliz, Araponga e Catuné (Tombo), em propriedades de agricultores familiares, que servem também de unidades demonstrativas para as comunidades do entorno. Os agricultores que adotaram o cultivo de café orgânico e agroecológico utilizam práticas de conservação do solo e de preservação dos mananciais, além do controle fitossanitário no combate a pragas e doenças sem utilização de defensivos agrícolas. A atividade permite obter um preço maior pela

¹² Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=14749> consultado no mês de abril 2008.

¹³ Disponível em www.agrosoft.org.br/agropag/100827.htm criado em 07/05/2008 e impresso em 13/10/2008.

produção e, além de café, ainda podem desenvolver outras culturas na propriedade. Essa prática promove uma grande diversidade produtiva na propriedade, tornando os sistemas produtivos integrados e sendo o trabalho familiar essencial para sustentar esse modelo, tentando promover paralelamente a permanência do agricultor e de sua família no campo.

Dados preliminares agropecuários do IBGE mostram as principais produções agropecuárias deste município.

Tabela 3 - Censo Agropecuário (2006)

Indicadores	Valores
Nº estabelecimentos agropecuários	1.421 estabelecimentos
Área dos estabelecimentos agropecuários	18.212 ha
Superfície média dos estabelecimentos agropecuários	12,81 ha
Nº de estabelecimentos agropecuários com tratores	35 estabelecimentos
Nº de estabelecimentos com bovinos	466 estabelecimentos
Nº de cabeças de bovinos	6.764 cabeças
Nº de estabelecimentos com produção de leite de vaca	180 estabelecimentos
Produção de leite de vaca	1.122 mil litros
Café (beneficiário) área colhida	3.420 ha
Café (beneficiário) valor de produção	10.004 mil reais

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Como podemos observar são poucos estabelecimentos agropecuários que possuem tratores, pressupõe que este fator tenha uma relação direta com o tamanho reduzido da superfície média dos estabelecimentos agropecuários. Não seria economicamente viável utilizar tratores em áreas respectivamente pequenas e com relevo montanhoso. Com relação à produção do café nos municípios, é importante destacar que a produtividade por hectare no município de Muriaé (4,27 mil reais/ha) é superior a do município de Araponga (2,92 mil reais/ha). No entanto, a qualidade dos grãos do café de Araponga tende a ser superior pelas estratégias que estão sendo privilegiadas, ainda que isso não tenha conseguido se manifestar numa maior rentabilidade média por hectare que a que existe no município de Muriaé.

Seguem alguns dados censitários empresariais do município de Araponga, os quais mostram a existência de um déficit municipal de empreendimentos ligados à indústria em geral.

Tabela 4 – Estrutura empresarial (2005) do município de Araponga

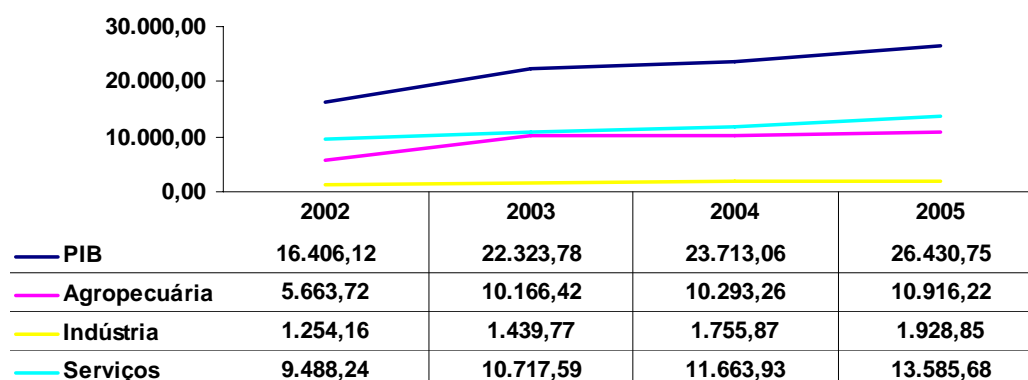
Indicadores	Araponga
Indústria de transformação (Nº de unidades locais)	10 unidades
Construção (Nº de unidades locais)	2 unidades
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (Nº de unidades locais)	50 unidades

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Verifica-se que o município de Araponga não possui um perfil industrial. Este dado é confirmado pela baixa contribuição do PIB industrial do município. O destaque na estrutura empresarial do município fica por conta das atividades relacionadas aos serviços, que – como mostra o Gráfico 1 – é inclusive superior ao PIB agropecuário e apresenta um crescimento mais estável.

Gráfico 1 - PIB Araponga

PIB - produto interno bruto



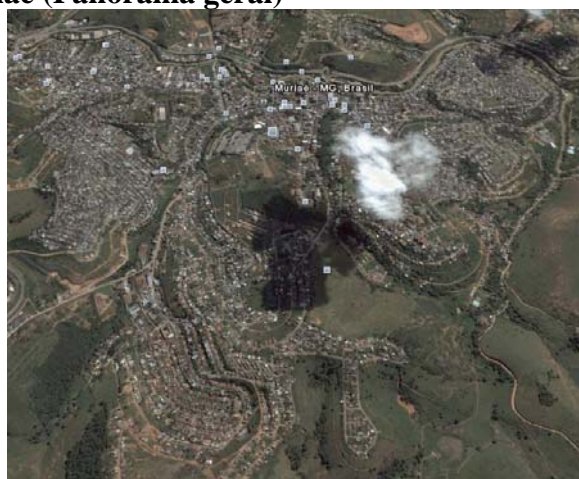
Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Assim, pode se perceber no município de Araponga um marcado perfil rural da sua base produtiva. O setor de serviços é o que responde por uma maior fatia do PIB, no qual o setor industrial é praticamente insignificante. As estratégias de desenvolvimento que estão sendo implementadas – como foi mencionado – concentram-se também no setor rural, que é onde mora a maior parte da população do município.

3.3 – Localização e caracterização do Município de Muriaé

Muriaé (Foto 2) possui uma área de 843,3 km² e está localizado no sudeste de Minas Gerais, às margens da BR-116 e BR-356. Com pouco mais de 100 mil habitantes, representando 0,51% da população total do estado de Minas Gerais, a população de Muriaé está dividida em 91,12% dos habitantes do município morando na zona urbana, enquanto que 8,88% dos habitantes habitam na zona rural.

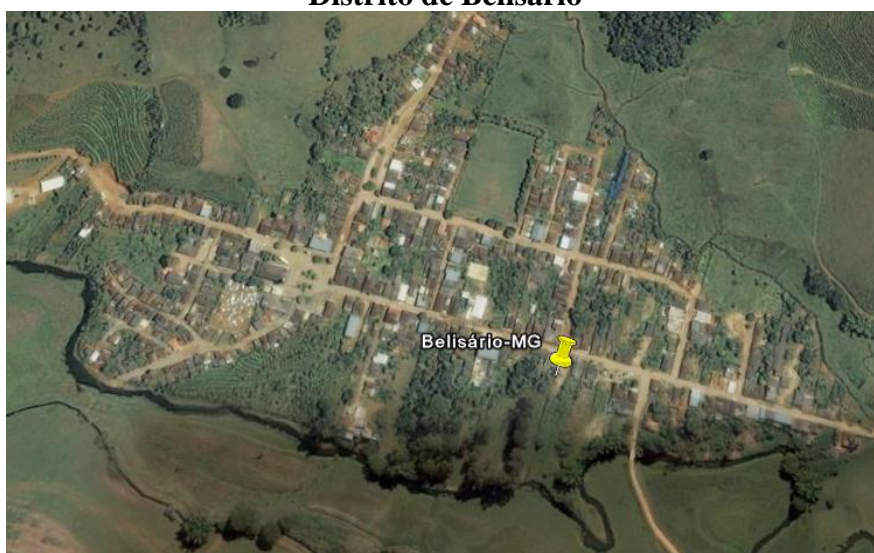
Foto 2 – Município de Muriaé (Panorama geral)



Fonte: <http://www.muriaepolodamoda.com.br/opolo/cidades.php>.

Fonte: Google Earth

Distrito de Belisário



Fonte: Google Earth

São João do Glória – Distrito de Muriaé



Fonte: Ana Flávia / Fev.08

Em termos de localização geográfica, o município fica a 364 Km de Belo Horizonte, 304 Km do Rio de Janeiro e 340 km do Espírito Santo (distanto da cidade de Viçosa apenas 100 Km). Os municípios limítrofes são: Vieiras, Miradouro, Ervália, Rosário da Limeira, Miraí, Santana de Cataguases, Laranjal, Palma, Barão do Monte Alto, Patrocínio do Muriaé, Eugenópolis, e São Sebastião da Vargem Alegre (Mapa 3).

De acordo com o sítio da Secretaria do Turismo de Minas Gerais¹⁴, Muriaé é um dos destaques do Estado no segmento de Turismo de Negócios. Consolidado como uma das maiores referências no mercado têxtil de Minas Gerais, junto às cidades mineiras de Eugenópolis, Laranjal, Patrocínio do Muriaé e Recreio, conformam o Circuito Turístico da Moda. A cidade é reconhecida também por fazer parte do Circuito Serra do Brigadeiro, composto pelos municípios de Antônio Prado de Minas, Divino, Ervália, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Patrocínio do Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Vieiras. Entretanto, o Circuito Turístico tem como principal atrativo o Parque Estadual Serra do Brigadeiro, que é considerado um dos últimos redutos da Mata Atlântica situado no conjunto da Serra da Mantiqueira. Vale ressaltar no município de Muriaé outro grande atrativo do Circuito Turístico, o Parque Municipal do Pico do Itajuru, lugar propício para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo de aventura. No município encontram-se também as cachoeiras do Naor, da Represa, da Fumaça, do Rio Preto e do Rio Glória, que contam com a presença de visitantes em busca de banhos e para o ecoturismo (Mapa 4).

¹⁴ Disponível em: http://www.turismo.mg.gov.br/mais_noticias.php consultado no mês de fevereiro 2008.

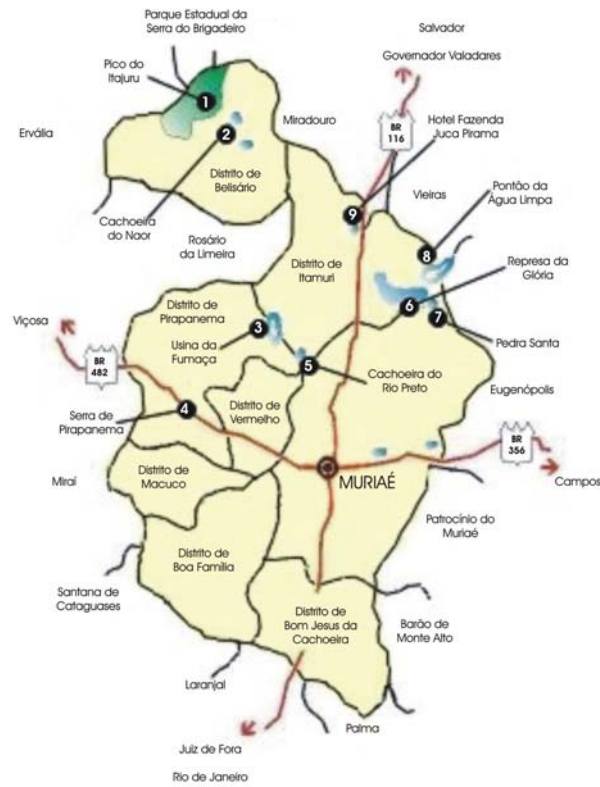
Mapa 3 – Muriaé e municípios vizinhos



Fonte: Modificado de http://muninet.org.br/banco/index.php?g_cod_hierarquia=2781

O município de Muriaé possui oito distritos: Belisário, Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira, Itamuri, Macuco, Muriaé (sede), Pirapanema e Vermelho (Mapa 4); e possui oito localidades: Bela Vista, Capetinga, Divisório, Macuco, Patrimônio dos Carneiros, São Domingos, São Fernando e São João do Glória (Mapa 5). Vale ressaltar que o trabalho de campo limitou-se junto aos agricultores familiares das comunidades São João do Glória pela sua proximidade com a sede municipal de Muriaé, e de Belisário, o qual fica mais próximo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Pretendia-se captar, assim, as eventuais influências urbanas e do PESB respectivamente.

Mapa 4 – Distritos do Município de Muriaé



Fonte: Modificado de <http://www.dinamicaimoveis.com.br/portal/Localizacao.php>

Mapa 5 – Localidades do município de Muriaé



Fonte: Modificado de http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm

Nos sítios da Prefeitura Municipal de Muriaé¹⁵ e Famílias Ceccon – Ticon – Ticom¹⁶, encontram-se relatos da história do município, o qual inicialmente fora habitado pelos índios Puris. A região do município de Muriaé teve sua colonização iniciada pelo comércio de brancos com os indígenas. No entanto, Muriaé significa, na língua indígena, “ter sabor de cana doce”. Nas inúmeras versões sobre o surgimento desta nomeação, segundo as fontes desses sítios, há sempre uma ligação com os mosquitos que infestavam a região onde surgiu o município. De acordo com os registros históricos, a cidade, no início de seu povoamento, era uma região palustre, e apresentou, até finais do século XIX, altíssima incidência de febre amarela, supondo-se então que as opções etimológicas ligadas ao mosquito sejam as mais plausíveis. Em uma das mais antigas menções ao “Vale do Muriaé”, datada de 1785, Couto Reis descreveu a região, realçando-lhe as condições “horrorosas e pestíferas de suas entranhas”, cuja colonização só foi possível graças à coragem dos primeiros desbravadores que, “fazendo fogos, descortinando matas e purificando ares, tornaram os sertões menos rigorosos”.

Em 1817, Constantino José Pinto, com outros 40 homens, comercializando ervas e produtos medicinais, desceu pelo Rio Pomba e atingiu o Rio Muriaé, onde aportou construindo seu abarracamento junto a uma cachoeira, local que hoje é conhecido como Largo do Rosário. Ali foi fundado o aldeamento dos índios, com demarcação das terras destinadas ao plantio para o sustento dos silvícolas. Nascia assim “São Paulo do Manoel Burgo”, nome original da aldeia que dá origem ao município Muriaé. Em 1819, o francês Guido Tomás Marlière chega e ergue a Capela do Rosário. Começaram a aportar extratores de madeiras-de-lei e, principalmente, de plantas medicinais, em busca de raízes de ipecacoanha, chamada vulgarmente de poaia. Era o início da atividade econômica do futuro município.

O povoado cresceu rapidamente, a princípio, com uma só rua ao longo do rio - dando origem ao “Porto”, à “Barra” e à “Armação”, em razão do rio que margeavam - e, depois, disseminando o seu casario em todas as direções. Em 7 de abril de 1841 foi criado o distrito com o nome de São Paulo do Muriahé, pertencendo a São João Batista do Presídio (atual município de Visconde do Rio Branco) e subordinado eclesiasticamente a Santa Rita do Glória (atual município de Miradouro).

¹⁵ Disponível em: <http://www.muriae.mg.gov.br/muriae.php> consultado no mês de abril 2008.

¹⁶ Disponível em: http://www.familiascecon.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=3 consultado no mês de abril 2008.

Em 16 de maio de 1855, com o nome de São Paulo do Muriahé o distrito foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se de São João Batista do Presídio. A vila de São Paulo do Muriahé seria elevada à condição de cidade apenas em 25 de novembro de 1865. A denominação Muriaé só viria em 7 de setembro de 1923.

Nas últimas décadas do século XIX, Muriaé já era grande produtor de café, condição que manteve até meados do século XX. A monocultura cafeeira foi a primeira grande responsável pelo desenvolvimento econômico do município. O progresso da nova localidade foi constante, principalmente a partir de 1886, data da inauguração da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina que ligaria, diariamente, Muriaé à Capital da República (Rio de Janeiro). Os coronéis, proprietários das grandes fazendas produtoras, representavam não só a elite econômica da região, como também sua expressão política, com forte influência em Minas Gerais e no país.

Esse apogeu permaneceu até o colapso da Bolsa de Nova York, de 1929, quando se instaurou-se uma grave crise econômica global que afetou profundamente o município, mas a economia voltaria a crescer durante a fase getulista, principalmente após a abertura da estrada Rio-Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas em visita à cidade em 1939. O grande fluxo de veículos trazido pela nova rodovia inseriu Muriaé entre as cidades de maior crescimento da região. A monocultura cafeeira passou a ceder espaço para outras atividades econômicas. Na década de 60, a mecânica automotiva começou a atingir grande expressão, graças ao asfaltamento da rodovia Rio-Bahia, e o município passou a ser referência no ramo da retífica de motores.

Atualmente o município apresenta uma boa infra-estrutura de serviços, sendo o setor terciário o responsável pela maior parte do PIB do município. A indústria também tem seu papel de destaque e, como já foi citado anteriormente, a indústria da moda, ou seja, a confecção de artigos de vestuário e acessórios, e também a indústria de alimentos e montagem de veículos. Com relação à agropecuária, ela tem pouca participação no PIB do município, destacam-se a criação de bovinos de leite e corte, suínos, galináceos além da produção de cana-de-açúcar e frutas em geral.

Dados preliminares do IBGE demonstram a realidade agropecuária deste município, onde se apresentam as principais produções.

Tabela 5 - Censo Agropecuário (2006)

Indicadores	Valores
Nº estabelecimentos agropecuários	1.434 estabelecimentos
Área dos estabelecimentos agropecuários	51.880 ha
Superfície média dos estabelecimentos agropecuários	36,18 ha
Nº de estabelecimentos agropecuários com tratores	70 estabelecimentos
Nº de estabelecimentos com bovinos	1.155 estabelecimentos
Nº de cabeças de bovinos	53.902 cabeças
Nº de estabelecimentos com produção de leite de vaca	694 estabelecimentos
Produção de leite de vaca	28.376 mil litros
Café (beneficiário) área colhida	2.200 ha
Café (beneficiário) valor de produção	9.385 mil reais
Banana (valor da produção)	672 mil reais
Coco-da-baía (valor da produção)	1.771 mil reais
Laranja (valor da produção)	879 mil reais
Mamão (valor da produção)	936 mil reais

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Observa-se que, a superfície média dos estabelecimentos agropecuários do município de Muriaé é maior do que o dobro da área média dos estabelecimentos agropecuários do município de Araponga. Alertar-se-á para o número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e com tratores, dados estes, superiores em relação ao município de Araponga, ainda que a porcentagem de estabelecimentos com tratores não chegue a 5%, o que se explica, entre outras coisas, pelo perfil produtivo onde a agricultura que predomina é de espécies perenes. A produção leiteira é também relevante, existindo vários laticínios no município para o processamento do leite. Fica evidente, também, uma maior diversidade agropecuária no município de Muriaé, o que lhe caracteriza como um município forte na produção e desenvolvimento da fruticultura.

Os dados censitários empresariais do município de Muriaé ilustram a importância do setor terciário e industrial do município.

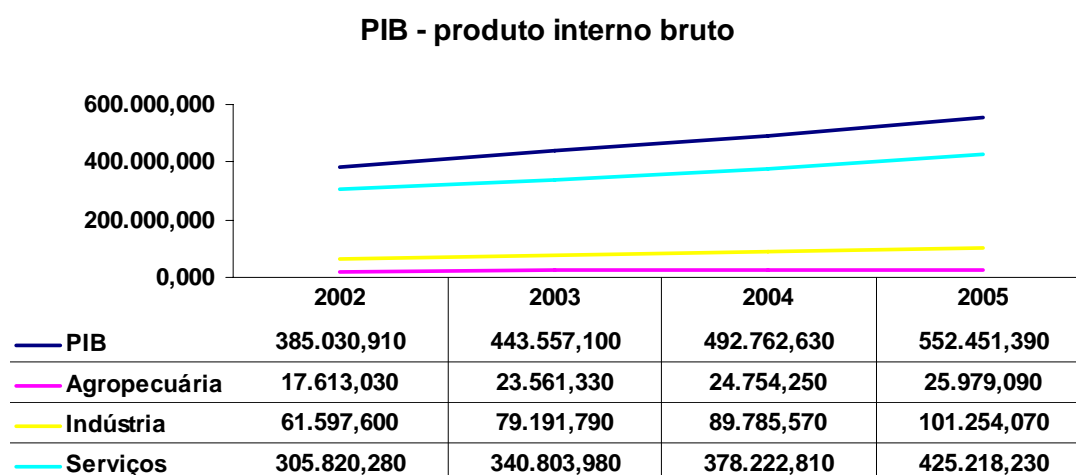
Tabela 6 - Estrutura empresarial (2005) do município de Muriaé

Indicadores	Muriaé
Indústrias extrativas (Nº de unidades locais)	18 unidades
Indústria de transformação (Nº de unidades locais)	885 unidades
Construção (Nº de unidades locais)	75 unidades
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (Nº de unidades locais)	2.650 unidades

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Verifica-se que diferente da realidade de Araponga o município de Muriaé possui um número de indústrias mais representativo, onde encontramos duas ramificações deste setor (indústria extrativista e indústria de transformação). A maior concentração de indústrias (segundo dados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais¹⁷) se dá no segmento de confecção de artigos de vestuário e acessórios, sendo importante também o número de empresas dedicadas a retífica de motores e à fabricação de produtos alimentícios.

Gráfico 2 - PIB Muriaé



Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Os números mostram claramente a escassa contribuição do setor agropecuário no PIB municipal e a relevância do setor serviços. Ainda que a indústria contribua com pouco mais de 15% no PIB municipal, é quase quatro vezes maior que a contribuição do setor agropecuário.

Vale ressaltar que o município de Muriaé conta com um dos maiores centros de tratamento de oncologia do país, a Fundação Cristiano Varella. Também existem faculdades no município que atraem estudantes da região, como por exemplo, a FAMINAS (Faculdade de Minas), entidade particular, com diversas áreas de formação.

¹⁷ <http://www.almg.gov.br/munmg/m43906.asp>. Consultado em 15/11/2008.

3.4 - Análise comparativa dos dados coletados nos municípios de Araponga e Muriaé

Nesta parte do capítulo são apresentados e interpretados os dados coletados no trabalho de campo junto aos agricultores familiares rurais dos municípios de Araponga e Muriaé. Foi realizada uma análise descritiva e comparativa das famílias rurais entrevistadas, apresentando-se as mesmas divididas segundo sua combinação de atividades principais para obtenção de renda (as que realizam atividades agrícolas, atividades rurais não agrícolas, e as que combinam ambas). Desta forma, serão apresentadas e discutidas as diversas situações e as perspectivas convergentes e/ou divergentes em relação aos aspectos socioeconômicos e produtivos.

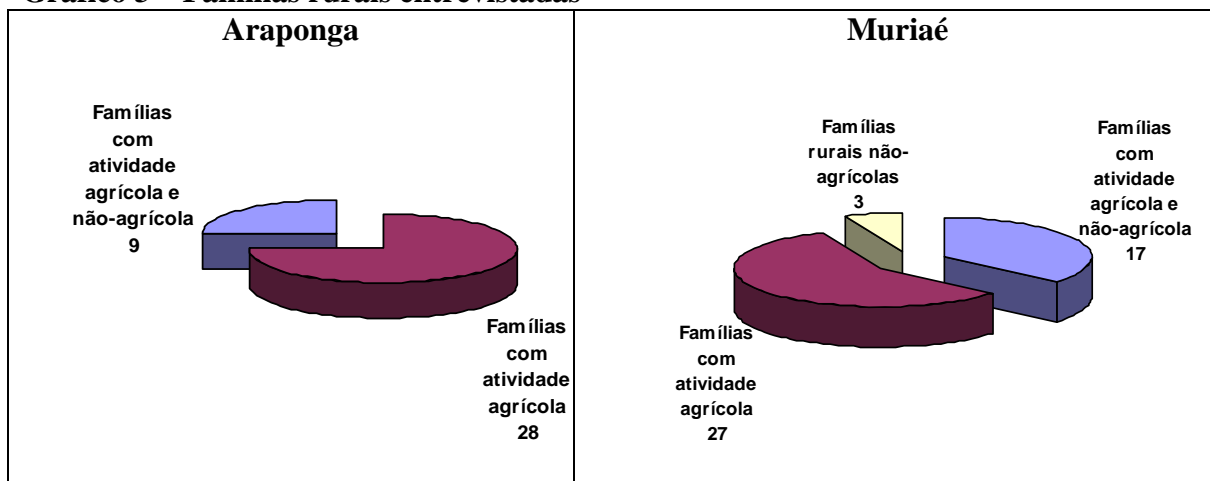
Explicitaremos aqui as diferenças entre famílias com atividade agrícola, famílias com atividades agrícolas e não-agrícolas e famílias rurais não-agrícolas. As famílias com atividade agrícola são aquelas em que todos os membros ativos ocupam-se exclusivamente com atividades agrícolas. As famílias rurais não-agrícola apresentam domicílio rural e apenas desenvolvem atividades não-agrícolas. Já para classificar as atividades pluriativas desenvolvidas pelas famílias que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas dos municípios de Araponga e Muriaé utilizar-se-á a tipologia de Schneider (2006), comparando-a também com o conceito utilizado por Carneiro (2006).

3.4.1 – Caracterização sociodemográfica das famílias entrevistadas

A caracterização sociodemográfica e socioeconômica da agricultura familiar dos municípios de Araponga e Muriaé, segundo os dados obtidos durante o trabalho de campo, mostram alguns aspectos importantes relacionados ao ambiente familiar. Neste sentido, far-se-á uma caracterização sócio-demográfica do público alvo: as famílias rurais dos municípios em estudo. Vale lembrar que este não é um quadro representativo da realidade dos dois municípios, visto que a amostra não é representativa da população.

No que se refere à composição familiar dos municípios de Araponga e Muriaé envolvidas na pesquisa é apresentada nos Gráficos 3, 4 e 5, a seguir.

Gráfico 3 – Famílias rurais entrevistadas

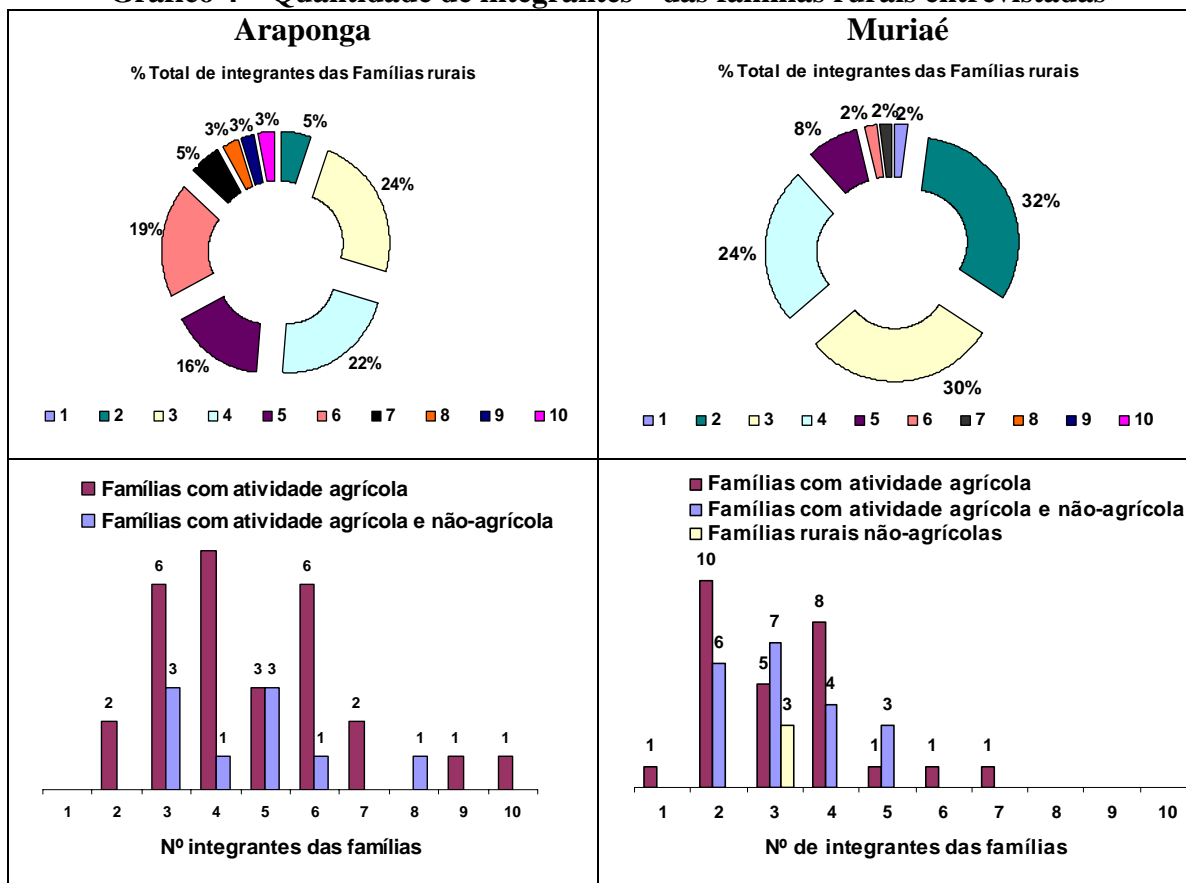


Fonte: pesquisa de campo

No Gráfico 3 observamos, de acordo com a pesquisa de campo, o número de famílias rurais que se dedicam só a atividades agrícolas (“famílias com atividade agrícola”) em comparação com as famílias que, além da agricultura, desenvolvem atividades não-agrícolas (“famílias com atividade agrícola e não-agrícola”). O gráfico também apresenta, entre as entrevistadas no município de Muriaé, a existência de “famílias rurais não-agrícolas”.

Os gráficos mostram que, número de famílias entrevistadas com atividade agrícola é superior comparado às famílias que exercem atividades agrícolas e não-agrícolas, nos municípios de Araponga e Muriaé. No entanto, considerando a proporção de famílias que exercem atividade agrícola e não-agrícola no total de famílias entrevistadas, observamos que no município de Araponga essa proporção é menor quando comparada a de Muriaé: 24,3%, e 36,2%, respectivamente. Desta forma, os dados são relevantes para entendermos a influência da dinâmica socioeconômica de ambos os municípios sobre as estratégias de reprodução das famílias entrevistadas. O marcado predomínio do caráter agrícola no meio rural do município de Araponga e, em contrapartida, a maior presença de combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas no meio rural do município de Muriaé estariam vinculados ao fato de um município ter uma base econômica agrícola e outro apresentar uma dinâmica econômica com base mais diversificada.

Gráfico 4 – Quantidade de integrantes¹⁸ das famílias rurais entrevistadas



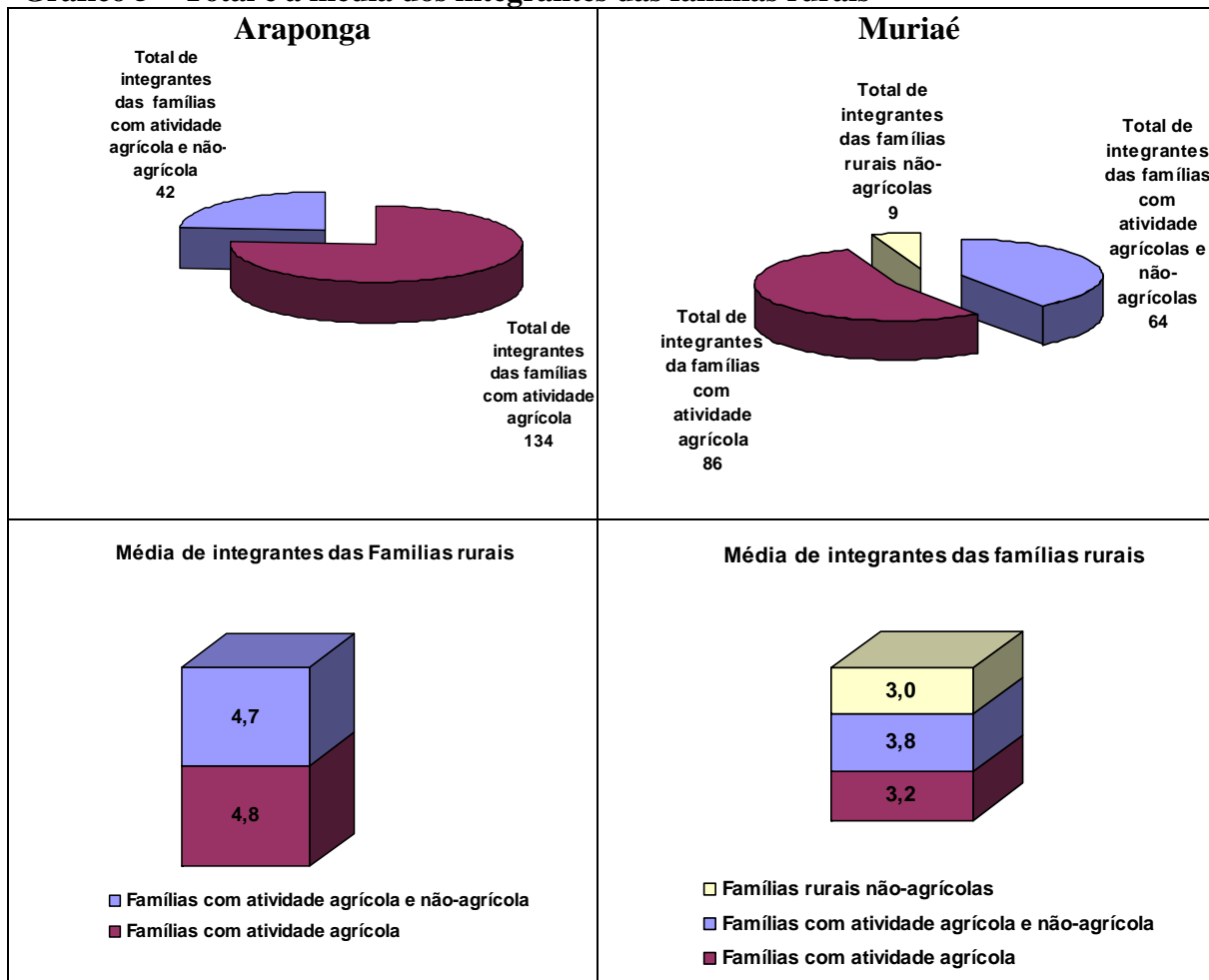
Fonte: pesquisa de campo

Verifica-se no Gráfico 4 o número de integrantes das famílias entrevistadas nos municípios em estudo. Nas famílias com atividade agrícola de Araponga a maior concentração de integrantes encontra-se na faixa de três, quatro e seis integrantes, já em Muriaé encontra-se na faixa de dois e quatro indivíduos por família. Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga encontram-se um número maior de integrantes nas faixas de três e cinco indivíduos, já nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola de Muriaé a maior concentração esta na faixa de dois a três indivíduos por família. Ao comparar os gráficos, encontramos em Araponga famílias compostas de dois à dez indivíduos residentes no estabelecimento, já em Muriaé essa margem abrange de um à sete indivíduos. Estes dados demonstram que o município de Araponga possui famílias com maior número de pessoas que as do município de Muriaé. Vale ressaltar que existe em Muriaé um único indivíduo morando sozinho, dos que compõem a amostra dos dados; trata-se de um senhor de 63 anos, desquitado e que vive da

¹⁸ Adiciona-se aos integrantes familiares qualquer pessoa com grau de parentesco ou não, ou seja, o que conta aqui é a moradia e/ou participação na renda e despesas domiciliares, assim, os agregados são contados como membros da família.

renda do gado de corte e da sua aposentadoria. Podemos observar, também, que todas as famílias rurais não-agrícolas do município de Muriaé têm 3 integrantes.

Gráfico 5 – Total e a média dos integrantes das famílias rurais



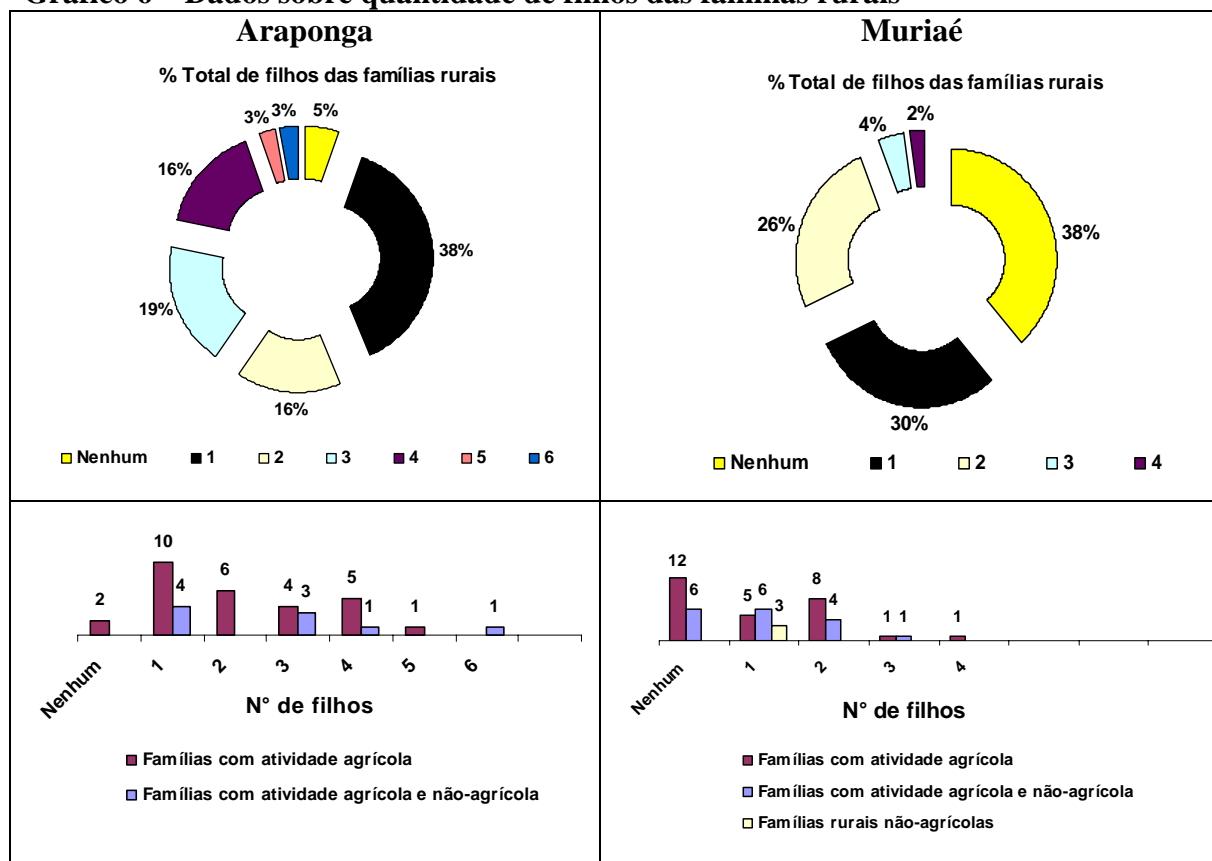
Fonte: pesquisa de campo

O Gráfico 5 mostra os dados já mencionados sobre o maior número de integrantes nas famílias do município de Araponga comparado ao município de Muriaé. Ao calcular a média de pessoas por família encontramos nas famílias com atividade agrícola de Araponga uma média de 4,8 pessoas por família, já em Muriaé encontramos uma média de 3,2 pessoas por família. Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola no município de Araponga a média é de 4,7 pessoas por família, enquanto Muriaé é de 3,8 pessoas por família. Nota-se que, a média das famílias com atividade agrícola e não-agrícola é maior do que das famílias com atividade agrícola no município de Muriaé. Não é verificada uma diferença significativa entre as famílias com atividade agrícola e atividade agrícola e não-

agrícola de Araponga. Verifica-se que as famílias rurais não-agrícolas, têm uma média de pessoas por família menor que nos outros tipos familiares.

Outra observação importante apresentada nos Gráficos 6 e 7 diz respeito à composição das famílias rurais nas três categorias analisadas, referentes ao número de filhos.

Gráfico 6 – Dados sobre quantidade de filhos das famílias rurais



Fonte: pesquisa de campo

Deve destacar-se que as famílias possuem filhos ou filhas de variadas idades, entre os que se encontram filhos maiores de idade que moram e trabalham normalmente em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. Os filhos representam grande parte da mão-de-obra familiar e as filhas dividem o seu tempo entre a manutenção da casa e na mão-de-obra rural em períodos de maior demanda. Outro aspecto significativo é o fato de filhos casados que moram com suas esposas e filhos na mesma unidade produtiva que seus pais, desta forma é possível notar a segunda geração familiar assim como a terceira dando continuidade ao trabalho da unidade familiar. No município de Araponga das 28 famílias com atividade agrícola 68% possuem filhos maiores, sendo 42% filhos casados que moram com suas esposas e filhos na mesma unidade produtiva que seus pais. Enquanto que das nove

famílias com atividade agrícola e não-agrícola 56% possuem filhos maiores, mas à diferença das famílias com atividade agrícola não existem filhos casados.

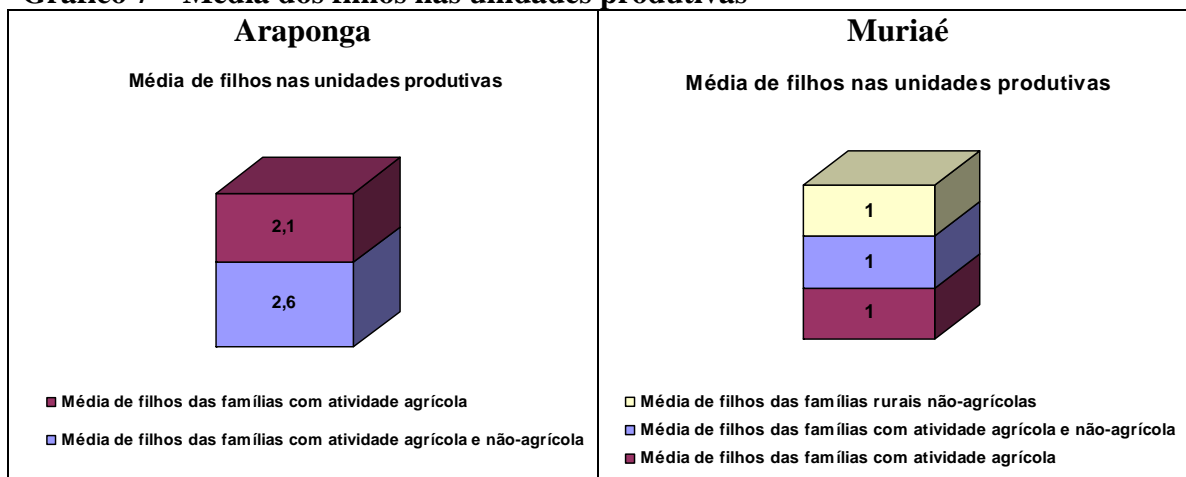
Já no município de Muriaé das 27 famílias com atividade agrícola, 33% possuem filhos maiores, sendo que apenas um filho (11%) é casado e mora com sua esposa e filhos na unidade produtiva. Das 17 famílias com atividade agrícola e não-agrícola, 47% possuem filhos maiores e apenas um filho (13%) é casado e mora com sua esposa e respectivos filhos na unidade produtiva. Portanto de forma geral, no município de Araponga existem mais filhos adultos morando com seus pais que no município de Muriaé; esse fato tanto pode ser causa, como consequência do perfil produtivo das unidades familiares e de sua relação com o contexto econômico do município, mas é um dado a ser aprofundado por aqueles que estudam sucessão rural ou até mesmo êxodo rural. Os dados mostram que nesses municípios as famílias com atividade agrícola possuem mais filhos adultos e casados que moram com seus pais do que as famílias com atividade agrícola e não-agrícola.

Durante o trabalho de campo observou-se que parte da mão-de-obra da unidade produtiva era fornecida pelos filhos (essa é uma das características da agricultura familiar), desta forma, chamo a atenção para o fato das famílias que não possuíam filhos na ocasião da entrevista contratarem mão-de-obra. Assim, analisando o conteúdo das entrevistas notou-se que, no município de Araponga, as duas famílias com atividade agrícola que não possuíam filhos¹⁹ morando na unidade familiar tinham na aposentadoria sua principal fonte de renda e na criação de gado de corte sua segunda fonte alternativa de renda. Uma dessas famílias com atividade agrícola foi a única que afirmou contratar mão-de-obra no município de Araponga, pois, o que ocorre com maior frequência neste município é a troca de trabalho. Já no município de Muriaé, das 12 famílias com atividade agrícola que não possuíam filhos, sete possuíam aposentados, sendo que três famílias tinham na aposentadoria sua principal fonte de renda, a segunda principal fonte de renda era o gado de corte ou leite. No entanto, das famílias com atividade agrícola apenas duas não contratam mão-de-obra, as outras dez contratavam. Todas as famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas possuíam filhos no município de Araponga, já no município de Muriaé das 6 famílias com atividade agrícola e não-agrícola que não possuíam filhos, três tinham aposentados sendo que apenas uma família tinha na aposentadoria sua principal fonte de renda. Também, apenas duas das famílias com

¹⁹ No entanto, vale ressaltar que as duas famílias tinham filhos adultos que casaram e foram viver suas vidas fora da unidade produtiva dos pais.

atividade agrícola e não-agrícola não contratavam mão-de-obra, as outras quatro contratavam. Já nas famílias rurais não-agrícola de Muriaé cada família possuía um filho apenas, e as famílias não contratavam mão-de-obra.

Gráfico 7 – Média dos filhos nas unidades produtivas



Fonte: pesquisa de campo

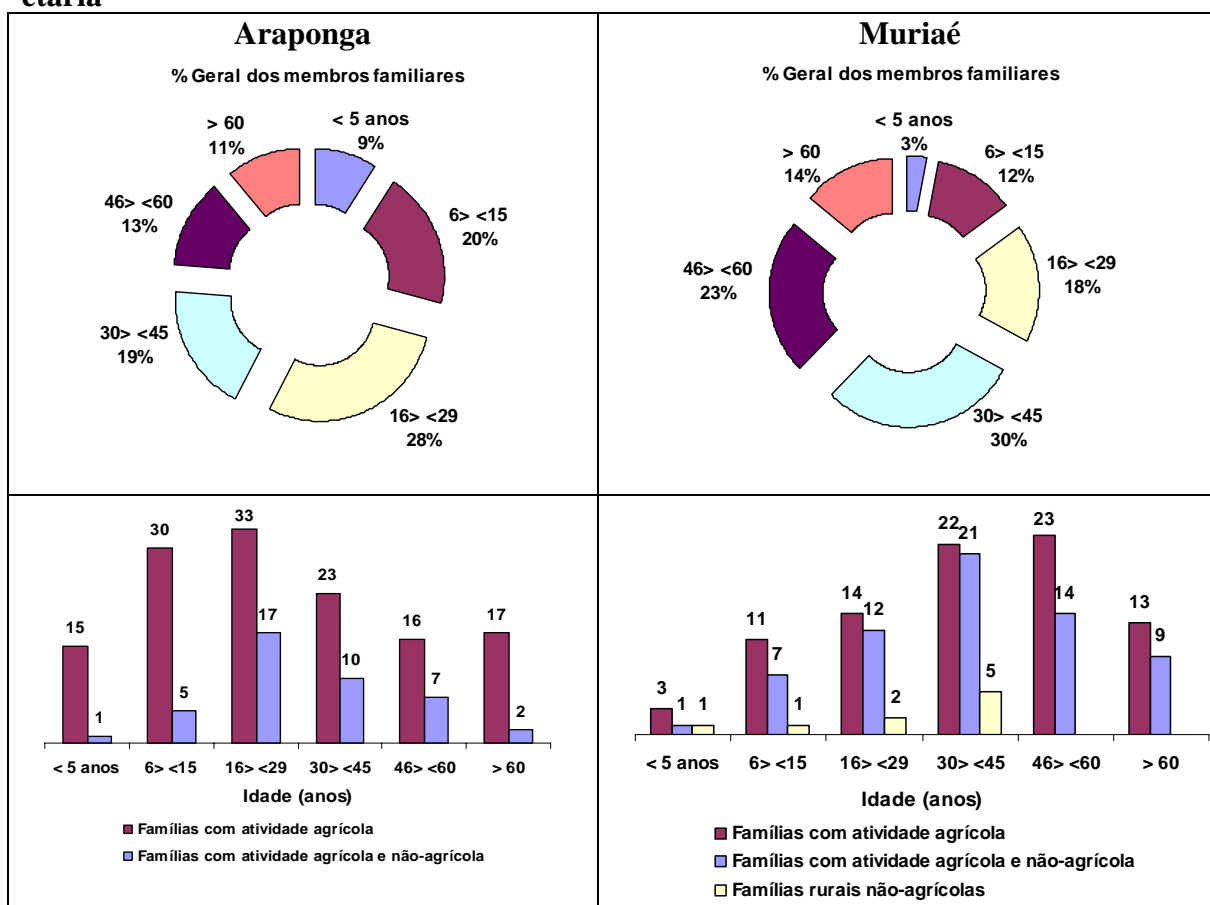
O Gráfico 7 identifica um ponto relevante para o entendimento da composição das famílias nos dois municípios em estudo, ou seja, a relação média de filhos por família. Enquanto no Município de Araponga a média de filhos por famílias com atividade agrícola é de 2,1 filhos/família, no município de Muriaé esta média é de um filho/família agrícola. Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga a média de filhos é de 2,6 filhos/família, já no município de Muriaé a média é também de um filho/família com atividade agrícola e não-agrícola. Os dados apontam que o município de Muriaé possui uma amostra que apresenta uma média de filhos por família inferior à média brasileira (1,8 filhos) e à mineira (dois filhos). Neste contexto, o censo do IBGE mostra que existe uma tendência à diminuição da taxa de fecundidade da população quanto maior o rendimento per capita. Desta forma, os dados de campo poderiam nos oferecer indícios dessa coincidência, pela correlação que existe com os dados que mostram uma realidade econômica mais dinâmica para o município de Muriaé em relação ao município de Araponga²⁰.

A distribuição dos membros²¹ das famílias entrevistadas, por faixa etária, está apresentada no Gráfico 8.

²⁰ Os dados apresentados anteriormente sobre os municípios, na tabela 2, mostram também que o PIB/capita rural tende a ser maior no município de Muriaé comparado ao de Araponga.

²¹ Membros residentes nas unidades produtivas, incluindo qualquer grau de parentesco ou não.

Gráfico 8 – Distribuição dos membros das famílias rurais entrevistadas por faixa etária



Fonte: pesquisa de campo

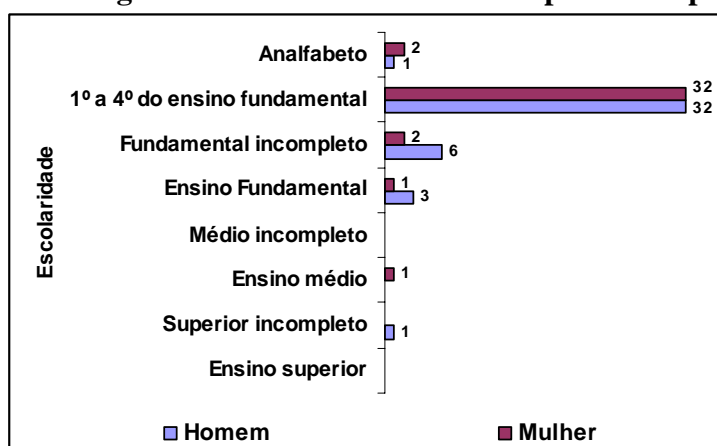
Observa-se certa similaridade nos dados entre as famílias com atividade agrícola e as famílias com atividades agrícolas e não-agrícolas no município de Araponga, ou seja, o menor número de pessoas nas famílias com atividade agrícola encontra-se na faixa etária de menos de cinco anos (11,2% do total), verificada também nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola (2,4% do total). Enquanto que o maior número de pessoas nas famílias com atividade agrícola é encontrado na faixa etária entre 16 e 29 anos (24,6% do total), observado também nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola (40,5% do total). As famílias com atividade agrícola e não-agrícola apresentam menor proporção de integrantes menores de 15 anos quando comparadas com as famílias com atividade agrícola. A maioria dos integrantes das famílias com atividade agrícola e não-agrícola está na faixa de 15 a 45 anos (64% do total), enquanto não existe uma concentração similar nas famílias com atividade agrícola. A porcentagem de pessoas maiores de 60 anos (4,8% do total) também é relativamente menor que no caso das agrícolas (12,7% do total). Comparando com os dados anteriormente apresentados percebe-se também que, em

Araponga, as famílias com atividades agrícolas e não agrícolas têm uma média de filhos por família maior que as famílias com atividades agrícolas, pode-se concluir portanto que esses filhos estariam compreendidos em uma faixa de idade que lhes permite colaborar com sua força de trabalho na unidade familiar, tratando-se assim de unidades familiares com maior disponibilidade de mão de obra. Essa diferença nas famílias com atividades agrícolas e não agrícolas não foi percebida no caso de Muriaé.

Assim, no município de Muriaé observa-se similaridade nos dados entre as famílias com atividade agrícola e pluriativas, ou seja, o menor número de pessoas nas famílias com atividade agrícola encontra-se na faixa etária de menos de cinco anos (3,5% do total), verificado também nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola (1,6% do total). Entretanto, o maior número de pessoas nas famílias com atividade agrícola é encontrado na faixa etária entre 46 e 60 anos (26,7% do total), enquanto que o número maior de pessoas nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola encontra-se na faixa etária entre 30 e 45 anos (32,8% do total). Os dados mostram em geral que as famílias com atividade agrícola são mais velhas do que as que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas. Desta forma, tanto em Araponga quanto em Muriaé percebem-se diferenças demográficas entre as famílias agrícolas e as que realizam atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que estas últimas teriam maior disponibilidade de força de trabalho ou integrantes adultos mais jovens, o que tenderia a mostrar um perfil distinto da mão-de-obra disponível.

Nas entrevistas realizadas buscou-se também investigar o grau de escolaridade dos membros que compõem as famílias rurais entrevistadas. São apresentados os números relacionados ao grau de escolaridade dos homens, das mulheres e dos filhos e/ou integrantes das famílias rurais até 18 anos de idade nos municípios de Araponga (Gráfico 9, Gráfico 10) e Muriaé (Gráfico 11, Gráficos 12, Gráfico 13).

Gráfico 9 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola entrevistadas no município de Araponga



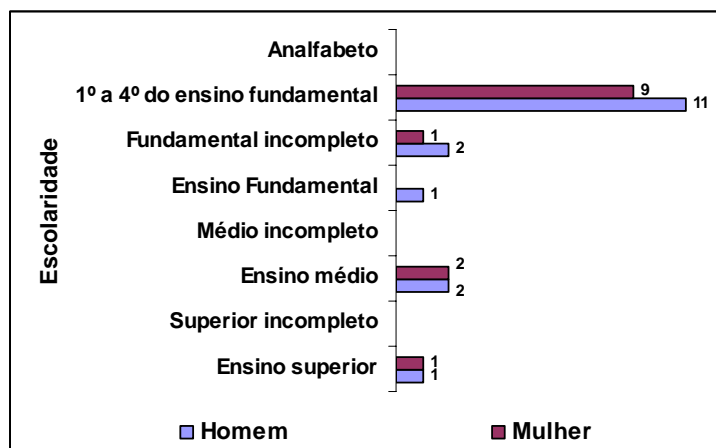
Fonte: pesquisa de campo

O que poderia chamar a atenção no Gráfico nove é o baixo grau de escolaridade verificado nas famílias com atividade agrícola do município de Araponga. O gráfico permite apreciar que a maior concentração de homens (74,4% do total de homens) e mulheres (84,2% do total de mulheres) está na faixa de escolaridade da 1º a 4º série do ensino fundamental. Nota-se que apenas um homem (de 25 anos) possui o ensino superior incompleto e, por outro lado, o maior grau de escolaridade alcançado pelas mulheres é o ensino médio.

As entrevistas mostraram que dos membros menores de 18 anos, 16 são menores de sete anos de idade e analfabetos, existindo só um analfabeto maior de sete anos. 47,2% do total pertencem à faixa de escolaridade de 1º ao 4º ano de ensino. Só dois deles estão cursando o ensino médio.

Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga (Gráfico 10) a situação é como segue:

Gráfico 10 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas no município de Araponga

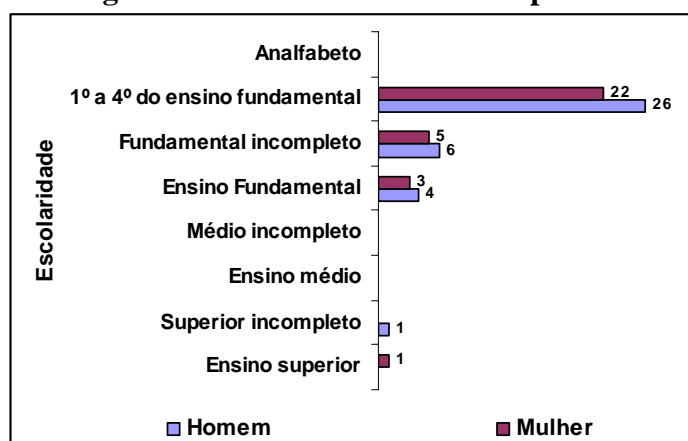


Fonte: pesquisa de campo

As famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga (Gráfico 10) apresentaram um maior grau de escolaridade que as famílias com atividade agrícola do mesmo município. No entanto, a maior quantidade de homens (64,7% do total de homens) e mulheres (69,2% do total de mulheres) concentra-se também na faixa da 1º a 4º série do ensino fundamental, assim como verificado nas famílias com atividade agrícola. Nota-se a ausência de homens e mulheres analfabetas nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola, assim como alguns integrantes com perfil educativo maior que o das famílias com atividade agrícola (quatro pessoas com ensino médio completo e duas com ensino superior completo). O perfil dos menores de 18 anos é similar ao descrito para as famílias com atividade agrícola.

No município de Muriaé as famílias com atividade agrícola apresentam as características no grau de escolaridade que se observam no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola entrevistadas no município de Muriaé

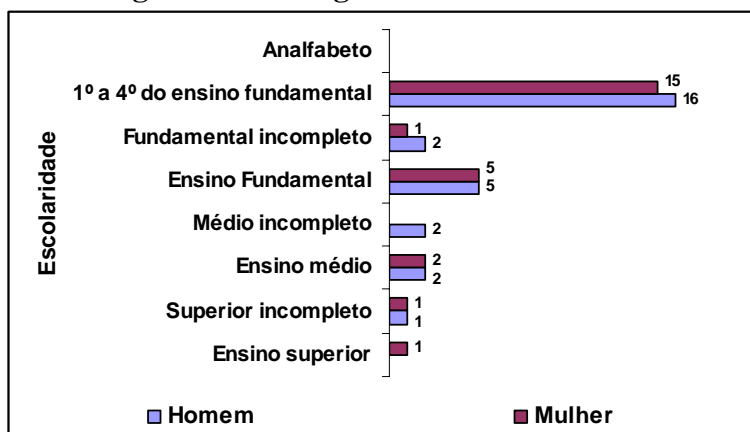


Fonte: pesquisa de campo

Grande é a semelhança com o observado nas famílias do município de Araponga, ou seja, encontra-se a maior concentração de homens (70,3% do total de homens) e mulheres (71,0 % do total de mulheres) estão na faixa de escolaridade da 1º a 4º série do ensino fundamental. Enquanto que no município de Araponga o grau máximo de escolaridade alcançado pelas mulheres é o ensino médio. Em Muriaé observou-se uma mulher com ensino superior completo.

Por sua parte, nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Muriaé (Gráfico 12) é possível observar um grau maior de escolaridade das famílias rurais, onde, um homem e uma mulher possuem o ensino superior incompleto e uma mulher possui o ensino superior completo.

Gráfico 12 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas no município de Muriaé

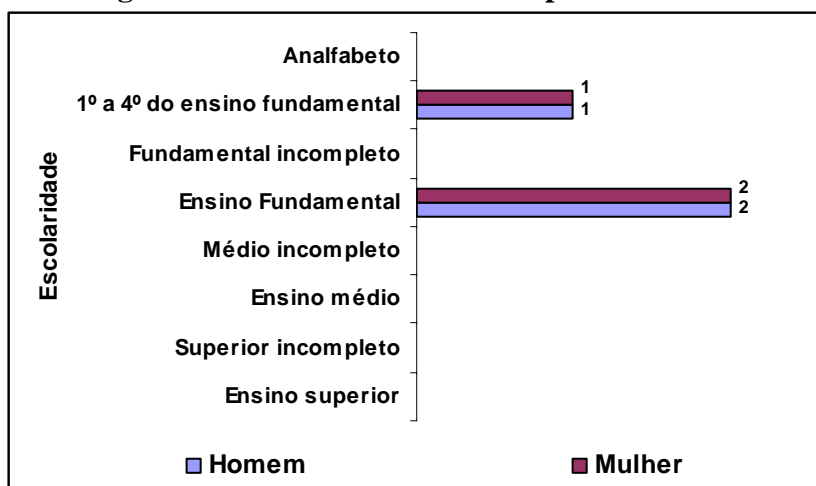


Fonte: pesquisa de campo

De forma similar existe uma concentração dos homens (57,1% do total de homens) e das mulheres (60,0% do total de mulheres) na faixa com grau de escolaridade da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, no entanto a proporção encontrada é menor do que o das famílias com atividade agrícola do mesmo município.

O Gráfico 13 nos permite observar a escolaridade dos homens e mulheres das famílias rurais não-agrícolas do município de Muriaé.

Gráfico 13 - Grau de escolaridade dos homens e mulheres maiores de 18 anos nas famílias rurais não-agrícola entrevistadas no município de Muriaé.



Fonte: pesquisa de campo

O maior grau de escolaridade alcançado pelas famílias rurais não-agrícolas foi de um membro familiar menor de 18 anos de idade com ensino médio incompleto. Não existem diferenças relevantes na escolaridade entre os homens e as mulheres e, a diferença do que acontecia em todos os outros casos, o maior grau de escolaridade alcançado tanto pelos homens quanto pelas mulheres foi o ensino fundamental completo.

Sintetizando, as famílias rurais do município de Muriaé apresentam maior escolaridade quando comparadas às famílias rurais do município de Araponga. Os membros das famílias com atividade agrícola e não-agrícola possuem, em geral, uma maior escolaridade que os das famílias com atividade agrícola. As famílias rurais não-agrícolas são as que apresentam um perfil de maior escolaridade. Não foi observado nenhum homem e nenhuma mulher analfabetos nas famílias rurais de Muriaé, ao contrário do que aconteceu no município de Araponga. Os adultos das famílias, quando questionados a respeito da baixa escolaridade (analfabetos, 1ª a 4ª série do ensino fundamental), argumentavam que, “naquela época” em que eles eram mais jovens, o estudo era prejudicado, pois, era preciso ajudar a família na roça e não sobrava tempo para os estudos.

As pessoas com idade superior aos 35 anos diziam que estudar até a 4^o série (antigo científico) era suficiente, pois o que importava era saber escrever o nome e ler o necessário.

Neste contexto da educação, as famílias foram questionadas durante as entrevistas a respeito da educação fornecida às crianças e jovens, filhas e filhos de agricultores. No município de Araponga das 28 famílias com atividade agrícola, 71,4% consideram que a educação ideal para seus filhos deveria ser aquela especializada e voltada para as atividades agrícolas, enquanto que 28,6% consideram que a educação deveria ser mista, ou seja, uma educação voltada tanto para disputar trabalhos e empregos na agricultura como fora dela. Já nas nove famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga, 44,4% julgam a educação ideal para seus filhos aquela especializada e voltada para as atividades agrícolas, enquanto 55,6% concordam que a educação ideal seria aquela mista. Por sua parte, nas 27 famílias com atividade agrícola entrevistadas do município de Muriaé, 50% responderam que a educação deveria ser mista, enquanto 50% responderam que a educação deveria ser voltada para as atividades agrícolas. Já das 17 famílias com atividade agrícola e não-agrícola, 25% responderam que a educação deveria ser voltada para atividades agrícolas enquanto, 75% responderam que ela deveria ser mista. Como pode-se observar, as famílias com atividade agrícola, em geral, preferem uma educação mais voltada para o campo, mas isso se reverte no caso das famílias que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas, provavelmente coincidindo com suas próprias necessidades de capacitação de acordo com a sua fonte de renda.

Seguem as declarações que complementam a opinião das famílias entrevistadas sobre este assunto.

“O estudo é importante independente da finalidade... meus filhos só não estudaram por causa das dificuldades”. (Andorinha, produtor com atividade agrícola e não-agrícola de Araponga, 59 anos).

“Minha filha bem que quer estudar, mas as estradas, o transporte não ajuda... então ai fica difícil... ai fica melhor se ela ir para a cidade morar, só que minha esposa e eu não vamos sair daqui”. (Pássaro Preto, produtor Agrícola de Araponga, 35 anos).

“Filhos mais educados é melhor, os pais ficam mais felizes... Eles depois podem trazer informação e uma ajuda melhor para cá...”. (Beija-Flor, produtor agrícola de Araponga, 49 anos).

“A educação no meio rural é voltada para as coisas da cidade, aqui não existe um incentivo para as crianças continuarem na zona rural, quem sabe se a educação fosse mista iria estimular as crianças a desenvolver práticas rural”. (Rouxinou, produtora com atividade agrícola e não-agrícola de Muriaé, 47 anos).

É possível identificar algumas dificuldades enfrentadas pelas crianças e jovens para poder estudar. Uma das dificuldades está relacionada ao trabalho rural, ou melhor, à “ajuda” aos pais. Durante o trabalho de campo, principalmente no município de Araçuaia, foi observado que muitos filhos menores acompanhavam seus pais nas lavouras do café. Esse trabalho na roça é muitas vezes descrito pelas famílias como “penoso”, “árido”, “pesado” e “mal remunerado”. Logo, enfrentar uma “maratona” de trabalho na roça associado aos estudos não é fácil para muitas das crianças e jovens do meio rural. Assim, alguns acabam abandonando a escola para continuar o trabalho, como pode ser constatado nos seguintes depoimentos:

“O trabalho na roça é pesado, só minha filha quis estudar, os filhos homens não estudaram direito... então agora eu dividi minha terra e eles trabalham em conjunto assim o que ganhamos dividimos... eles sempre me ajudaram, eu sempre dei o que eles precisavam... calçado, roupa e um dinheirinho de vez em quando”. (Tico-tico, produtor agrícola de Araçuaia, 63 anos).

“Meus filhos continuam a me ajudar na roça, eles não estudaram direito não...mas as coisas são muito difícil né...a roça se não tocar não vai pra frente”. (Bicolor, produtor com atividade agrícola e não-agrícola de Araçuaia, 58 anos).

Em contraste com a idéia de abandonar a escola, algumas famílias - frente ao trabalho árduo e mal remunerado da roça - preferem que os filhos estudem ao invés de trabalhar, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

“Eu aluguei uma casa na cidade para minha esposa e meus dois filhos, assim eles se dedicam aos estudos... Nos finais de semana eles vem para cá...”. (Canário, produtor agrícola de Araçuaia, 42 anos).

“Eu ajudo meu marido tocando a roça, tiramos leite... Além disso, eu mexo com costura também... Meu filho estuda lá em Viçosa também”. (Bem-te-vi, produtora com atividade agrícola e não-agrícola de Muriaé, 49 anos).

Outra dificuldade observada nas declarações das famílias diz respeito ao transporte e as estradas do município. As estradas que dão acesso às comunidades do município não são pavimentadas, desta forma, existe dificuldade para o acesso em determinados trechos. No período de chuva nota-se a presença de muito barro além de encostas de barrancos sobre a estrada. Já na época da seca a poeira toma conta do ar, sendo muito difícil trafegar

atrás de transportes automotores. Além das estradas observou-se que os ônibus que conduzem as crianças estão em condições precárias de segurança, com lotação muitas vezes máxima, e quando não dispõem de tal transporte muitas crianças são induzidas a andar quilômetros até a escola. Assim, as condições de infraestrutura acabam dificultando o acesso à educação por parte desses jovens. As escolas de ensino médio encontram-se nas sedes municipais e geralmente tornam difícil combinar os estudos com a moradia no meio rural. Essa opção pelo estudo feita quando adolescentes, pode se transformar num preâmbulo para a emigração rural.

3.4.2 – Caracterização socioeconômica das famílias entrevistadas

Podemos relacionar o tipo de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas através da geografia do município, infraestrutura e do ambiente econômico em que os municípios estão envolvidos.

Neste contexto, a infraestrutura das estradas mostrou-se como um fator relevante que afeta não só a presença das crianças e jovens na escola, mas também o desenvolvimento da região e outros aspectos como, por exemplo, o transporte de mercadorias e insumos além do trânsito das pessoas para a cidade. As estradas nos dois municípios são de terra, na época de chuva causam muito desconforto para as pessoas e automóveis transitarem. Na época do calor a poeira acumula-se em grandes nuvens que prejudica a visibilidade ao cruzar com algum tipo de transporte rodoviário ou animal. Nos dois municípios predomina a geografia montanhosa, principalmente no município de Araponga onde a beleza de suas cachoeiras e vales divide atenção com a precariedade de suas estradas íngremes e estreitas. Vale ressaltar que o escoamento da produção depende das estradas, ao mesmo tempo as famílias são obrigadas a adaptarem-se as condições geográficas para desenvolver as atividades produtivas mais adequadas.

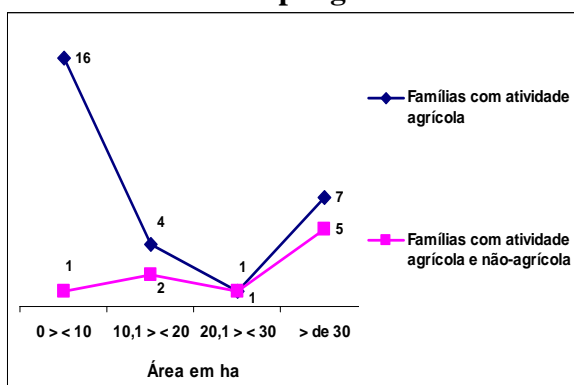
As unidades produtivas se diferenciam de acordo ao seu tamanho, à diversidade produtiva, à escala de produção, ao acesso aos programas do governo (em especial, ao PRONAF), além da utilização de maquinário e mão-de-obra. Desta forma, podemos observar a área das unidades produtivas das famílias entrevistadas no Gráfico 14.

As propriedades do município de Araponga, de um modo geral, seguem o padrão predominante da região, ou seja, de pequenas propriedades. Constata-se que a área média das propriedades das famílias com atividade agrícola e não-agrícola entrevistadas (40,3 ha) é superior a das famílias com atividade agrícola (31,8 ha), existindo uma concentração de

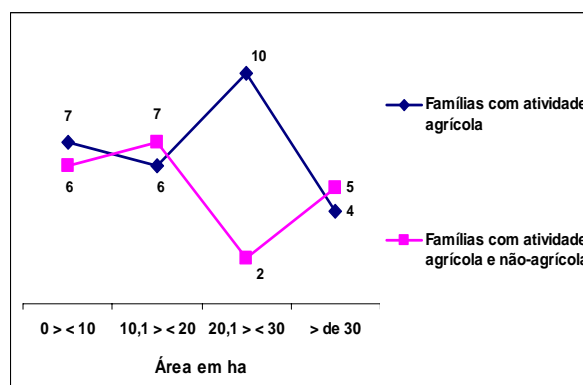
estabelecimentos agrícolas (57%) no estrato inferior (até 10 ha). Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola, apenas uma possui menos de dez ha e cinco famílias possuem mais de 30 ha; entre as famílias com atividade agrícola, além das 16 que possuem até dez ha, sete famílias são proprietárias de uma área maior que 30 ha. Esses dados de Araponga podem ser comparados com os estudos desenvolvidos por Schneider (2003, 2007) no sul do país. Este autor explica que a pluriatividade varia bastante segundo as regiões analisadas, mas que, no geral, seu papel principal está relacionado a elevação da renda e ao aproveitamento de oportunidades de trabalho para as famílias com maior número de membros e áreas de terra menores. Os dados mostram que em Araponga existe uma maior força de trabalho disponível por família no caso daquelas que combinam atividades agrícolas com não agrícolas, mas elas – em geral – possuem maior superfície de terra (e não menor, como no caso mencionado) e um grau de escolaridade também levemente maior, portanto seria a combinação destes e outros fatores que poderia explicar as diferenças percebidas.

No município de Muriaé, a respeito da área de terra das propriedades pertencentes às famílias entrevistadas, a pesquisa de campo observou que a maioria das famílias com atividade agrícola possui entre 20 e 30 ha, enquanto que a maior parte das famílias com atividade agrícola e não-agrícola possui áreas menores, ou seja, entre dez e 20 ha. Constata-se também que a área média nas unidades produtivas das famílias com atividade agrícola (34,2 ha) é maior do que a área média das famílias com atividade agrícola e não-agrícola (29,2 ha). Os dados do município estão mais próximos dos estudos desenvolvidos por Schneider, anteriormente mencionados, onde o autor cita que para as famílias que possuem menor área de terra disponível para a produção, a busca de atividades complementares para ocupar a força de trabalho excedente e a necessidade de melhorar a renda familiar podem ser considerados elementos explicativos dessa combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas.

Gráfico 14 – Área das unidades produtivas
Araponga



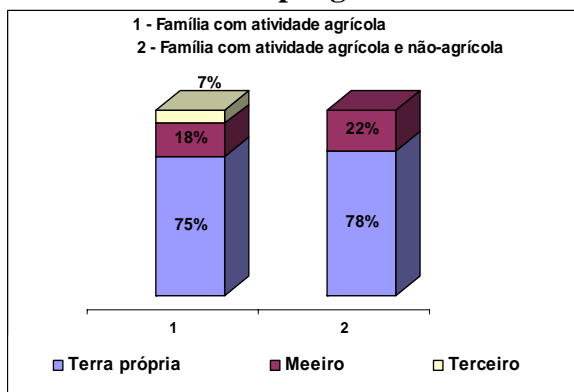
Muriaé



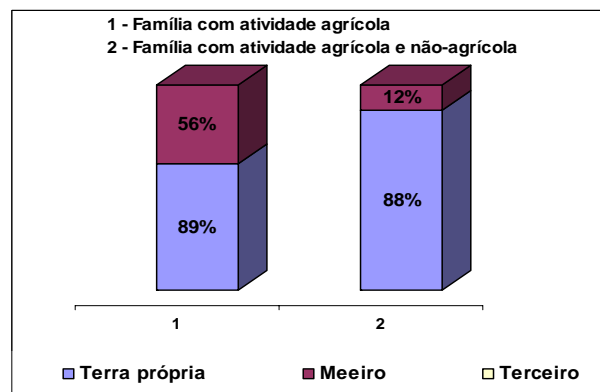
Fonte: pesquisa de campo

A posse da terra é um elemento fundamental para se entender e analisar o modo de funcionamento das unidades que operam com base no trabalho familiar. É importante salientar a diferença entre meeiro e terceiro utilizado neste estudo²². Os dados do Gráfico 15 oferecem um resumo da situação encontrada entre as famílias entrevistadas:

Gráfico 15 – Posse da terra
Araponga



Muriaé



Fonte: pesquisa de campo

Notar-se-á no Gráfico 15 a ausência de parceiros tanto nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga, quanto nas famílias com atividade

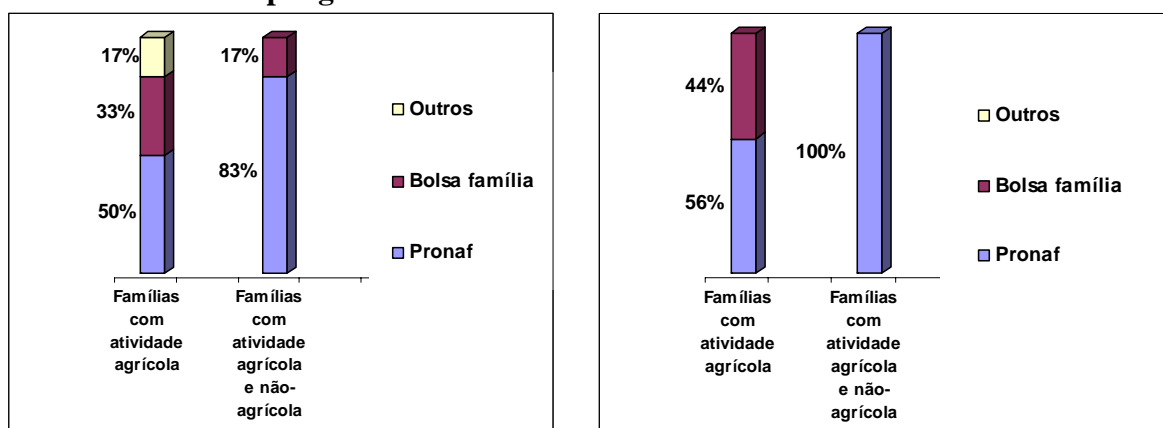
²² Se o aluguel for pago com parte da produção, combinada entre as partes, temos uma parceria. Logo, meeiro e terceiro são agricultores que trabalham em terras que pertencem à outra pessoa. Em geral o meeiro e o terceiro ocupam-se de todo o trabalho, e repartem com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. Quando a divisão do resultado do trabalho seja feita meio a meio, o parceiro será chamado de meeiro caso seja feita com 1/3 será conhecido como terceiro.

agrícola e pluriativas do município de Muriaé. Fica evidente que um maior número de famílias possui terra própria. O número de famílias meeiras é mais expressivo nas famílias com atividade agrícola do município de Araponga. No entanto, o perfil dessas famílias meeiras e terceiras são semelhantes nos dois municípios, ou seja, são famílias onde os homens chefes de família têm mais de 35 anos. A baixa escolaridade é outra característica que diferencia o meeiro de cada município. Em Muriaé dos cinco chefes familiares meeiros existentes, três possuem o ensino fundamental, já no município de Araponga todos os chefes de família possuem no máximo a 4ª série do ensino fundamental. A característica principal dos meeiros pluriativos de Araponga é que eles estão envolvidos em atividades relacionadas ao turismo na região, e a agricultura desenvolvida por eles esta relacionada ao café. Já os dois meeiros pluriativos de Muriaé desenvolvem como atividade agropecuária a criação de gado solteiro (gado de corte), sendo um comerciante e o outro pedreiro.

A terra é importante para o agricultor, pois, nela desenvolve o seu trabalho. É também necessário que o produtor seja proprietário da terra ou posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário da reforma agrária para que ele seja contemplado no programa para a agricultura familiar do governo (PRONAF). Outros requisitos para acesso ao programa são: residir na propriedade, ter até dois funcionários permanentes e 80% da renda bruta anual da família deve ser proveniente de atividades exercidas no estabelecimento rural. Além disso, o agricultor familiar precisa saber quais são as linhas de crédito às que ele tem acesso e a qual grupo dentro do PRONAF ele pertence.

O Gráfico 16 compreende apenas as famílias rurais entrevistadas que têm acesso ao crédito e a outros programas oferecidos pelo governo para a agricultura familiar. Estes programas que por sua vez se tornaram um dos principais meios para viabilizar a produção. No município de Araponga as porcentagens observadas no Gráfico 16 dizem respeito às 18 famílias que participam de algum programa no município de Araponga, de um total de 37 famílias entrevistadas, em Muriaé apenas 12 famílias participam de alguma modalidade de um total de 47 famílias entrevistadas. Constata-se que o PRONAF é a linha de crédito mais acessada entre as famílias entrevistadas no município de Araponga.

Gráfico 16 - Acesso aos programas do governo para a agricultura familiar
Araponga **Muriaé**



Fonte: pesquisa de campo

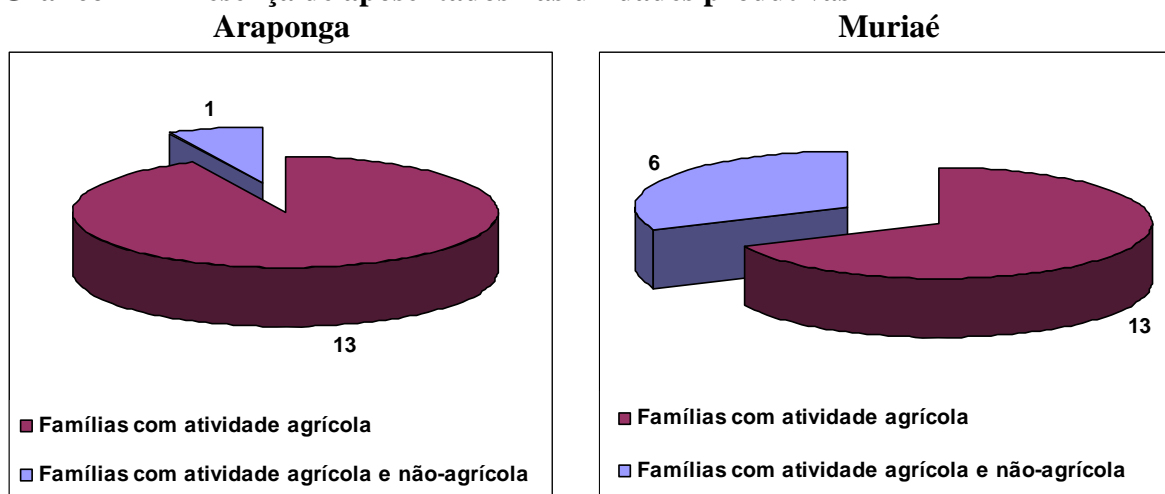
Outro aspecto a ser considerado refere-se à justificativa utilizada pelas famílias por não terem acessado ao PRONAF; algumas famílias diziam ter medo de empréstimos, pois, a longo prazo as dívidas se acumulam e fica cada vez mais difícil de quitá-las; outras famílias argumentavam que existe muita burocracia para conseguir acesso ao programa do governo. Em Araponga, muitas famílias não possuíam os documentos da terra em ordem; havia também famílias que não tinham esclarecimentos adequados sobre este programa do governo. Quem teve acesso ao PRONAF no município de Araponga, utilizou o dinheiro principalmente para melhorias na cultura do café, enquanto que as famílias no município de Muriaé investem o dinheiro do crédito principalmente na criação de gado.

Ainda que não se trate de uma política exclusivamente rural, a presença de um programa ambicioso de transferência de renda no Brasil, o Programa Bolsa Família, nasce com o objetivo de enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria. Para tal, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para as famílias mais necessitadas atendidas por esse programa, exigindo só algumas obrigações vinculadas à saúde e à educação das crianças. Durante o trabalho de campo notou-se que as famílias que têm acesso ao mesmo, são realmente as de baixa renda familiar, em especial famílias com filhos estudando. Outra característica dessas famílias é o número maior de filhos em relação à média de filhos dos municípios em estudo. Em Araponga, cinco famílias participam do programa, das quais apenas uma combina atividades agrícolas com não agrícolas; já no município de Muriaé as quatro famílias que recebem a Bolsa Família realizam exclusivamente atividades agrícolas. Nos dois municípios, das famílias entrevistadas, o número de beneficiárias do Bolsa Família é maior ou se dá exclusivamente no caso das que realizam atividades agrícolas. Cada família

recebe uma quantia de R\$18,00 por filho na escola. Conseqüentemente, existiam famílias no município de Araponga que utilizavam este valor para complementar as outras despesas familiares, como por exemplo, comprar alimentos que não eram produzidos na unidade produtiva. Os dados da pesquisa indicam ainda que duas famílias com atividade agrícola no município de Araponga possuem outro tipo de empréstimos.

É importante mencionar também a Previdência Social Rural, já que esta tornou-se, na prática, uma política de relevantes conseqüências sociais e econômicas para o rural brasileiro da atualidade. Segundo alguns autores é um importante meio de reprodução socioeconômica das diversas categorias sociais do campo, especialmente dos agricultores familiares (DELGADO e CARDOSO JR., 2000). No Gráfico 17 observa-se o número de aposentados que disponibilizam o recurso recebido da aposentadoria como fonte de renda para sua família.

Gráfico 17 - Presença de aposentados nas unidades produtivas



Fonte: pesquisa de campo

Através dos dados de campo notou-se que a aposentadoria não é um recurso tão presente entre as famílias com atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga. Pois, enquanto treze famílias com atividade agrícola (46,4% do total) possuem renda proveniente de aposentadorias, apenas uma família agrícola com atividade agrícola e não- agrícola (11,1% do total) conta com aposentados no núcleo familiar. Verifica-se uma situação semelhante no município de Muriaé, ou seja, entre as famílias com atividade agrícola e não-agrícola o número de aposentados é reduzido comparado às famílias com atividade agrícola do município. Apenas seis famílias com atividade agrícola e não-

agrícola (35,3% do total) contam com aposentados no núcleo familiar, enquanto são treze as famílias com atividade agrícola que têm aposentados (48,2% do total).

Nos dois municípios, muitas famílias possuíam integrantes com idade para aposentar, mas a principal justificativa para não estarem aposentados estava relacionada a problemas burocráticos diversos, além da falta de entendimento dos procedimentos para iniciar o processo de aposentadoria. O recurso da aposentadoria tem diversas finalidades na unidade familiar, desde a utilização para as despesas gerais da família ou da unidade produtiva até para a compra de remédios, em todos os casos contribuindo positivamente na renda das famílias.

A utilização de mão-de-obra é outro elemento fundamental para se entender e analisar o modo de funcionamento das unidades que operam com base no trabalho familiar. No Quadro 2 e 3 apresentam-se os dados das famílias com atividade agrícola, atividade agrícola e não-agrícola além das famílias rurais não-agrícola que são contratadas (vendem sua força de trabalho) e/ou que contratam mão-de-obra e maquinário nos municípios de Araponga e Muriaé.

Quadro 2 - Famílias com atividade agrícola e atividade agrícola e não-agrícola do município de Araponga que são contratados e/ou contratam mão-de-obra e maquinário

Formas de contratação		Nº de pessoas que contratam		Nº de pessoas que são contratadas	
			%		%
Famílias com atividade agrícola	Assalariado permanente agrícola				
	Assalariado permanente não-agrícola				
	Trabalho agrícola temporário	1	4%		
	Trabalho não-agrícola temporário				
	Troca de trabalho	21	92%	21	100%
	Contratação de serviços de máquinas	1	4%		
Famílias com atividade agrícola e não-agrícola	Assalariado permanente agrícola				
	Assalariado permanente não-agrícola	1	20%	5	36%
	Trabalho agrícola temporário				
	Trabalho não-agrícola temporário ²³			4	29%
	Troca de trabalho	4	80%	4	29%
	Contratação de serviços de máquinas				

Fonte: pesquisa de campo

²³ Adiciona-se ao trabalho não-agrícola temporário atividades ligadas à produção de doces, queijos, embutidos, cachaça, açúcar, enfim atividades para-agrícolas.

O dado que mais chama a atenção na Quadro 2 corresponde à troca de trabalho, pois, durante as entrevistas as famílias com atividade agrícola e atividade agrícola e não-agrícola freqüentemente afirmaram que a contratação de mão-de-obra não era comum, já que o habitual na região era a troca de trabalho. A troca de trabalho entre as famílias funciona da seguinte forma: para cada dia de trabalho executado na unidade familiar do vizinho, um dia de trabalho será retribuído pelo vizinho, ou alguém da sua família, trabalhando na unidade familiar de quem tinha previamente lhe ajudado. As famílias afirmam que esse intercâmbio é uma forma de diminuir os custos da produção. Desta forma, 21 famílias com atividade agrícola (ou 92% do total) não contratam e sim trocam mão-de-obra. Chama-se a atenção para a escassa contratação de serviços de máquinas; apenas uma das famílias entrevistadas (que só faz agricultura) declarou contratar serviços de máquinas. Seria possível especular que o relevo montanhoso da região limita as opções de cultivo e dificulta o acesso para máquinas, além do relativamente pequeno tamanho das propriedades e, também, por se tratar de produtores de café, que é um cultivo permanente. Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola encontraram-se cinco pessoas que são contratadas como assalariadas permanente não-agrícolas (doméstica, ajudante da pousada, guarda parque, professora, cozinheira), enquanto quatro pessoas são contratadas para trabalhos não-agrícolas temporários (pedreiro, dois motoristas, preparo e venda de queijos).

O Quadro 3 mostra os dados das famílias com atividade agrícola, atividade agrícola e não-agrícola além das famílias rurais não-agrícolas do município de Muriaé que são contratadas (vendem força de trabalho) e/ou que contratam mão-de-obra e maquinário.

Quadro 3 - Famílias com atividade agrícola, com atividades agrícolas e não agrícolas e Famílias rurais não-agrícola que são contratados e contratam mão-de-obra e maquinário

Formas de contratação		Nº de pessoas que contratam	%	Nº de pessoas que são contratadas	%
Famílias com atividade agrícola	Assalariado permanente agrícola	13	43%	1	100%
	Assalariado permanente não-agrícola				
	Trabalho agrícola temporário	4	14%		
	Trabalho não-agrícola temporário				
	Contratação de serviços de máquinas	13	43%		
Famílias com atividade agrícola e não-agrícola	Assalariado permanente agrícola	7	44%	2	11%
	Assalariado permanente não-agrícola			7	36%
	Trabalho agrícola temporário	4	25%		
	Trabalho não-agrícola temporário			10	53%
	Contratação de serviços de máquinas	5	31%		
Famílias rurais não-agrícolas	Assalariado permanente agrícola				
	Assalariado permanente não-agrícola				
	Trabalho agrícola temporário				
	Trabalho não-agrícola temporário			3	100%
	Contratação de serviços de máquinas				

Fonte: pesquisa de campo

Observa-se no Quadro 3 o significativo número de assalariados permanentes agrícolas nas unidades produtivas das famílias com atividade agrícola (43% do total) e nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola (44% do total). De acordo com os dados, também o número de trabalhadores agrícolas temporários contratados é significativo, só que, neste caso, são as famílias com atividade agrícola e não-agrícola as que contratam mais este tipo de mão-de-obra (25% do total), enquanto as famílias com atividade agrícola contratam apenas quatro pessoas (14% do total).

Chama-se a atenção para a contratação de serviços de máquinas: as famílias com atividade agrícola contratam mais serviços de máquinas quando comparado às famílias com atividade agrícola e não-agrícola. Pressupõe que esta demanda por máquinas seja devida à atividade desenvolvida pelas unidades produtivas, ou seja, as famílias com atividade agrícola que disseram utilizar máquinas são aquelas que exercem atividades agrícolas relacionadas ao gado e peixes ornamentais.

Nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola, a maioria dos que vendem sua força de trabalho é contratada para trabalhos não-agrícolas temporários (53%), e entre as atividades relacionadas estão: pedreiro, servente de pedreiro, corte e costura, produção de

doces, açúcar e rapadura. Foi entrevistada uma família na qual o marido era contratado como assalariado permanente agrícola enquanto que, a esposa era costureira contratada como mão-de-obra não-agrícola temporária. As famílias que possuíam algum dos seus integrantes trabalhando como assalariados permanentes não-agrícolas, eles desenvolviam atividades ligadas à: indústria, comércio e na administração pública. Nas famílias rurais não-agrícolas, os integrantes que vendem sua força de trabalho, são geralmente trabalhadores não agrícolas temporários, principalmente na atividade de pedreiro.

De modo geral verificamos que as atividades desenvolvidas por aqueles que vendem sua força de trabalho em Araponga e Muriaé estão muito relacionadas com a dinâmica econômica dos municípios, ou seja, em Araponga, com uma diversidade menor de atividades, predominam atividades vinculadas à construção e reforma de domicílios rurais (pedreiro) além, das atividades relacionadas ao turismo. Já em Muriaé, a diversidade maior em atividades urbana influencia as atividades desenvolvidas no meio rural, por isso podemos encontrar atividades relacionadas ao corte e costura, atividades para-agrícolas (açúcar, doces) e construção civil (pedreiro).

Os tipos de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas também é um aspecto importante para a caracterização das mesmas. Em Araponga destaca-se o café como a principal atividade agropecuária desenvolvida, tanto para as famílias com atividade agrícola quanto para as famílias com atividade agrícola e não-agrícola. Existe um incentivo por parte de ONGs e EMATER no município de Araponga para que as famílias rurais produzam um café de qualidade pelo sistema agroecológico. A proximidade do município com o PESB é um ponto fundamental no argumento da necessidade do desenvolvimento de atividades que privilegiem a preservação do ambiente. Neste contexto podemos citar uma das principais ONGs que atuam nesta região, o CTA, está envolvida em projetos que promovem estratégias de desenvolvimento local com ênfase em atividades agrícolas, iniciativas de formação de agricultores em sistemas agroecológicos e incentivos a formação de associações para diversos fins, entre eles a comercialização (VITARELLI, 2005). Observa-se a presença de apenas 2 famílias entrevistadas com atividade agrícola envolvidas na produção de gado de corte na região, o resto privilegia suas atividades na produção de café. A Foto 3 mostra uma das diversas unidades produtivas de café no município de Araponga. É comum observar a presença de quintais de horti-fruticultura nas unidades produtivas das famílias em estudo, porém a produção é sempre direcionada para o consumo familiar. A diversidade produtiva

promovida no marco dos lineamentos agroecológicos está direcionada fundamentalmente ao auto-consumo e não para o mercado.

Foto 3 – Unidade produtiva de café no município de Araponga



Fonte: A autora / set.07

No município de Muriaé encontra-se uma maior diversidade na atividade agropecuária principal realizada pelas famílias com atividade agrícola e com atividade agrícola e não agrícola. Lembrando que, quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos que os agricultores se expõem, já que a produção está diretamente relacionada a fatores climáticos, preços e também a mercê de uma sazonalidade de produção. Esta diversificação da produção também está relacionada à dinâmica econômica do município de Muriaé, que dá suporte para os agricultores comercializarem os seus produtos dentro e fora da cidade. Assim, a pesquisa mostrou uma maior diversidade produtiva agrícola nesse município, compartilhando o café sua importância nas atividades das famílias agrícolas com o gado de leite e de corte, a produção de cavalos e peixes ornamentais e, ainda, com a produção apícola e a hortifruticultura.

Foto 4 – Café e gado no distrito de Belisário



Fonte: A autora / jan.08

Observamos uma família que combina atividades agrícolas e não agrícolas de Muriaé que está envolvida na criação e comercialização de cavalos como sua principal atividade, ressalta-se que esta família desenvolve atividades não-agrícolas, relacionadas ao corte e costura, associadas à atividade agropecuária. Nota-se também uma porcentagem significativa de famílias no município de Muriaé que desenvolvem atividades de criação de gado de corte, gado de leite e hortifruticultura como principal atividade agropecuária. É importante destacar a atividade de recria de animais e a conseqüente venda destes animais entre os produtores de gado de corte (também designado por algumas famílias como *gado solteiro*).

Outra característica dos produtores de gado de corte diz respeito à aposentadoria. Das seis famílias com atividade agrícola que desenvolvem esta atividade como a principal atividade agropecuária, 83,3% são aposentados, enquanto que das sete famílias com atividade agrícola e não-agrícola, 57,1% são aposentados, ou seja, mais da metade das famílias que desenvolvem atividades relacionadas a bovinocultura são aposentados. Estes números são importantes, pois, o manejo com gado de corte comparado com gado de leite e outras atividades agropecuárias não requer tanta dedicação de horas por dia, assim as famílias podem direcionar o tempo ocioso para outras atividades ou não precisam dedicar a ele tanta mão-de-obra. Isso pode ser constatado nas seguintes afirmações:

“Vivo da minha aposentadoria, este comércio só dá alguma coisa no tempo de calor, por causa da cachoeira..., mas além do comércio eu tenho um gado solteiro espalhado ai no pasto”. (Araponga, produtor com atividade agrícola e não-agrícola de Muriaé, 45 anos).

“Eu tenho este gado solteiro ai que você esta vendo ali... Sou aposentado e desquitado, aqui não é minha terra... mas estou construindo em outro lugar, por isso vou vivendo aqui, pois adoro tudo isso”. (Arara, produtor agrícola de Muriaé, 63 anos).

“O que temos é este gado solteiro no pasto, como meu marido só vem final de semana é até bom porque nem tenho muito trabalho... de vez em quando coloco um sal para eles”. (Azulão, produtora com atividade agrícola e não-agrícola de Muriaé, 53 anos).

A região de Muriaé é destaque como uma das principais produtoras de horticultura da Zona da Mata Mineira. Outro destaque do município de Muriaé é o seu reconhecimento como um dos maiores produtores de peixes ornamentais da América Latina; podemos observar na Foto 5 duas unidades produtivas de peixes ornamentais identificadas durante o trabalho de campo.

Foto 5 – Unidades produtivas de peixes ornamentais

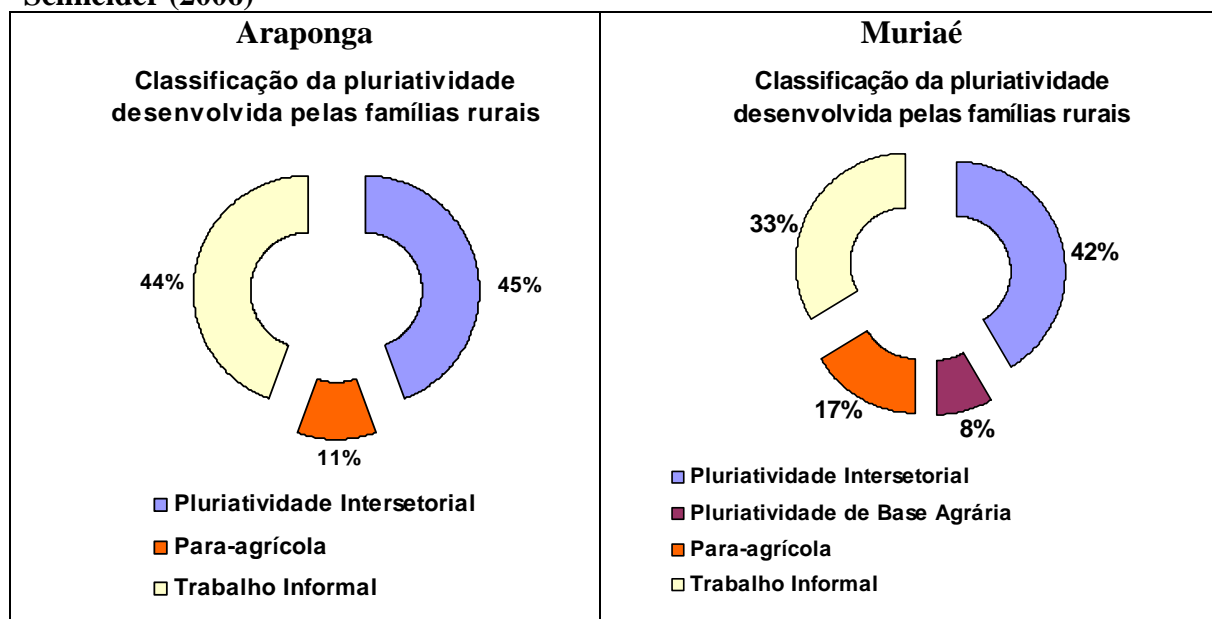


Fonte: A autora / out.07

A seguir, com o intuito de propor uma tipologia para classificar as atividades pluriativas desenvolvidas pelas famílias com atividade agrícola e não-agrícola nos municípios de Araponga e Muriaé, utilizar-se-á o estudo de Schneider (2006), onde o autor propõe cinco tipos de pluriatividade²⁴.

²⁴ 1) Pluriatividade Intersetorial é decorrente da articulação do setor agrícola e não-agrícola com a indústria, comércio e serviços, é fruto das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho gerando novas relações.
2) Pluriatividade de Base Agrária ocorre dentro do setor agrícola, sendo decorrente da terceirização de fases do processo de produção.
3) Pluriatividade para-agrícola é decorrente do beneficiamento ou transformação de produtos vegetais, animais ou bebidas com o objetivo de venda.
4) Trabalho Informal: trata-se da venda de mão de obra em trabalhos temporários ou esporádicos.
5) Pluriatividade Tradicional ou Camponesa é formada pelas atividades que sempre existiram dentro da propriedade camponesa, em uma tentativa de ter-se baixa dependência externa; essas não visam inserções mercantis.

Gráfico 18 – Classificação do tipo de trabalho (pluriatividade) desenvolvida pelas Famílias com atividade agrícola e não-agrícola de Araponga e Muriaé, Segundo Schneider (2006)



Fonte: pesquisa de campo

Observa-se no Gráfico 18 que a maior parte das atividades desenvolvidas pelas famílias que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas no município de Araponga podem ser classificadas, segundo a tipologia proposta por Schneider, como pluriatividade intersetorial (45%) e de trabalho informal (44%). A dinâmica econômica do município de Araponga não é propícia para que as famílias rurais desenvolvam atividades não-agrícolas diversificadas voltadas para o setor industrial e comercial. Em geral, mesmo com a falta de infra-estrutura adequada para o turismo no município de Araponga, constatada também por Tiradentes (2004), os dados encontrados neste estudo contribuem para sinalizar que pode-se afirmar que o PESB é um dos principais elementos dinamizadores de oportunidades de trabalho não-agrícolas para as famílias rurais. Das nove famílias que combinam atividades agrícolas com não agrícolas, quatro contam com pessoas inseridas no mercado de trabalho aberto pelo contexto turístico da região: três são funcionários do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e uma pessoa é funcionário de uma das pousadas do Município. Ressalta-se a potencialidade da biodiversidade da região do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que atrai tanto pesquisadores quanto turistas, embora residam todos principalmente na região, já que o PESB não conta, como outros Parques espalhados pelo Brasil, que atraia visitantes de lugares mais distantes. Dentre as perspectivas econômicas não-agrícolas que o município proporciona para os integrantes das famílias rurais, citam-se

as atividades que se encaixam na tipologia intersetorial como, por exemplo, guarda parque, cozinheira, funcionário de pousada e professora. Classificados como trabalho informal encontramos um motorista (presta seus serviços para o traslado de pessoas só quando aparece alguma oportunidade), uma doméstica e um pedreiro. Ressalta-se que, muitas famílias produzem queijos para consumo próprio, porém, apenas uma família rural está envolvida na produção de queijo para a comercialização e foi classificada como para-agrícola.

No entanto, se aplicássemos os conceitos de Maria José Carneiro para definir o que é pluriatividade, não seria correto descrever como pluriativas as combinações de atividades agrícolas com não-agrícolas encontradas no município. Todos os empregos e formas de obtenção de renda aos que se dedicam as famílias de Araponga, não respondem a nenhuma nova dinâmica econômica ou produtiva. O fato de encontrar quatro assalariados vinculados ao turismo tem mais relação com oportunidades de vagas disponíveis que com uma dinâmica econômica assentada no turismo, sobretudo se consideramos que três deles são funcionários públicos. As outras famílias também não apresentam atividades não agrícolas que reflitam dinâmicas rurais multifuncionais específicas.

Como já explicitado, através dos depoimentos e observações de campo, falta para o município de Araponga infra-estrutura, assim como incentivos que permitam uma maior diversificação de oportunidades de emprego e até mesmo de opções para a produção agropecuária. Desta forma, para desenvolver melhor as atividades relacionadas ao turismo no município de Araponga seriam necessários maiores investimentos em estradas, acomodações turísticas, restaurantes, na formação de guias turísticos especializados e, sobretudo, disseminar informações às famílias da região sobre possibilidades de obter renda extra através das atividades vinculadas ao turismo. No entanto, como foi anteriormente mencionado, a ênfase na preservação ambiental – e na dimensão ecológica do desenvolvimento sustentável – por parte de atores relevantes em Araponga (ONGs) não contribui na promoção de alternativas nesse sentido, sendo o aumento no número de turistas considerado como uma externalidade ambiental negativa na região.

No município de Muriaé a realidade econômica é mais diversificada, encontramos famílias com integrantes que estão inseridos em contextos econômicos industriais e comerciais, além de em setores voltados para o turismo. Assim como no município de Araponga, a maior parte das atividades pluriativas desenvolvidas pelas famílias rurais no município de Muriaé classificam-se como pluriatividade intersetorial (42%) e como trabalho informal (33%), porém encontramos também pluriatividade de base agrícola (8%).

Outra diferença encontrada no município de Muriaé em relação à Araponga é que foram encontradas famílias rurais com mais de um de seus integrantes familiares envolvido em atividades não-agrícolas distintas, por exemplo, esposas que realizavam atividades de corte e costura e o marido é contratado como peão em uma propriedade rural. Outros exemplos são: uma mulher que trabalha como funcionária pública na escola rural e o marido é contratado para trabalho agrícola em outra propriedade; e uma senhora que é costureira junto com a filha, no entanto, a filha é funcionária do ambulatório do dentista na comunidade. Desta forma temos famílias com atividade agrícola e não-agrícola que se enquadram em mais de uma categoria das descritas por Schneider, dificultando sua classificação por ter mais de um indivíduo trabalhando em atividades não-agrícolas distintas. Assim, a tipologia de Schneider parece considerar a existência de só um indivíduo por família que realiza atividade não-agrícola. Desta forma, essa tipologia pareceria ter um enfoque mais individual que familiar, dificultando a classificação de famílias pluriativas que realizam atividades não-agrícolas de mais de um tipo.

No distrito de São João do Glória – perto da sede do município – encontra-se a maior parte das famílias com atividade agrícola e não-agrícola encontradas na pesquisa de campo no município de Muriaé. Assim, observa-se que a maior parte das atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias está relacionada à costura, visto que a cidade é um dos principais centros confeccionistas do estado e atrai lojistas e consumidores de todas as regiões. A costura é realizada pelas mulheres, que através de um trabalho terceirizado, são encarregadas pelas encomendas das fábricas e desenvolvem a confecção das roupas, em geral, na própria unidade rural. Essa situação caracteriza claramente a pluriatividade intersetorial.

O comércio local dessa comunidade é uma mercearia que vende de tudo, embutidos, doces diversos, bebidas, etc. De forma indireta esse comércio está relacionado ao turismo na região, por sua localização ao lado de uma cachoeira, mais especificamente na comunidade de São João do Glória, distrito de Muriaé (centro). O fluxo de turistas é do próprio município, que aproveitam o final de semana para aproveitar a cachoeira nesta localidade. O consumo no comércio local é principalmente de bebidas e petiscos; a venda dos doces/queijos e cachaça é através do conhecimento da qualidade do produto, sendo a norma a venda direta para o consumidor. Durante o trabalho de campo notou-se certa insatisfação de alguns moradores locais quanto ao fluxo turístico na região, como podemos notar no seguinte depoimento.

“Eu freqüentava esta cachoeira agora não mais...as pessoas vem para cá e perdem a noção da decência, as mulheres ficam semi-nuas e os homens bebem muito. Fica assim aquele ambiente que não é agradável. Prefiro nem mais freqüentar.”(Saracura, produtora agrícola pluriativa de Muriaé, 42 anos).

Por outro lado há famílias a favor do fluxo turístico na região, pois admitem que o turismo é uma atividade propulsora de renda. Como podemos verificar nos depoimentos a seguir.

“Este lugar lota no verão, principalmente nos finais de semana... É bom para o comércio.”(Trinca Ferro, produtor agrícola pluriativo de Muriaé, 55 anos).

“É ótimo receber os turistas, isso gera um dinamismo no lugar... As pessoas vem atrás da tranqüilidade, do clima serrano e se apaixonam pela simplicidade do povo.”(Dona Nina, Belisário / Muriaé, 80 anos).

Pode-se afirmar que as pessoas dos municípios vizinhos ao distrito de Belisário costumam se encaixar no perfil dos principais turistas que freqüentam o espaço. De acordo com Dona Nina, o ápice do turismo é na época das festividades do distrito, porém existe a presença de pessoas durante o ano todo. A busca pela tranqüilidade, água boa e de qualidade, clima ameno (tropical fresco) e reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza são características favoráveis para visitar o distrito. Belisário não dispõe de uma estrutura turística adequada, foi identificada uma pousada próxima ao Pico do Itajuru e duas pensões no centro do distrito. De acordo com Dona Nina, algumas vezes é necessário reservar a escola local para abrigar as pessoas que vêm de excursão de outras cidades. Estas pessoas que vêm em grande número para o distrito são ex-moradores de Belisário ou que mantêm vínculo familiar com o lugar, logo, fretam ônibus e vão para o distrito. A solução que Dona Nina encontrou para este problema foi doar parte de seu patrimônio para o distrito, onde está sendo construído um abrigo para estes turistas. A outra parte do patrimônio de Dona Nina está vinculada ao grupo de Artesãos de Belisário, onde são realizados cursos de aperfeiçoamento e instruções para os moradores do distrito.

A sazonalidade dos turistas não proporciona uma estabilidade rentável para os restaurantes do lugar, levando-os assim aos prejuízos. De acordo com uma moradora da cidade que oferece refeições:

“Não existe uma freqüência de turistas aqui, é muito difícil você abrir um negócio aqui... é problema ter que pagar imposto por uma coisa que não é constante. Quando têm turistas, eles vêm aqui aí faço na hora a refeição.”(36 anos).

Fica evidente a falta de infra-estrutura turística adequada no distrito. Desta forma, observamos que o turismo rural pode vir a ser uma entre as várias atividades pluriativas existentes capazes de proporcionar oportunidades de serviços e geração de renda para as famílias. Entretanto, para que o turismo se torne uma alternativa de incremento da renda familiar para o conjunto da população é necessário um planejamento e gestão adequada para esta atividade, uma melhor capacitação profissional e políticas de estímulo a essa prática.

Outro forte das atividades não-agrícolas na região é a agregação de valor, ou seja, quatro famílias agregam valor aos seus produtos agrícolas, realizando assim atividades classificadas como para-agrícolas. Desta forma, enquanto três famílias das famílias entrevistadas produzem rapadura, açúcar mascavo e cachaça (derivados da cana-de-açúcar) uma família produz queijos e doces, todos destinados ao mercado de Muriaé.

Neste contexto, foi questionado junto as famílias rurais a razão ou motivo que os levaram a trabalhar nas atividades não-agrícolas; o principal argumento manifestado pelas famílias foi que a rentabilidade nas atividades não-agrícolas é superior, e que o trabalho na roça é mais cansativo e duro. Essas respostas, que podem parecer óbvias, coincidem com os principais argumentos encontrados por outros autores que trabalham com pluriatividade (Schneider (2000, 2003), Carneiro (1998, 2006), dos Anjos (2003)). É importante destacar algumas respostas que não possuíam a intenção econômica nas atividades não-agrícolas, mas sim estavam relacionadas ao estilo de vida que as famílias levavam, ou seja, à afinidade pessoal para realizar tais atividades não-agrícolas, sem ter que deixar de morar no meio rural para fazer o que gosta. Desta forma, alguns integrantes poderiam continuar morando no meio rural, sem necessidade de ter que optar entre emigrar para realizar atividades mais afins com o seu gosto pessoal, ou ficar no meio rural, mas condenados a realizar atividades agrícolas, ainda quando não fosse essa sua vocação.

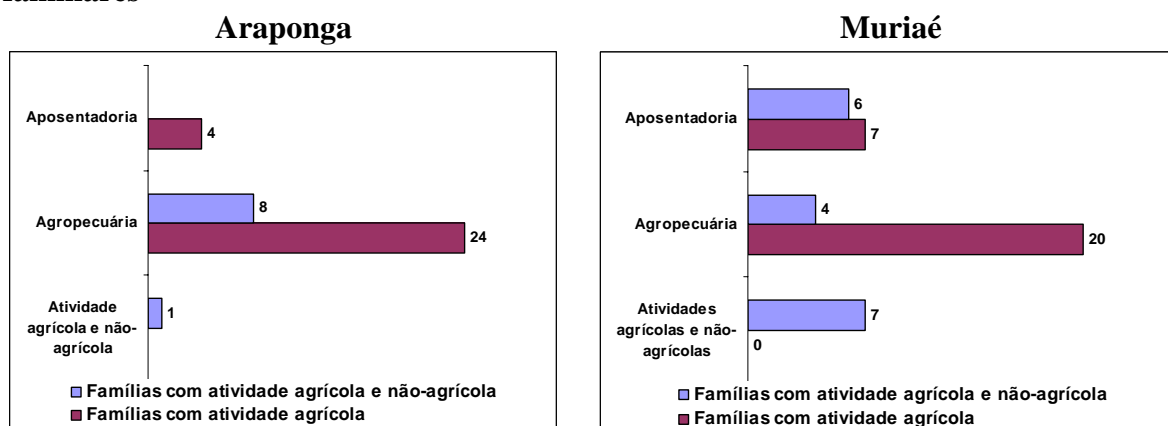
A pesquisa de campo procurou indagar também junto às famílias com atividade agrícola e atividade agrícola e não-agrícola o destino dos produtos das principais atividades produtivas desenvolvidas por eles; constatou-se que no município de Araponga as famílias com atividade agrícola utilizam o serviço dos atravessadores. É de fundamental importância esta relação, pois, os atravessadores são responsáveis pela compra, transporte e venda da produção.

No município de Muriaé constatou-se que, tanto as famílias com atividade agrícola quanto para as famílias com atividades agrícolas e não-agrícolas, o destino era a cidade de

Muriaé principalmente. Para os produtores de peixes ornamentais sua produção era canalizada tanto para a cidade quanto para algumas das grandes capitais Brasil, como por exemplo, de São Paulo, Belo Horizonte e Vitória.

As famílias foram interrogadas também sobre qual era a principal fonte de renda, se era procedente das atividades agrícolas, das atividades não agrícolas ou da aposentadoria, e o Gráfico 19 vem aclarar este questionamento.

Gráfico 19 – Procedência da principal fonte de renda nas unidades produtivas familiares



Fonte: pesquisa de campo

Observa-se que as atividades agropecuárias são as que provêm a principal fonte de renda das famílias com atividade agrícola entrevistadas tanto do município de Araponga quanto no município de Muriaé. No município de Araponga isso é válido para 86,5% das famílias entrevistadas, só não é assim para uma família que desenvolve atividades agrícolas e não-agrícolas e para quatro famílias que encontram na aposentadoria sua maior fonte de renda o que mostra o quanto a região é dependente das atividades agropecuárias. Já o município de Muriaé tem uma economia mais diversificada comparada ao município de Araponga, porém, das 17 famílias com atividade agrícola e não-agrícola, só sete famílias obtêm das atividades não-agrícolas sua principal fonte de renda, a diferença de quatro delas que ainda obtêm das atividades agropecuárias sua principal fonte de renda. Também, é importante ressaltar o papel da aposentadoria como principal fonte de renda para algumas das famílias, tanto para famílias com atividade agrícola como para aquelas famílias que desenvolvem atividade agrícola e não-agrícola, em especial, no município de Muriaé, onde 27,6% das famílias entrevistadas encontram na aposentadoria sua principal fonte de renda.

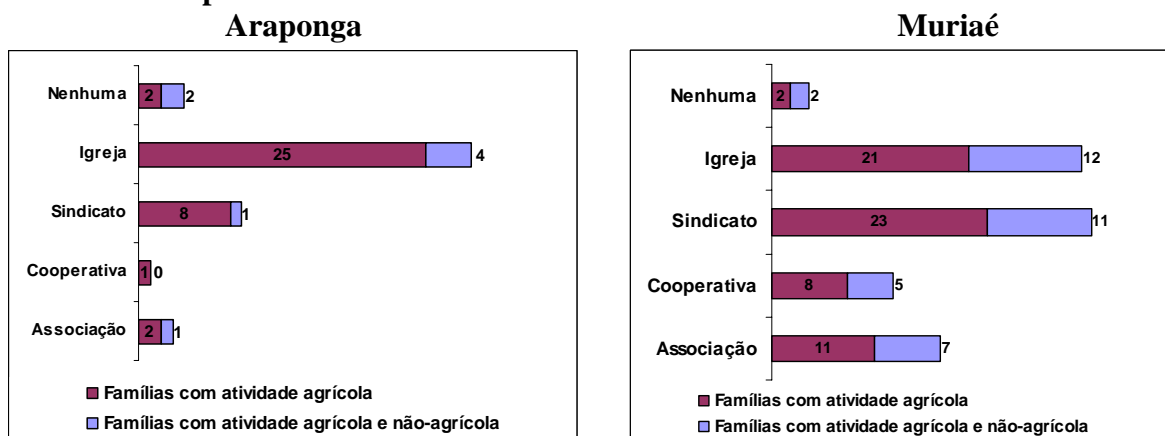
Nesse contexto produtivo e econômico é importante destacar o papel da EMATER e de técnicos de ONGs ou de empresas, como uma alternativa de assistência técnica e/ou de capacitação das famílias rurais, para aumentar a geração de renda, nos municípios de Araponga e Muriaé. A maioria das famílias no município de Araponga, quando questionadas sobre à assistência técnica, respondiam que não recebiam, mas que se fosse preciso, buscariam informações com o técnico da EMATER ou até mesmo com os vizinhos. Foram observadas apenas duas famílias, uma agrícola e outra família com atividade agrícola e não-agrícola, que manifestaram receber assistência técnica da EMATER, e outras três, sendo uma agrícola e duas famílias com atividade agrícola e não agrícola, que recebem assistência de particulares, mais especificamente, dos próprios fornecedores de insumos. Já no município de Muriaé as famílias respondiam não receber assistência constantemente, sendo encontradas apenas três famílias com atividade agrícola e não-agrícola que afirmaram receber assistência técnica da EMATER. Neste aspecto, a pesquisa de campo constatou que, de um modo geral, a assistência técnica é considerada deficiente pelas famílias. Entretanto, foi possível notar durante o trabalho de campo que existia sim a presença e o trabalho dos técnicos, tanto da EMATER, particulares e ONGs; no entanto, a possível falta de “interesse” de algumas famílias rurais em participar das reuniões de dia de campo e palestras era relatada pelos próprios entrevistados. Existem poucos técnicos para muitas famílias rurais; assim, a solução encontrada para atender a demanda é realizar reuniões e dias de campo para passar as informações pertinentes, aparentemente relacionado a assistência técnica. A participação de algumas famílias fica comprometida devido a sua rotina diária na unidade produtiva e, supostamente, dificuldades para participar das reuniões, como podemos verificar no depoimento de dois agricultores:

“A falta de comunicação sobre quando vai ter reunião é ruim...eles quase nem avisa e quando avisa é em cima da hora, ai...fica difícil se arranjar aqui no trabalho para ir”. (Saira, produtor agrícola de Araponga, 52 anos).

“Olha até que eles avisam sobre estes eventos que têm, mas a maioria das pessoas nem vão, depois reclamam que não tem nada...é falta de interesse mesmo...eu participo mas têm muitos vizinhos que adoram falar que não recebem aviso nenhum. Engraçado que quando eles vem me avisar eu vejo eles indo em todas as casas vizinhas”. (Laranjinha, produtora agrícola de Araponga, 32 anos).

No Gráfico 20 observamos a participação das famílias rurais em atividades sociais e produtivas na comunidade local e/ou no município.

Gráfico 20 – Participação em atividades sociais e produtivas na comunidade local e/ou no município



Fonte: pesquisa de campo

Como podemos observar a religiosidade aparece como um ponto marcante para as famílias do município de Araponga, assim, como para as famílias do município de Muriaé, apresentando-se como uma das principais atividades associativas. A participação no sindicato, por sua importância nas respostas, merece também um comentário já que apresenta reclamações por parte dos produtores, especialmente, no município de Araponga, onde havia muitas pessoas descontentes em participar e outras que não participavam e esclareciam o porquê, como podemos observar nas declarações a seguir.

“Participo do sindicato, mas não tenho nenhuma vantagem... eu sou obrigado a pagar parcelas, se eu atraso, eu sou motivo de chacota... é muita vergonha na frente dos outros produtores. Eu poderia estar usando o dinheiro para comprar remédio...” (Bicudo, produtor agrícola de Araponga, 44 anos).

“Não participo de nada porque tudo aqui é muito longe...” (Bigodinho, produtor agrícola de Araponga, 35 anos).

“Participo do sindicato porque o cadastro da terra sai mais barato...” (Catatau, produtor agrícola de Araponga, 45 anos).

“Eu participo do sindicato, mas é uma enrolação...” (Codorna, produtor agrícola de Araponga, 48 anos).

“Araponga ainda é atrasado de informação... os pequenos produtores não compensam participar, é perda de tempo porque vantagem nem tem nenhuma...” (Ema, produtor com atividade agrícola e não-agrícola de Araponga, 36 anos).

“A falta de documentação da terra impede que a gente fique sócio do sindicato...” (Jacu, produtora agrícola com atividade agrícola e não-agrícola de Araponga, 51 anos).

Além disso, havia famílias no município de Araponga que declaravam não participar da associação de moradores por causa da falta de união entre os vizinhos.

“Aqui não adianta se unir, falta união... os vizinhos não ajudam, fica assim um egoísmo, poderíamos comprar as coisas em conjunto e depois dividir, mas não dá pra fazer isso não...” (Jandaia, produtor agrícola de Araponga, 28 anos).

“Aqui é muito difícil participar de associação, nunca entram num acordo as pessoas... Uns querem uma coisa outros outra coisa, uns acham que estão levando prejuízo enquanto outros tem mais vantagem, é complicado agradar todo mundo”. (Juriti, produtora agrícola de Araponga, 67 anos).

Apesar das queixas sobre os problemas da participação em organizações, existem relações de colaboração entre as famílias de ambos os municípios, como foi manifestado nas entrevistas, em especial, com a troca de trabalho. Desta forma, em Araponga, as famílias, ao invés de contratar mão-de-obra, incorrendo em maiores gastos, utilizam sua rede social, onde intercambiam trabalho dos seus vizinhos, diminuindo os seus custos de produção. Essa seria uma estratégia usada pela grande maioria das famílias entrevistadas. Sabe-se também da recente inauguração nesta localidade de uma escola família agrícola, para o funcionamento da qual devem participar e colaborar as famílias dos jovens e da localidade.

No município de Muriaé, mais especificamente no distrito de São João do Glória, as famílias se uniram em uma associação de moradores que tem por objetivo principal a compra de equipamentos úteis para a atividade açucareira. Outra característica das famílias, principalmente daquelas envolvidas na atividade leiteira, é a participação na cooperativa leiteira do município. Ressalta-se também, no distrito de Belisário, a Associação dos Artesãos que desenvolve cursos de aperfeiçoamento e profissionalização para as famílias do distrito. Tem como objetivo preparar as pessoas para o futuro, ou seja, de acordo com a instrutora do curso de panificação do SENAR Minas (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), *“o objetivo é profissionalizar com qualidade, para que no futuro haja possíveis ganhos, resultando no aumento da renda”*. Encontram-se também cursos como artesanato, culinária, línguas entre outros. Mas de acordo com Dona Nina (82 anos),

fundadora do grupo de Artesãos de Belisário, as pessoas fazem o curso para se divertir, para se instruir, para fazer melhores merendas em casa e só em último lugar para ganhar dinheiro. Dona Nina reconhece que para estimular a idéia de melhorar a renda familiar precisaria de um mercado consumidor maior para os produtos. Assim, o município de Muriaé apresenta um maior número de organizações funcionando e com participação significativa dos produtores entrevistados.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram apresentadas informações que permitiram caracterizar os dois municípios pertencentes à Zona da Mata mineira, mas precisamente, o meio rural de Araponga e Muriaé, municípios situados no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Foram assinaladas as características e dinâmicas distintas que esses municípios apresentam: Araponga com um viés rural agrícola marcado – no qual o PESB ocupa um lugar de destaque influenciando um perfil de desenvolvimento voltado para a preservação ambiental; diferentemente, Muriaé apresenta um perfil diversificado, com uma dinâmica econômica significativamente maior onde as indústrias e o setor de serviços têm uma importância relevante, influenciando e modificando as características do meio rural do município. Nos dois municípios analisados, o rural se manifesta como um espaço multifuncional, ora enfatizando a valorização dos aspectos ambientais (Araponga), ora apresentando atividades não-agrícolas fortemente relacionadas com a indústria ou os serviços (Muriaé). No entanto, só em Muriaé pode ser encontrado no meio rural características incipientes que permitiram o caracterizar como um “novo” rural. O meio rural de Araponga não apresentaria mudanças relevantes na apresentação clássica de ruralidade, nem explora oportunidades derivadas das novas funções do rural nas sociedades contemporâneas, como de forma ainda incipiente se observa em Muriaé.

A agricultura familiar predomina amplamente em ambos os municípios, como foi confirmado na pesquisa e ilustrado nos dados sobre composição das famílias e uso da mão de obra. A baixa escolaridade das famílias rurais é uma característica encontrada nos municípios analisados sendo que, em Araponga ela é levemente menor que em Muriaé e constatando-se uma maior escolaridade nas famílias com atividade agrícola e não-agrícola, quando comparadas com as famílias com atividade agrícola em ambos os municípios.

A pluriatividade, como estratégia de reprodução das famílias rurais, apresenta-se, no caso dos municípios em estudo, de forma heterogênea, mostrando duas realidades socioeconômicas e produtivas diferentes. Os fatores que influenciam as atividades pluriativas são multi-determinados e variam de acordo com o contexto econômico local e/ou territorial. É importante observar que essas atividades pluriativas criam e/ou aproveitam também novas oportunidades de emprego e renda para os trabalhadores rurais, mudando o perfil do emprego rural. Porém, nem sempre se trata de empregos mais qualificados ou de tarefas que incorporem maiores níveis de tecnologia ou conhecimento, apesar de que podem ser mais bem remunerados que os agrícolas, mas contribuem para ampliar a diversidade de possibilidades de renda no meio rural.

De modo geral, o município de Araponga não disponibiliza alternativas diversificadas de emprego ou de renda para sua população rural. A atividade econômica do município gira em torno da agricultura, em especial, do café. As transformações na dinâmica econômica privilegiam este produto ao promover sua produção agroecológica. O perfil agrícola do município, portanto, está sendo preservado na principal trajetória de desenvolvimento que está sendo explorada. Oportunidades de trabalho e de rendas não-agrícolas para as famílias rurais, como mostram os resultados da pesquisa, são pouco abundantes no município.

O próprio PESB funciona como elemento dinamizador dessa trajetória ainda que complementarmente, tanto pelas limitações que impõe às atividades que podem ser realizadas no seu entorno, como por viabilizar, ainda que de forma escassa, o desenvolvimento do turismo. Assim, a economia do município é dependente da dinâmica que o PESB impõe, mas dentro de uma perspectiva produtiva com viés ambientalmente sustentável.

A potencialidade turística não está sendo privilegiada. As organizações sociais apresentam dificuldades de participação, sendo as atividades religiosas as que mais concentram a participação das pessoas. Portanto, de acordo com os resultados obtidos não haveria uma forma de organização alternativa às políticas públicas que esteja promovendo com êxito transformações nessa região.

A pluriatividade em Araponga é incipiente. Os tipos de pluriatividade predominantes – segundo a classificação de Schneider – são a intersetorial (com empregos vinculados ao turismo) e os trabalhos informais; mas, se considerarmos a visão de Carneiro para conceitualizar esse termo, não poderíamos afirmar que existe pluriatividade, já que

essa diversificação com atividades não-agrícolas não indica novos processos ou significados para o rural.

O tamanho das famílias do município é maior que no caso de Muriaé, e predominam os filhos adultos morando com os pais, fornecendo sua mão de obra para a exploração familiar. A troca de trabalho entre as famílias é tradicional, o que acaba minimizando o mercado de empregos rurais, sendo uma estratégia de diminuição de custos de produção para essas famílias. Isso, somado à escassa dinâmica econômica rural do município de Araponga, acaba limitando, por exemplo, a difusão de opções de diversificação produtiva de base agrária. Diferentemente do que mostram outras pesquisas em outras regiões, as entrevistas realizadas em Araponga – à diferença também dos resultados em Muriaé – mostram às famílias com atividade agrícola e não-agrícola com maior área nas suas propriedades que as famílias com atividade exclusivamente agrícola.

Por outro lado, o panorama geral do município de Muriaé difere do encontrado no município de Araponga. A cada três famílias uma ou mais eram pluriativas. Em princípio, os dois municípios têm em comum ficarem no entorno do PESB, mas, diferem na diversidade produtiva e econômica que o município de Muriaé oferece para a sua população. A dinâmica econômica do município abrange os setores de serviços, comerciais e principalmente na área industrial têxtil e de processamento de alimentos. O município é considerado um pólo de moda, o que acarreta oportunidades de empregos também para as famílias rurais, principalmente para as mulheres. Mas, a dinâmica econômica do município não só oferece oportunidades de renda e de empregos não-agrícolas, as atividades agrícolas também apontam como uma das principais produções, principalmente nas áreas da hortifruticultura e piscicultura. Assim, a economia desse município é mais dinâmica e gira em torno das oportunidades que a cidade proporciona, com um mercado consumidor de bens e serviços que potencializa as oportunidades de emprego e renda no entorno rural.

Desta forma, a realidade de Muriaé assemelha-se com outras realidades próximas a grandes centros urbanos, onde verificamos no meio rural a existência de atividades que antes eram encontradas apenas no urbano, como por exemplo, comércio e a prestação de serviços. O meio rural deixa de ser um lugar apenas para a produção de alimentos e passa a ser um local dinâmico, com oportunidades de renda e de empregos não-agrícolas para as famílias rurais, sem que elas precisem para isso se deslocar para a cidade. Neste contexto, é importante destacar que a pesquisa identificou a existência de famílias rurais não-agrícolas no município, o que comprova que o meio rural pode ser também o local de moradia de

núcleos familiares não-agrícolas, que conseqüentemente desenvolvem atividades não-agrícolas no próprio meio rural.

De forma semelhante ao que acontece no município de Araponga, as atividades turísticas do município de Muriaé também são pouco exploradas. Ainda que, apenas o distrito de Belisário faça parte do entorno do PESB, mesmo assim, o fluxo de turistas e oportunidades geradas com esta atividade é mínimo. No caso de Muriaé, portanto, o PESB não é um dinamizador de oportunidades de empregos para as famílias rurais; o que dinamiza as possibilidades de empregos e renda nesse município é a própria dinâmica econômica do mesmo. As atividades vinculadas ao turismo que foram identificadas no trabalho de campo não derivavam da existência do Parque, mas das necessidades de lazer da população da cidade em procurar um refugio tranqüilo.

Em ambos os municípios foram encontradas famílias rurais que realizam atividades para-agrícolas. Transformar produtos agropecuários, agregando valor e direcionando-os para o mercado foi uma das exigências descritas por Schneider (2006) que diferencia o tipo de pluriatividade classificada como para-agrícola. No entanto, esse tipo de atividade é uma tradição de longa data para as famílias rurais e o que a tornaria, neste caso, um tipo de pluriatividade é o seu fomento, por parte de organizações de produtores e do Senar. Conseqüentemente, capacitando-os a obter produtos de melhor qualidade e apresentação e direcionando a produção para o mercado regional promovendo novas alternativas de inserção econômica das famílias. Assim, o dinamismo urbano que apresenta o município vai contribuindo para a transformação da realidade no meio rural, coincidindo esses resultados com os trabalhos de autores, como Carneiro, Saraceno e Kageyama, por exemplo.

Nesse sentido, essa última autora afirma a necessidade da existência de dinâmicas locais que possibilitem a demanda por produtos ou trabalhos desempenhados pelas famílias rurais. Essa pesquisa permite chegar a conclusões que coincidem com essas afirmações, dado que a dinâmica socioeconômica do município de Muriaé seria a que estaria possibilitando alternativas produtivas distintas no seu meio rural. Se analisarmos as atividades para-agrícolas, isso se torna mais evidente, dado que o município de Araponga, por sua dinâmica principalmente agropecuária, poderia facilmente permitir uma diversificação produtiva com o desenvolvimento ou surgimento de pluriatividade para-agrícola. Porém, não é isso o que se observa (só uma família foi encontrada durante a pesquisa de campo que foi classificada como tal), já que a dinâmica do município não fomenta essas transformações.

Em termos gerais, no que diz respeito às questões sobre as atividades pluriativas, os municípios de Araponga e Muriaé não possuem grandes diferenças em relação a outras realidades encontradas por outros pesquisadores em diversas regiões do Brasil. O que difere entre ambos, e explica os resultados encontrados, é a dinâmica econômica e social dos municípios estudados. Regiões mais próximas a grandes centros industriais tendem a desenvolver uma pluriatividade mais voltada para empreendimentos terceirizados, construção civil, indústria, comércio, etc., regiões com atributos turísticos tendem a desenvolver atividades pluriativas ligadas ao turismo como, por exemplo, restaurantes, produção de queijos e doces, artesanato, guias turísticos, etc. e, finalmente, as regiões de dinâmica agrícola fomentariam menos a pluriatividade ou ela seria menos diversificada. No entanto, como afirma Carneiro, e pode ser percebido neste trabalho, não é a mera presença de cidades relativamente perto ou atributos turísticos que determinariam a existência de pluriatividade, mas o desenvolvimento de dinâmicas produtivas e de funções rurais que neles se assentem.

Merece uma reflexão a tipologia utilizada para classificar pluriatividade proposta por Schneider. Ela mostra-se útil, prática e permite caracterizar o tipo de atividades econômicas presentes nas regiões analisadas. No entanto, apresenta dificuldades para sua aplicação quando mais de uma pessoa da família se dedica a atividades não agrícolas de características distintas. Caso se escolha uma delas para caracterizar a pluriatividade – por critérios como maior renda, por exemplo – perde-se parte da informação que permitiria aprofundar na caracterização das dinâmicas predominantes na região. Essa é uma limitante geral dessa classificação, já que se considerarmos os resultados dessa pesquisa, que propõem todas as combinações de atividades agrícolas e não agrícolas como atividades pluriativas, pouco ela nos servirá para descrever a verdadeira dinâmica – ou falta da mesma – presente no local estudado.

Como forma de ampliar a compreensão sobre a realidade das atividades rurais e, em especial as pluriativas, dos municípios no entorno do PESB, seria interessante desenvolver outros estudos comparativos, preferivelmente que incluam dados de evolução econômica e a renda das famílias.

Finalmente, conclui-se que a dinâmica rural é heterogênea e diversificada e está ligada, por um lado, às estratégias socioprodutivas que vierem a ser adotadas pelas famílias rurais e por seus membros e, fundamentalmente, por outro, elas dependerão das características da dinâmica econômica, social e cultural do contexto ou local em que essas famílias estiverem inseridas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** - São Paulo - Hucitec/Edunicamp/ANPOCS, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Inter-relação entre as transformações demográficas e agenda social**. Brasília, NEAD, 2000.

ALENTEJANO, P.R.R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: Tedesco, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passos Fundo: Ediupf (Universidade de Passo Fundo), p. 147-173, 1999.

ANJOS, F.S. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas**. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 54-80, 2001.

ANJOS, F.S. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO, J.S. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. In: Oliveira, Cássio G. S. et alii. (ed) Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: Fealq, p. 239, 1999.

CARNEIRO, M. J. Esposa de agricultor na França. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 328-354, 1996.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, Out. p.53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. ; TEIXEIRA, V. L. ; GRAZIANO DA SILVA, J. . Ocupação e renda de famílias rurais da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora**. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: Sergio Schneider. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, p. 165-185, 2006.

DELGADO, G., CARDOSO JR., J.C. **Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para Discussão 734. 2000

DURÁN, F. E. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro nº11, p. 76-98, out. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O desempenho da agricultura familiar no Brasil e em outros países.** In: **Agricultura e sociedade: uma abordagem a partir do Parlamento.** Brasília: Câmara dos Deputados, (Série Ação Parlamentar, n.62), 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n° 1.p. 43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** (Coleção Pesquisas 1) Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estudos Avançados. São Paulo, v.5, n°43, p. 37-50, 2001. Acesso em 08/11/07: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/html> , 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. D., CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**; v. 19, p. 37-67, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Retirado 22/06/2007.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos.** UNICAMP, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.wco.unicamp.br/projetos/rurbano>. Acesso em: 20/10/2007.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.**(versão resumida do relatório final do projeto UTR/BRA/036). nov. 1994.

FERRO, J. **Influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia – Santa Catarina Florianópolis.** Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FLORES, M. X. e MACEDO, M. M. C. **Novos rumos do desenvolvimento rural.** XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, Paraná, 3 de agosto de 1999.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública** , Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, Jan. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 Nov. 2008.

FONTES, L.E.F. **Introdução** – MG. In: SIMPÓSIO [sobre] CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. 1. 2000, Viçosa. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno:** anais. Viçosa, MG: UFV, 2000.

FROEHLICH, J. M. ; DULLIUS, P. R. ; PIETRZACKA, R. . A multifuncionalidade do espaço rural na região central do RS - dados gerais. In: **XLIII Congresso da Sociedade**

Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto : FEARP-USP/SOBER. v. 1, 2005.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução por Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, Tradução de: L'agriculture familiale, p.336, 1993.

MELO, L. A de. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, MG. Gerais, 2002.

MELLO, C. C. **Educação ambiental no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - MG**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

NETO, P.S.F. **O centro de tecnologias alternativas da Zona da Mata e a Serra do Brigadeiro - MG**. In: SIMPÓSIO [sobre] CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. 1. 2000, Viçosa. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno: anais**. Viçosa, MG: UFV, 2000.

PLEIN, C. & SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L. & RAMOS, J. M. (editores). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão, p. 45-69, 2003.

RÊGO FILHO, L. M.; CARNEIRO, A. P. **Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação atual**. / Relatório Técnico Científico. Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2007.

ROSA, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**. In: Seminário Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade, 1998, Aracaju. **Anais...** Mimeografado. Aracaju, 1998.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. In: Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento Rural, Métodos de Análise e Políticas de Intervenção, Roma, 30 de out. 1996.

SATHLER, D . **O Rural e Urbano no Brasil**, trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, (Tese de doutorado). 1999.

SCHNEIDER, S. A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: X CONGRESSO MUNDIAL DE Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural SOCIOLOGIA RURAL (IRSA) e XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2000, Rio de

Janeiro. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e X Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA). Rio de Janeiro: UNICAMP/IRSA/SOBER, p. 1-25, 2000.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.256, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. Fortaleza: SOBER, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação, a ser publicado como capítulo de livro organizado por Hubert C. de Grammont**, Ed. Flacso, México, 2007.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, vol. 29, p.73-96, 1984.

TIRADENTES, L. **O canto da araponga: possibilidades de um turismo no espaço rural da microrregião de Viçosa – MG**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2004.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, Edusp/Hucitec, p. 219 (Estudos Rurais, 11), 1991.

VEIGA, J. E. **Debates: Agricultura familiar e sustentabilidade**. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VITARELLI, C.C. A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº15, p. 87 -145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” Brasileiro. **Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, p. 05-35, 2004.

ANEXO

**ROTEIRO PARA O ESTUDO DAS FAMÍLIAS E
DO ESTABELECIMENTO RURAL** ²⁵

Data ___/___/___

Produtor: _____ Núm.: _____

Município:

Localidade: _____

Distância da unidade produtiva ao município: _____ Km / Ao PESB: _____ Km

Principal atividade produtiva: _____

Área total administrada: _____ ha

²⁵ Roteiro adaptado pela autora, baseado no questionário de Conterato, M.A. “A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. UFRGS, 2004.

DADOS SOCIOMÉTRICOS

1 Nome	2 Idade	3 Sexo		4 Relação de parentesco (A)	5 Mora com a família		6 Tipo de trabalho (B)	8 Estado civil (C)	9 Escolaridade (D)
		F	M		S	N			

(A)	(B)
1 Resp/Chefe	1 Tempo integral na UP (*)
2 Cônjuge	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP
3 Filho	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico
4 Filha	4 Tempo-parcial na UP + Estuda
5 Genro	5 Tempo integral fora UP (*)
6 Nora	6 Somente trabalho doméstico
7 Netos	7 Somente estuda
8 Avô	8 Criança menor de 7 anos
9 Avó	9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP
10 Irmão	10 Desempregado
11 Irmã	11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido
99 Outros	

(C)
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado /Desquitado
99 Outros

ATENÇÃO:

Entrevistador, quando nesta legenda B não tiver as alternativas informadas pelo agricultor VOCÊ deve fazer anotações paralelas.

(D)	
1 analfabeto – nunca estudou	7 2º grau completo
2 apenas lê e escreve	8 2º grau incompleto
3 1ª a 4ª série completo	9 nível técnico
4 1ª a 4ª série incompleto	10 superior completo
5 5ª a 8ª série completo	11 superior incompleto
6 5ª a 8ª série incompleto	12 sem idade escolar

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, CAPITAL E PRODUÇÃO

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	
USO (Produção)						

2) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007]

Especificação	Superfície Área Plantada (ha)	Destino da Produção			
		Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
		SIM Qual destino?	NÃO		
Arroz					
Feijão					
Café					
Milho					
Cana de açúcar					
Legumes e Verduras					
Frutas					
Eucalipto					
gado					

3) Aquisição de insumos (adubos, sementes, mudas, uréia, calcário, fertilizantes, venenos ou outros insumos) para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007]

() Não () Sim.

Produto

Utilização

Quem aplica

Observações

4) Para quem o Senhor (a) vende a maior parte da produção vegetal / produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento? (assinalar apenas uma alternativa)

() venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres

() para Cooperativa / Agroindústria

() para o intermediário – atravessador

() não vende

() outro _____

5) Produção de origem animal (Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007) [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Consumo Familiar
Leite			
Ovos			
Mel			
Peixes			

6) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de 2006 a agosto de 2007]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo			
Defumados			
Conservas			
Doces			

7) Há práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007]

() adubação verde

() curvas de nível

() plantio direto

() rotação de culturas

() consorciamento de culturas

() adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos

() reflorestamento de áreas degradadas

() controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças

() Não realiza nenhuma prática conservacionista

8) O Senhor (a) teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês
1 Assalariado permanente agrícola (**)		
2 Assalariado permanente não agrícola (**)		
3 Trabalho agrícola temporário (**)		
4 Trabalho não agrícola temporário		
5 Contratação de Serviços de Máquinas (tratores, etc) para plantio, colheita, etc		

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

9) O Senhor (a) ou alguém da família é contratado para trabalho sazonal ou permanente ou serviços no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2006 a agosto de 2007]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês
1 Assalariado permanente agrícola (**)		
2 Assalariado permanente não agrícola (**)		
3 Trabalho agrícola temporário (**)		
4 Trabalho não agrícola temporário		
5 Presta Serviços de Máquinas (tratores, etc) para plantio, colheita, etc		

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIAATIVIDADE

10) Qual a principal razão que levou o(s) membro(s) da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

.....

.

11) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

12) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

- para investimentos na propriedade
- tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
- para o sustento (subsistência) da família
- nas despesas pessoais de todo tipo
- para aumentar o conforto da casa
- não sabe/não respondeu
- outra

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

13) Assinale se o Senhor (a) recebeu assistência técnica [Ano agrícola setembro 2006 a agosto 2007]

Não Sim.....De quem?

- ONGs
- Cooperativa de produção
- Empresas integradoras
- Sindicato
- Assistência técnica particular (liberais)
- Secretaria Estadual de Agricultura
- EMATER
- Secretaria Municipal de Agricultura

14) Se recebe alguma assistência técnica, qual o grau de satisfação:

- muito satisfeito
- satisfeito
- insatisfeito
- não sabe/não respondeu

15) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim () Não ()
- Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim () Não ()
- Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim () Não ()
- Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim () Não ()
- Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim () Não ()

16) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2006 até agosto 2007)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

16.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Tempo para amortização	

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	9 Outros
3 Fundo Municipal	6 Parentes	

17) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

17.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2006 até agosto 2007)?

Nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	

Códigos

(A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

18) No último ano agrícola (setembro de 2006 até agosto de 2007) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

18.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

Custeio da atividade produtiva da família

Compra de máquinas e/ou equipamentos

Outro. Especificar qual? _____

19) No último ano agrícola (setembro de 2006 até agosto de 2007) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade não agrícola?

Sim

Não

Não sabe/ não respondeu

19.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

19) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]

Especificação	Participa	Quem participa?
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
03 Sindicato de trabalhadores	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
06 Clube de futebol, etc ligado ao lazer	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
99 Outros tipos de entidade (especificar)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	

20) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

na própria comunidade onde residem

no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem

na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)

outra localidade _____

23) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
- uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
- uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
- Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

24) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito, em todos os aspectos
- está pior do que antes, nada melhorou
- melhorou, em algumas coisas – Em que?
- não se aplica (os pais não eram agricultores)
- não sabe/ não respondeu

25) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

26) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

27) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

28) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
- buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
- Não sabe/ não responde

29) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

Muito satisfeito

Satisfeito

Insatisfeito

Não sabe/não respondeu

30) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

Muito satisfeito

Satisfeito

Insatisfeito

Não sabe/não respondeu

31) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa (assinalar apenas uma alternativa)?

a paisagem

o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos

os animais e as plantas

a tranquilidade

os vizinhos e a comunidade em que vive

Não sabe/não respondeu

32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

Sim

Não

Não sabe/ não respondeu

32.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

33) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

.....